



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 04 | abril 2011



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: abril de 2011

Elaborado com informação disponível até ao dia 21 de abril.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	13
3. Comércio Internacional	23
Destaques	29
Procedimento dos Défices Excessivos – 1.ª Notificação de 2011	31
Artigos	35
Em Análise	37
Comércio Externo Português de Bens e Serviços Culturais	37
Índices Comparativos de Burocracia para Portugal, com base no “Doing Business 2011” do Banco Mundial	46
Ensaio	61
A Concentração Sectorial em Portugal Segundo o Índice de Hirschman-Herfindahl	61
Iniciativas e Medidas Legislativas	73
Abreviaturas Utilizadas	77

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Nos dois primeiros meses de 2011 a economia mundial continuou a crescer, apesar de se ter verificado um abrandamento na produção industrial em relação ao último trimestre de 2010 influenciado pelo comportamento das economias avançadas.
- * Os indicadores de sentimento económico da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) referentes ao 1.º trimestre continuaram a melhorar, com destaque para os indicadores de confiança empresários da indústria e serviços. Em janeiro, a taxa de desemprego abrandou situando-se em 9,9% na AE e 9,5% na UE. A taxa de inflação homóloga da AE aumentou para 2,7% em março e na UE para 3,1%.
- * A taxa de juro a 3 meses subiu na área euro, já nos EUA verificou-se o movimento inverso, mantendo-se assim a tendência de agravamento do diferencial entre ambas. A mesma evolução foi registada nas taxas de juro de longo prazo.
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* aumentou, face a março, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 26 de abril, apresentado um valor de 122 USD/bbl (85 €/bbl).

Conjuntura Nacional

- * Os indicadores quantitativos disponíveis para a atividade económica, mostraram uma evolução menos favorável nos dois primeiros meses de 2011 face ao último trimestre de 2010 com exceção do volume de negócios da indústria que cresceu mais 2,9 p.p. do que no 4.º trimestre de 2010.
- * Os indicadores de confiança registaram, no 1.º trimestre de 2011, uma melhoria para a indústria e comércio e um agravamento para os serviços e construção.
- * O indicador de clima económico relativo ao 1.º trimestre de 2011 continuou a acentuar o perfil negativo que se tem vindo a verificar nos últimos trimestres.
- * O indicador de clima económico manteve a tendência de negativa apresentando uma ligeira diminuição em março. Verificou-se um contributo de todas as componentes, invertendo-se a melhoria que se vinha a registar na Indústria Transformadora e nos Serviços.
- * O indicador de atividade económica estabilizou em fevereiro. O indicador do consumo privado voltou a abrandar em fevereiro, fruto do contributo negativo do consumo de bens duradouros. No indicador da FBCF assistiu-se a uma diminuição na redução registada.
- * Em março o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação homóloga de 4%, 0,5 p.p. superior à da do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses atingiu os 2,3%.
- * Até março, o défice orçamental provisório da Administração Central foi de 148,1 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 1666 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. O valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 1019,1 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 1530 milhões de euros face ao período homólogo. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) registaram um excedente na execução orçamental de 871 milhões de euros, mais 136 milhões de euros quando comparado com o mesmo período de 2010. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 579,7 milhões de euros, o qual compara com 503,1 milhões de euros registados no mesmo período de 2010.
- * Até março, a execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi de 19,1 milhões de euros, que compara com um défice de 95,3 milhões de euros no período homólogo.

Comércio Internacional

- * De acordo com os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** divulgados para o mês de fevereiro¹, as saídas de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 21,7% nos últimos 3 meses. As entradas de mercadorias cresceram a uma taxa inferior (13,4%). O comportamento das saídas e das entradas no período compreendido entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011 levou a um desagravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 0,7% (equivalente a 31 milhões de euros) e a um acréscimo de 4,6 p.p da taxa de cobertura das importações pelas exportações, atingindo os 67,2%, face ao trimestre homólogo.
- * *Entre janeiro e fevereiro de 2011*, as saídas cresceram, em termos homólogos, mais do dobro das entradas de mercadorias (20,2% e 9,2%, respetivamente), o que se traduziu numa recuperação do saldo negativo da balança comercial (fob-cif) de 11%. *Excluindo os produtos energéticos*, o crescimento das saídas de mercadorias foi maior (+22,4%) e o das entradas menor (+7,6%), uma vez que as saídas deste tipo de produtos representam 5,4% do total das saídas e decresceram 7,8%. Por outro lado, as entradas de produtos energéticos cresceram 19% e representaram, neste período, 15,5% do total das entradas.
- * À exceção dos produtos “Energéticos”, todos os grupos de produtos continuaram a contribuir positivamente para o crescimento das saídas entre janeiro e fevereiro deste ano. Destacam-se as saídas dos grupos “Material de Transporte” (+4,7 p.p.) e “Minérios e Metais” (3,9 p.p.) como aquelas que mais contribuíram para o crescimento das saídas de mercadorias. Em sentido oposto, as saídas de produtos “Energéticos”, contribuíram negativamente com -0,6 p.p para o crescimento das saídas. No último ano a terminar em fevereiro de 2011, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das saídas.
- * *Entre janeiro e fevereiro de 2011*, as expedições para o *mercado comunitário* cresceram, em termos homólogos, 19,1%, o que representa 76,1% das saídas de mercadorias. As expedições para os países da EU15 continuaram a crescer a um ritmo superior ao das expedições para os países do Alargamento (19,2% e 16,4%, respetivamente). Espanha mantém a sua posição como principal mercado de destino das saídas de mercadorias (26,1%) e como um dos mercados que mais contribui para o crescimento do total das saídas (3,4 p.p.). Refira-se que as saídas para a Alemanha foram aquelas que mais contribuíram para o crescimento das saídas nestes dois meses (3,6 p.p). Para além da Alemanha e da Espanha, salienta-se, ainda, o contributo positivo das saídas de mercadorias com destino a França (+2,7 p.p.). As expedições de mercadorias para a França cresceram, em termos homólogos, 21,3% e 12,7% para o Reino Unido.
- * *Entre janeiro e fevereiro de 2011*, as *exportações para os Países Terceiros* cresceram 23,9% relativamente a igual período no ano transato. Destaca-se o crescimento das exportações para o México (+92,4%), Brasil (+76,8%) e para Marrocos (+54%). As exportações de mercadorias para os EUA registaram uma variação homóloga positiva de 29,6%. Ao contrário do registado no último ano a terminar em fevereiro, as exportações para Angola cresceram 8,8%, passando a contribuir positivamente para o crescimento das saídas (+0,5 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de janeiro de 2011, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento mensal homólogo positivo de 16,4%. A componente de Bens continuou a crescer a uma superior à da dos Serviços (19% e 10,2%, respetivamente). Dada a sua representatividade no total das Exportações (71,7% em janeiro de 2011 e 67,7% no ano de 2010), a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (13,3 p.p.). As Importações de Bens e Serviços cresceram a uma taxa inferior (12%), sendo também a componente de Bens a que mais contribuiu para este comportamento (+10 p.p.).

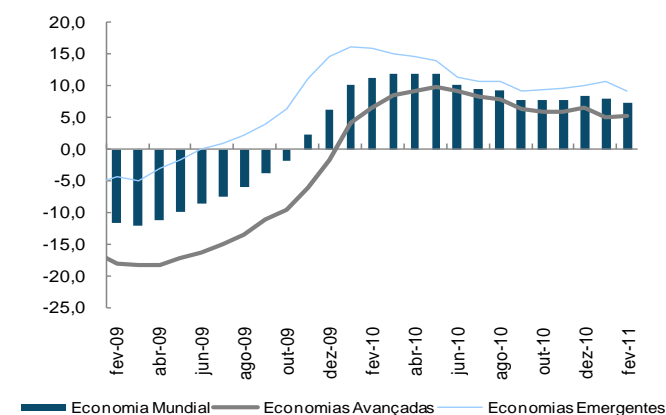
¹ Os dados recentemente divulgados para o mês de fevereiro de 2011 correspondem a uma primeira versão preliminar e, tratando-se de um curto período do ano, a sua análise merece alguma prudência.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No mês de fevereiro de 2011 a produção industrial mundial continuou a abrandar para 7,4% em termos homólogos (8% no mês anterior), para o qual contribuiu a desaceleração de 1,4 p.p. das economias emergentes, uma vez que as economias avançadas registaram uma aceleração de 0,2 p.p.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



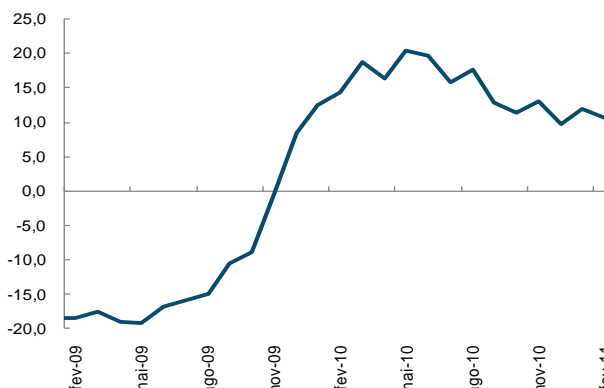
Fonte: CPB.

Também o crescimento do comércio mundial de mercadorias desacelerou em relação a janeiro, comportamento que se ficou a dever às importações cujo abrandamento foi superior ao registado nas exportações.

Em fevereiro de 2011 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou 10,6% (12% no mês anterior);
- as importações mundiais cresceram 8,5% (11% no mês de janeiro) e as exportações desaceleraram ligeiramente para 12,6% (12,9% no mês anterior).

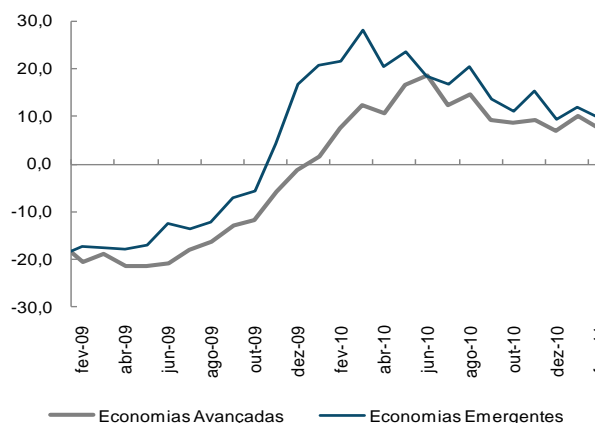
Figura 1.2. Comércio Mundial de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A desaceleração das importações abrangeu tanto as economias avançadas como as economias emergentes, mas no caso das exportações foram as economias emergentes que desaceleraram, uma vez que as avançadas aceleraram ligeiramente.

Figura 1.3. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

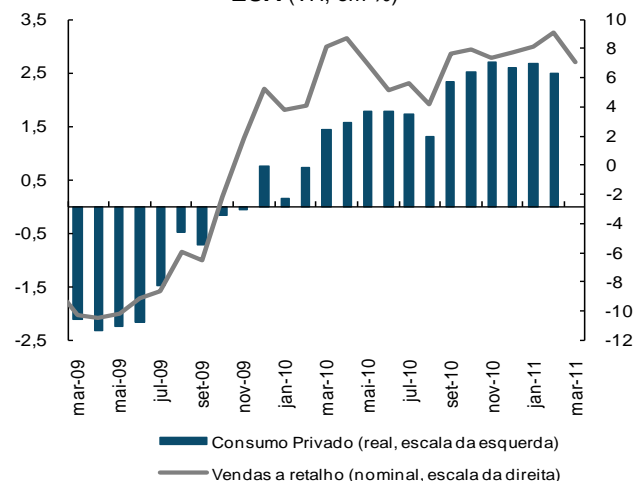
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009					2010		2011	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	9,8	2,1	11,1	11,4	8,9	8,0	7,8	8,3	8,0	7,4
Economias Avançadas	VH	CPB	7,3	-5,8	6,4	9,3	7,6	6,1	5,9	6,5	5,0	5,2
Economias Emergentes	VH	CPB	12,1	10,7	15,8	13,3	10,2	9,7	9,5	10,0	10,7	9,3
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	15,1	-0,7	15,1	18,8	15,4	11,4	13,0	9,8	12,0	10,6
Importações Mundiais	VH	CPB	13,9	-1,6	14,2	17,8	14,2	9,9	12,0	8,1	11,0	8,5
Economias Avançadas	VH	CPB	10,6	-6,3	7,1	15,3	12,0	8,2	9,2	6,9	10,1	7,5
Economias Emergentes	VH	CPB	18,0	4,5	23,4	20,7	16,9	11,8	15,3	9,4	12,0	9,5
Exportações Mundiais	VH	CPB	16,2	0,3	16,0	19,9	16,6	12,8	14,0	11,5	12,9	12,6
Economias Avançadas	VH	CPB	13,6	-3,9	12,7	16,9	14,2	10,8	11,1	10,1	10,0	10,2
Economias Emergentes	VH	CPB	18,9	4,8	19,4	23,0	19,0	14,9	16,8	12,9	15,7	15,0

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores referentes ao 1.º trimestre de 2011 sugerem um elevado crescimento da economia chinesa e um crescimento mais moderado da economia americana, bem como uma aceleração dos preços face ao último trimestre de 2010.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

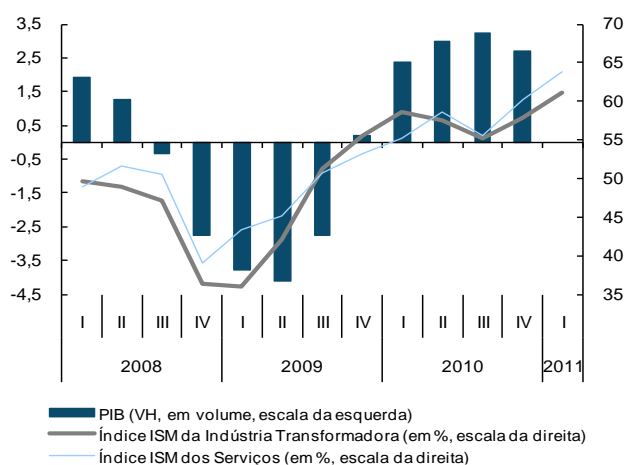


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Nos **EUA**, os dados disponíveis para o 1.º trimestre de 2011 mostram uma melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores face ao último trimestre de 2010. Assim, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 8,1% em termos nominais (7,7% no 4.º trimestre de 2010);
- a produção industrial acelerou para 5,7% (6,3% no 4.º trimestre do ano anterior);
- A taxa de desemprego diminuiu para 8,9% (9,6% no último trimestre de 2010), tendo atingido em Março mais um valor mínimo desde maio de 2009;
- A taxa de inflação homóloga aumentou para 2,1% (1,3% no 4.º trimestre de 2010).

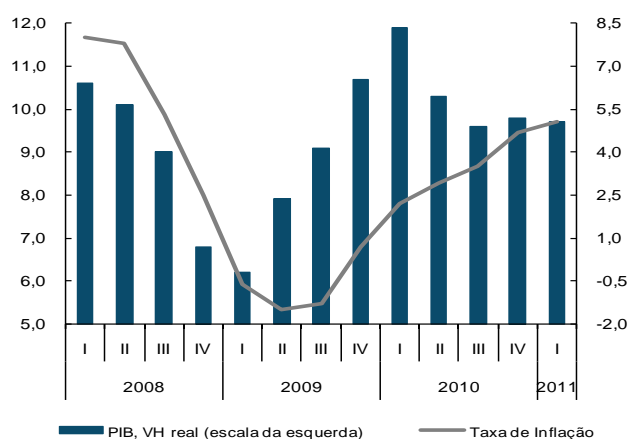
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fonte: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 1.º trimestre de 2011, o PIB da **China** cresceu 9,7% (9,8% no 4.º trimestre de 2011), influenciada pelo crescimento do investimento e exportações. A taxa de inflação continua elevada tendo acelerado para 5,1% (4,7% no 4.º trimestre de 2010). As exportações cresceram, aceleraram ligeiramente para 25,3% no 1.º trimestre de 2010 (25,2% no último trimestre de 2010).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010				2011	2010	2011		
				1T	2T	3T	4T			1T	dez	jan
EUA – PIB real	VH	BEA	2,8	2,4	3,0	3,2	2,7	-	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	5,3	16	6,5	6,9	6,3	5,7	6,8	5,7	5,6	5,9
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,3	58,6	57,6	55,2	57,9	61,1	58,5	60,8	61,4	61,2
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,4	55,3	58,7	55,5	60,3	63,7	62,9	64,6	66,9	59,7
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	71,8	73,9	73,9	68,3	71,3	73,1	74,5	74,2	77,5	67,5
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,6	9,7	9,6	9,6	9,6	8,9	9,4	9,0	8,9	8,8
China – PIB real	VH	NBSC	10,3	11,9	10,3	9,6	9,8	-	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	31,3	30,3	41,0	32,5	25,2	25,3	17,9	37,7	2,4	35,8
Japão – PIB real	VH	COGJ	3,9	5,4	3,3	4,7	2,5	-	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 1.º trimestre de 2011, o indicador de sentimento económico subiu quer na União Europeia (UE) quer na Área Euro (AE17), continuando o perfil positivo da confiança dos empresários.

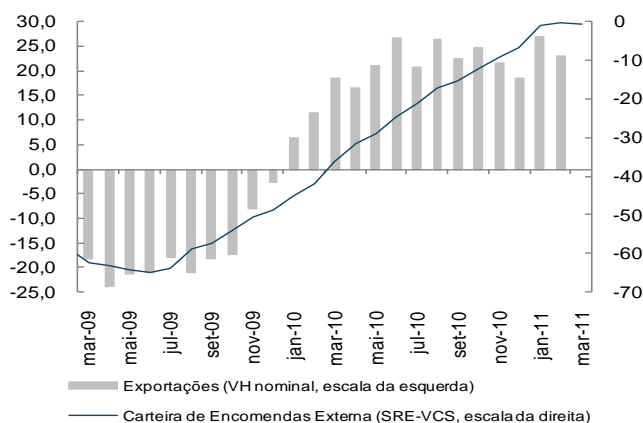
Figura 1.7. PIB e Sentimento Económico da EU e AE



Fonte: Eurostat.

Os dados quantitativos mostram que no mês de fevereiro, a produção industrial acelerou o seu crescimento para 7,4% (6,4% no mês anterior) e as vendas a retalho desaceleraram face a janeiro para 0,2%.

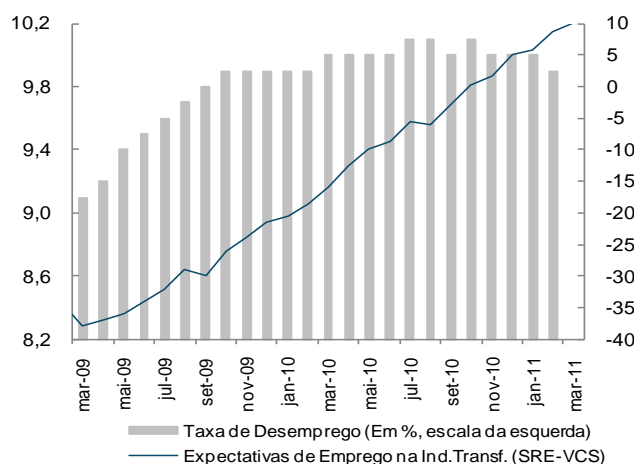
Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em fevereiro de 2011 a taxa de desemprego recuou ligeiramente quer na AE como na UE (9,9% e 9,5% face a 10% e 9,6% em janeiro, respetivamente). Para o mês de março, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego na indústria continuaram uma trajetória ascendente que se prolonga desde a primeira metade de 2010.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

No 1.º trimestre de 2011, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 2,5% (2% no 4.º trimestre de 2010) depois de no mês de Março esse crescimento ter sido de 2,7% (2,4% em fevereiro). Na UE os preços continuaram a crescer em março para 3,1% face a 2,9% no mês anterior.

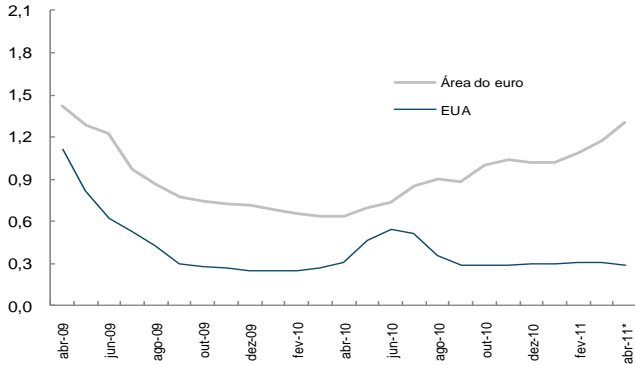
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010				2011	2010	2011		
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	18	0,6	2,0	2,2	2,1	-	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	116	98,0	100,4	103,0	105,2	106,8	106,3	105,8	107,2	107,4
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	17	0,8	2,0	1,9	2,0	-	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,9	96,4	99,1	102,3	105,6	107,3	106,9	106,8	107,9	107,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	7,5	5,2	9,4	7,3	8,1	:	8,9	6,4	7,4	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	0,8	0,4	0,6	1,3	0,7	:	0,0	0,5	0,2	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,1	10,1	10,2	10,1	10,1	:	10,0	10,0	9,9	:
IHPC	VH	"	16	11	16	17	2,0	2,5	2,2	2,3	2,4	2,7

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Considerando o valor médio até ao dia 26 de abril, a taxa de juro de curto prazo na área euro subiu para os 1,30% (1,18% em março), já nos EUA verificou-se uma redução para os 0,28% (0,31% em março), mantendo-se assim a tendência de agravamento do diferencial entre ambas.

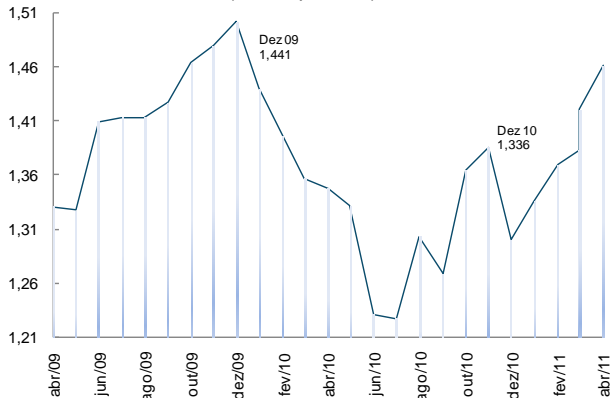
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 26.

Em março verificou-se uma subida das taxas de juro de longo prazo na zona euro, enquanto nos EUA se assistiu a uma redução das mesmas, originando assim um aumento do diferencial entre ambas.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

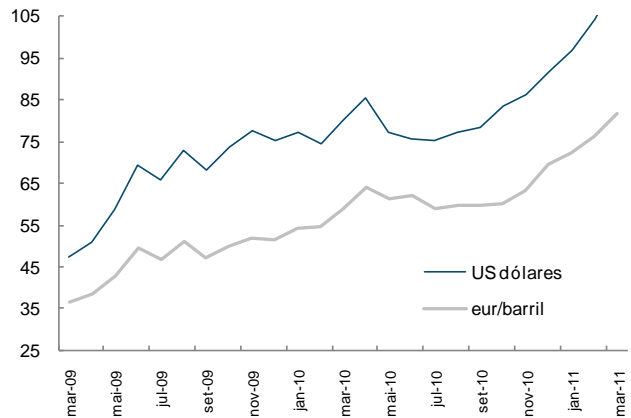


Fonte: Banco de Portugal. Para março, o valor é do dia 26.

Em abril, com os dados disponíveis até 26 de Abril o euro manteve a tendência de apreciação com o valor médio a atingir os 1,46 face ao dólar (aumento de 2,9% em relação a março). Esta valorização tem sido em grande parte motivada pelas expectativas existentes de subida da taxa de referência por parte do BCE.

Em março registou-se uma forte subida do índice de preços relativo do petróleo importado para os 81,0, um salto de 10,3 p.p. face ao valor de fevereiro. Em abril, até ao dia 26, manteve-se a tendência de forte subida do preço do petróleo Brent situando-se, em média, em 122 USD/bbl (85 €/bbl).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 26.

Em março de 2011, o preço das matérias-primas não energéticas aumentou 31% em termos homólogos (38% em fevereiro).

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010				2011	2010	2011		
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,01	0,63	0,77	0,89	1,01	1,18	1,01	1,05	1,09	1,18
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,22	3,72	3,49	2,79	2,86	3,46	3,29	3,39	3,58	3,41
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,64	3,71	3,61	3,45	3,76	4,35	4,16	4,26	4,35	4,43
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,336	1,348	1,227	1,365	1,336	1,336	1,336	1,369	1,383	1,421
Dow Jones*	VC	Yahoo	110	4,1	-10,0	10,4	7,3	5,9	5,2	2,7	2,8	0,3
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-5,8	-1,1	-12,2	6,8	1,6	4,2	5,4	5,8	2,0	-3,4
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	80,21	77,22	79,53	76,87	87,23	105,15	91,90	96,67	104,25	114,53
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	28,4	68,9	33,5	11,4	15,5	36,1	22,0	25,3	39,7	43,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	34,9	59,0	43,1	23,4	25,8	37,6	34,9	33,9	40,1	38,9
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	60,0	56,1	61,3	60,5	62,0	73,9	66,5	70,8	69,7	81,0

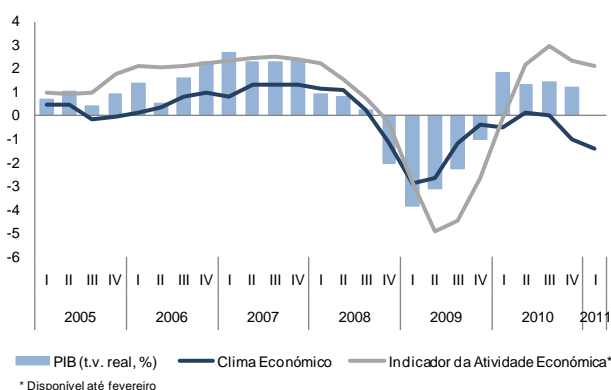
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010 e 2011 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 1.º trimestre de 2011, o indicador de clima económico voltou a agravar-se tendo registado o valor mais baixo desde o 2.º trimestre de 2009. Também o indicador de atividade económica voltou a desacelerar no trimestre terminado em fevereiro, agravando a tendência que se vem verificando desde a segunda metade do ano de 2010, embora no mês de fevereiro tenha apresentado uma melhoria em relação ao mês anterior.

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica

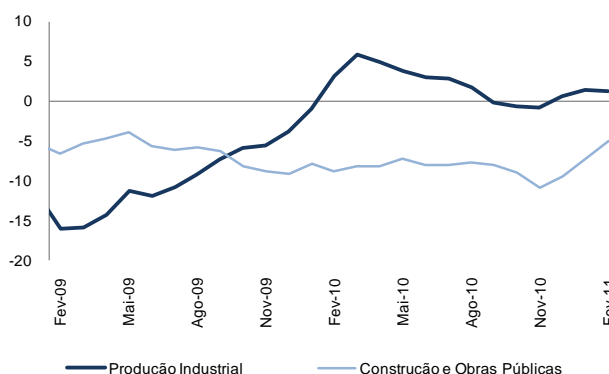


Fonte: INE.

Nos meses de janeiro e fevereiro os dados quantitativos mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção desacelerou para 0,4% (0,6% no 4.º trimestre de 2010) enquanto o índice de volume de negócios cresceu 11,4%, mais 2,9 p.p. do que no último trimestre de 2010.
- o índice de produção na construção e obras públicas abandonou a quebra para 4,6% (-9,5% no 4.º trimestre de 2010).
- os índices de volume de negócios nos serviços e comércio a retalho apresentaram quebras de 2,6% e 4,4%, respetivamente, agravando o seu comportamento face ao último trimestre de 2010 (2,3% e -0,9%, respetivamente).

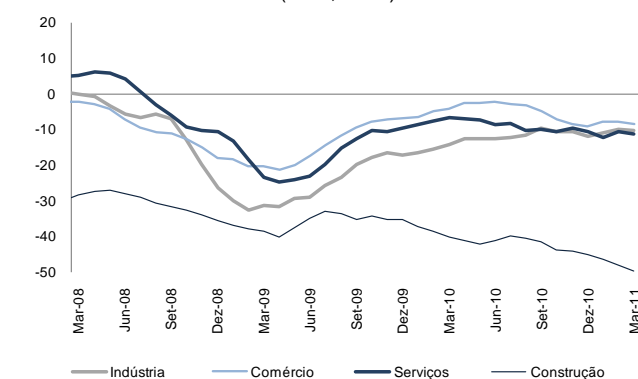
Figura 2.2. Índices de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No 1.º trimestre de 2011 registou-se uma melhoria nos indicadores de confiança da indústria e comércio e um agravamento nos serviços e construção. Todavia, em termos mensais, verificou-se no mês de março um agravamento de todos os indicadores, com exceção da construção que apresentou uma quebra menor do que no mês anterior.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

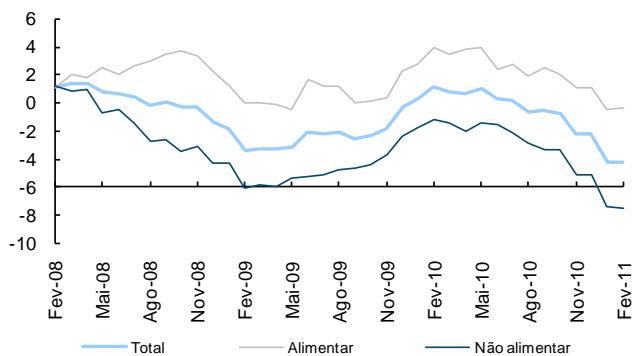
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010				2011	2010	2011		
				1T	2T	3T	4T			1T	dez	jan
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	14	18	13	14	12	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-0,4	-0,5	0,1	0,0	-10	-14	-10	-12	-13	-14
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-12,1	-14,1	-12,7	-9,6	-12,0	-10,2	-11,9	-9,9	-8,0	-12,9
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-5,0	-4,0	-2,1	-4,8	-9,0	-8,4	-9,1	-6,5	-8,0	-10,8
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-8,9	-6,6	-8,7	-9,8	-10,5	-11,1	-10,9	-13,4	-7,0	-12,9
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-42,1	-40,2	-41,4	-41,6	-45,3	-49,9	-45,1	-48,9	-50,9	-49,9
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	2,3	5,9	3,0	-0,2	0,6	:	2,8	0,8	-0,1	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	9,4	10,7	10,5	7,9	8,5	:	11,4	9,5	13,3	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	2,5	14	5,0	12	2,3	:	6,4	-3,0	-2,1	:

Consumo Privado

No trimestre terminado em fevereiro o comércio a retalho (IVNCR) apresentou um decréscimo homólogo de 4,2%, igual ao de janeiro. Para esta evolução contribuiu a quebra de 0,4% na categoria dos bens alimentares (melhoria de 0,1 p.p. face a janeiro) e a diminuição de 7,5% (agravamento de 0,1 p.p. em relação a janeiro).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

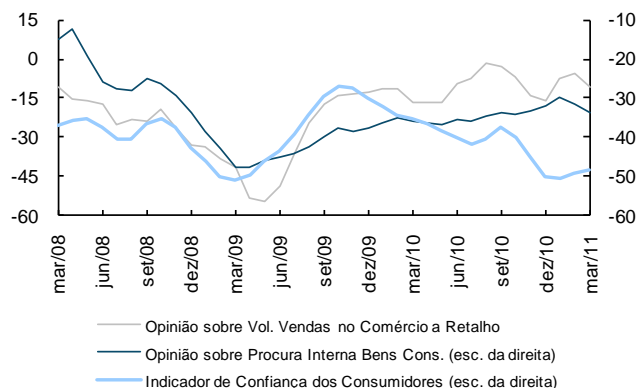


Fonte: INE.

Em março verificou-se uma continuação da degradação da confiança dos empresários do comércio a retalho. Já no que concerne a avaliação do comportamento da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria constatou-se uma melhoria no sentimento dos empresários.

No que se refere aos consumidores no mês de março assistiu-se a uma ligeira quebra na confiança dos mesmos. Verificaram-se melhorias nas expectativas a 12 meses para a evolução dos preços e do desemprego, mas uma deterioração das mesmas em relação à situação económica do país.

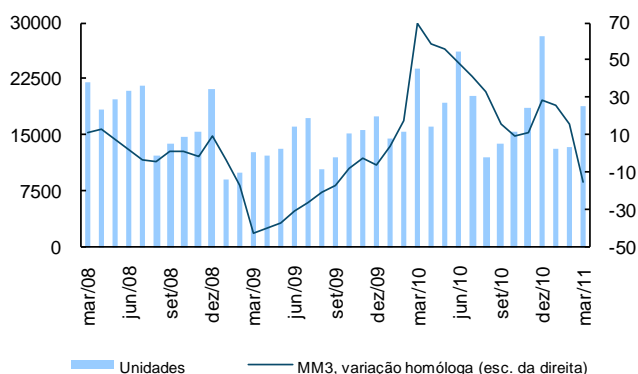
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mês de março foram vendidos aproximadamente 19 mil veículos, o que apesar de traduzir um crescimento face às vendas de fevereiro, representa uma quebra de 20,6% em termos homólogos

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

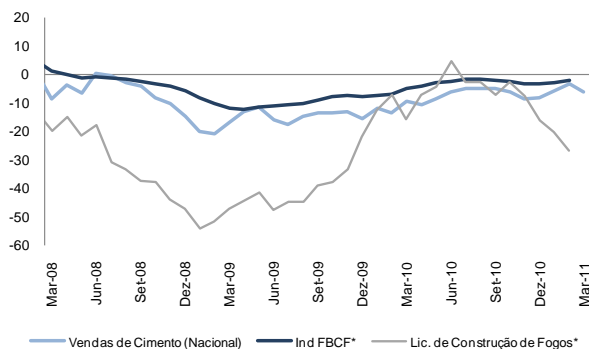
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010				2011	2010	2011		
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,2	2,8	3,0	1,9	1,0	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-41	-35	-40	-37	-50	-48	-50	-51	-47	-48
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-11	-17	-9	-3	-16	-11	-14	12	-16	-28
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-0,4	0,8	0,3	-0,6	-2,2	-	-0,8	-7,1	-4,6	-
Bens alimentares	VH	"	2,4	3,5	2,4	2,6	1,1	-	2,3	-2,5	-0,9	-
Bens não alimentares	VH	"	-2,8	-1,4	-1,5	-3,4	-5,1	-	-3,5	-11,0	-7,8	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	38,8	69,1	48,8	16,1	28,9	-15,2	61,7	-9,2	-12,7	-20,6
Importações de bens de consumo***	VH	INE	3,6	-1,8	1,7	1,3	-0,7	-	-2,8	7,0	4,9	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o 1.º trimestre de 2011, apontam para a continuação do agravamento de todas as componentes do investimento, com exceção da construção. Neste trimestre as vendas de cimento apresentaram uma quebra menos acentuada do que no 4.º trimestre de 2010, apesar de no mês de Março ter recuado significativamente face ao mês anterior, interrompendo a trajetória ascendente iniciada nos últimos meses.

Figura 2.7. Indicadores de Investimento
(VH, MM3)

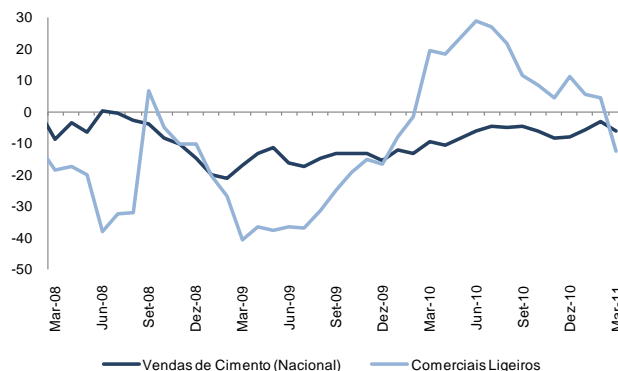


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o 1.º trimestre de 2011 mostram que:

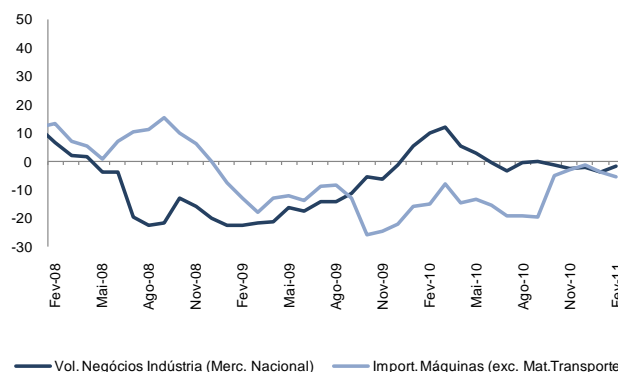
- as vendas de cimento apresentaram quebras menores do que no 4.º trimestre de 2010 (-6,1% face a -8%);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra de 12,6%, quando no 4.º trimestre tinham crescido 11,4%;
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, continuaram a agravar-se em relação aos trimestres anteriores.

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE

Nos meses de janeiro e fevereiro, em termos médios homólogos, as licenças de construção de fogos e o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional acentuaram as quebras face ao último trimestre de 2010 (-24,4% e -3,8% face a -16,1% e -1,8%, respetivamente). Também as importações de bens de capital, excepto material de transporte continuaram com um perfil descendente com um agravamento de 4,8 p.p. face à quebra verificada no 4.º trimestre de 2010.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

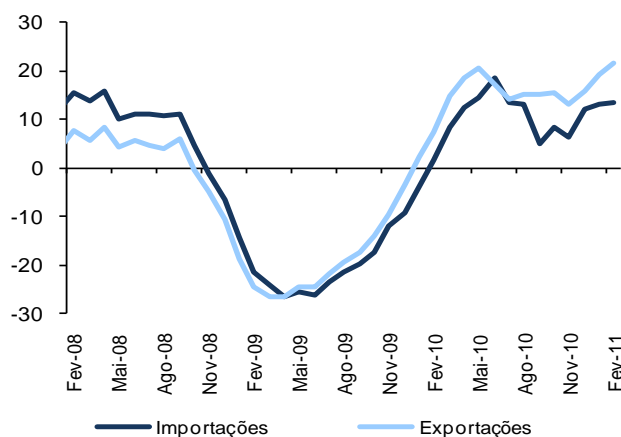
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010				2011	2010	2011		
				1T	2T	3T	4T			dez	jan	fev
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-5,0	-2,9	-4,8	-7,0	-4,5	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-3,1	-5,0	-2,3	-19	-3,2	:	-2,6	-2,0	-17	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-116	-9,4	-6,1	-4,7	-8,0	-6,1	-0,8	-4,8	-3,5	-9,3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	17,4	19,6	29,0	116	114	-12,6	25,7	-16,9	-6,2	-14,3
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-6,9	-33,7	-3,6	-10,7	39,9	26,9	53,4	34,3	17,3	26,3
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-28,3	-32	-32	-29	-20,0	-219	-213	-6,5	-19,4	-39,8
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-8,6	-15,6	4,6	-7,2	-16,1	:	-30,4	-18,0	-314	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-10,9	-7,7	-15,4	-19,4	-12	:	-4,3	-6,0	-6,0	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-5,8	12,3	-0,2	0,1	-18	:	14	-13,2	7,7	:

* no Comércio por Grosso; ** exceto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos médios, nos meses de janeiro e fevereiro os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE apontam para uma desaceleração, em termos nominais, das importações de 3,1 p.p. e uma aceleração das exportações de 4,4 p.p., em relação ao 4.º trimestre de 2010. Em termos médios homólogos, as exportações cresceram 20,2% e as importações 9,2%.

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

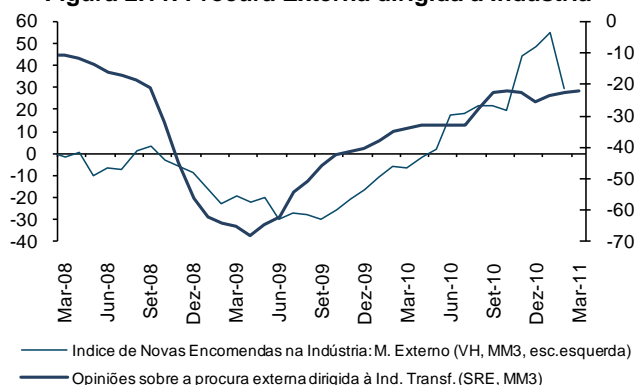


Fonte: INE.

Nos dois primeiros meses do ano em termos médios, verificou-se nas importações uma desaceleração das componentes intra e extracomunitária, mais acentuada no último caso (10,1% e 6,6% face a 11,3% e 16% no 4.º trimestre de 2010, respetivamente). Nas exportações a aceleração registou-se em ambas as componentes, mas foi mais acentuada na extracomunitária que cresceu 23,9% e a intra 19,1%, quando no 4.º trimestre de 2010 esse crescimento tinha sido de 17% e 15,4%, respetivamente.

Nos meses de janeiro e fevereiro, e em termos médios, as novas encomendas à indústria do mercado externo desaceleraram fortemente face ao crescimento verificado no 4.º trimestre (29,5% face a 48,7% no 4.º trimestre). No 1.º trimestre de 2011 as opiniões sobre a procura externa na indústria desacelerou 3,7 p.p. face ao último trimestre de 2010.

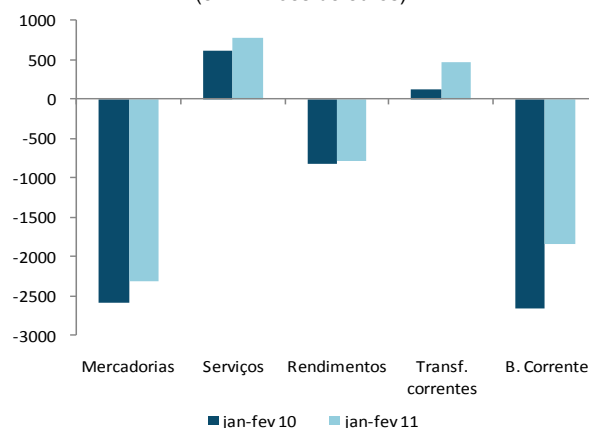
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até fevereiro de 2011, o défice acumulado da balança corrente foi de 1 835 milhões de euros, o que representa uma redução de 821 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, incluindo da balança de bens e serviços em 430 milhões de euros.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 911 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo da economia face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

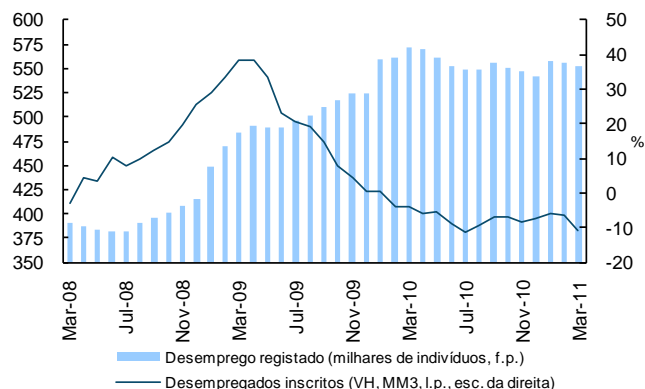
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2009	2010					2011		
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	-15	8,7	9,1	9,2	8,3	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,2	-3,7	5,5	9,8	15	4,4	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	7,4	7,1	8,5	5,9	7,2	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-7,9	-7,6	-8,7	-10,0	-6,3	-6,6	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	15,8	-3,5	14,8	17,3	15,1	15,8	14,3	24,9	19,4	21,1
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,1	-9,1	8,3	18,7	5,2	12,3	8,0	21,4	10,4	8,1

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011		Var. Acumulada
				jan	jan-fev	jan	jan-fev	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	0	-1362	-2623	-1192	-1712	911
Saldo Balança de Bens	"	"	0	-1249	-2582	-1217	-2307	275
Saldo Balança de Serviços	"	"	0	310	625	394	780	165
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	0	-337	-821	-394	-778	44
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	0	-80	122	38	470	348

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP em final de fevereiro os desempregados registados totalizavam 552 mil, uma redução homóloga de 3,5%, 2,5 p.p. superior à registada em fevereiro. Os primeiros 3 meses ficaram marcados por uma redução no número de desempregados inscritos.

Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

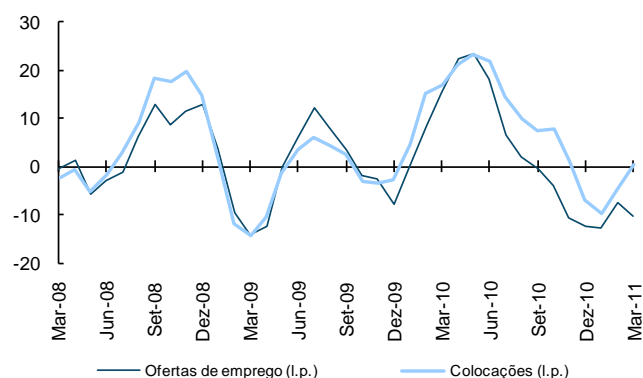
Em valores absolutos verificou-se uma diminuição de 19,9 mil desempregados registados face a igual período do ano anterior e uma redução de 3,7 mil desempregados em relação a fevereiro de 2011.

O número de desempregados inscritos mensalmente apresentou em março uma forte redução em termos homólogos de 15,2%, 6,8 p.p. superior à de fevereiro.

O mês de março ficou marcado por uma redução de 18,4% das ofertas de emprego em termos homólogos. Já nas colocações apesar de uma redução a mesma situou-se apenas nos 3%.

Assim sendo, manteve-se a tendência de melhoria da eficácia na colocação dos desempregados, com o rácio das colocações sobre as ofertas a subir para os 62%.

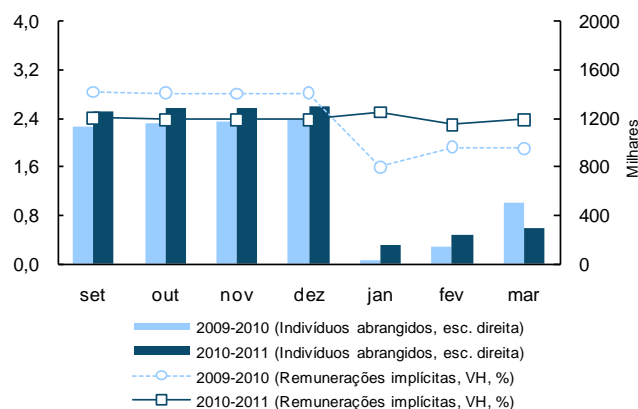
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) foi de 286 mil, uma redução de 43% em termos homólogos, representado menos 214 mil que em igual período de 2010.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MTSS.

O crescimento das remunerações implícitas nos IRCT em março foi de 2,4%, 0,1 p.p. superior ao de fevereiro.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010				2011	2010	2011			
				1T	2T	3T	4T			1T	Dez	Jan	Fev
Taxa de Desemprego	%	INE	10,8	10,6	10,6	10,9	11,1	:	-	-	-	-	
Emprego Total	VH	"	-1,5	-1,8	-1,7	-1,1	-1,5	:	-	-	-	-	
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	3,3	18,1	12,7	8,9	3,3	-3,5	3,3	-0,5	-1,0	-3,5	
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,7	-3,9	-9,1	-6,8	-7,5	-11,0	-0,8	-9,1	-8,4	-15,2	
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	4,9	15,4	18,1	-0,3	-12,4	-10,3	-12,1	-13,9	4,2	-18,4	
Contratação Coletiva	VHA	MTSS	2,4	1,9	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5	2,3	2,4	
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	1,4	-0,2	1,3	-0,1	4,2	:	-	-	-	-	
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	1,5	1,9	1,5	0,9	1,6	:	-	-	-	-	

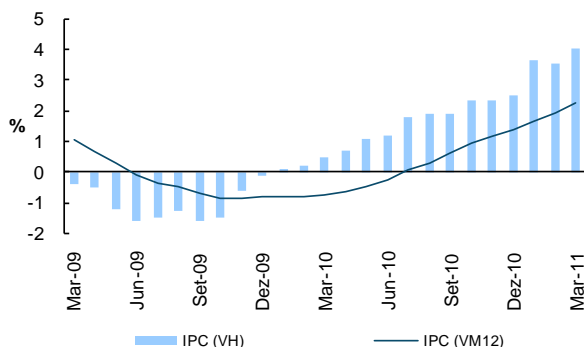
* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

O Índice de Preços no Consumidor (IPC), apresentou em março uma taxa de variação homóloga de 4%, 0,5 p.p. superior à do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses do IPC atingiu os 2,3% neste mês, 0,3 p.p. superior ao valor apurado em fevereiro.

Tal como nos meses anteriores e como será até junho de 2011, nesta evolução está refletido o aumento de 1 p.p. em todas as taxas de IVA decretado em julho de 2010, bem como o aumento em 2p.p. da taxa normal do IVA em 2011.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

Os transportes e a habitação, água e eletricidade foram as categorias que mais contribuíram para este aumento, com crescimentos homólogos de 9,9% e 5,7%, respetivamente. São categorias onde se verifica um forte impacto do preço dos produtos energéticos, onde se registou um aumento de 13,3%.

Os bens alimentares mantêm a sua tendência de aumento de preços, com um crescimento de 2,7% na categoria dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas.

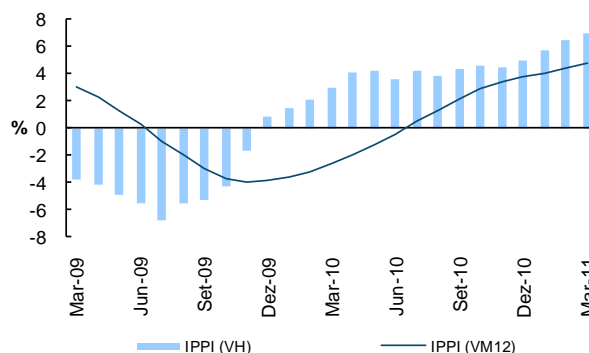
O calçado e vestuário foi a única categoria a apresentar uma contribuição negativa para o aumento do IPC, com uma redução de 1,5% dos preços em termos homólogos.

A taxa de variação do preço dos bens subiu para os 4,8%, 0,4 p.p. acima da de fevereiro, e a dos serviços para os 2,7%, mais 0,3 p.p. que no mês anterior, aumentando o diferencial em 0,1 p.p. para os 2,1 p.p.

A inflação subjacente em março (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) situou-se nos 2,4%, 0,5 p.p. superior à registada em fevereiro, mantendo-se o diferencial face ao IPC total nos 1,6 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial registou em março um crescimento homólogo de 7%, 0,6 p.p. superior ao de fevereiro, elevando a variação média dos últimos 12 meses para os 4,8%, 0,3 p.p. acima da de fevereiro.

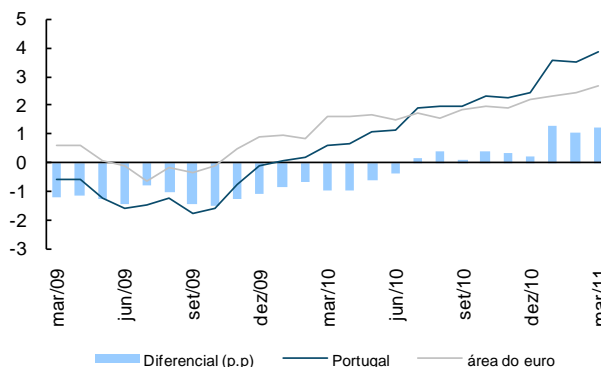
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fontes: INE.

Os maiores aumentos observaram-se nos agrupamentos industriais dos produtos intermédios e na energia, com crescimentos de 6,9% e 13,7%, respetivamente. Analisando por secções os maiores subidas registam-se na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio e nas Indústrias Transformadoras, 7,2% e 7%, respetivamente.

Figura 2.18. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

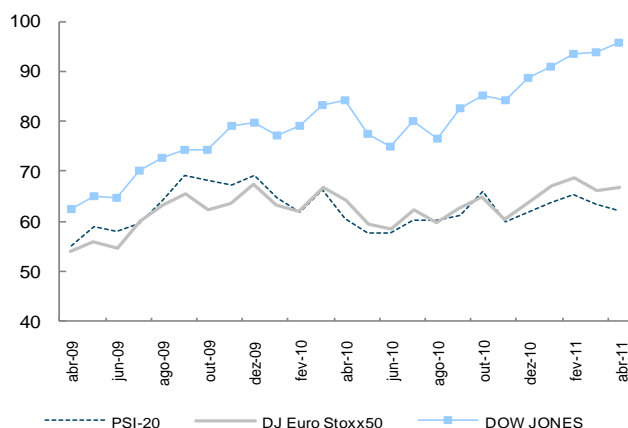
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010						2011		
				Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,1	-0,2	0,2	0,4	0,2	0,3	0,6	0,0	1,6
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	1,8	1,9	1,9	2,3	2,3	2,5	3,6	3,5	4,0
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	1,4	0,0	0,3	0,6	0,9	1,2	1,4	1,7	2,0	2,3
IPC – Bens	VH	"	1,7	2,4	2,6	2,6	3,2	3,0	3,4	4,4	4,4	4,8
IPC – Serviços	"	"	1,0	1,2	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	2,5	2,4	2,7
IPC excl. aliment. não transf. e energético	"	"	0,2	0,6	0,8	0,6	0,4	1,1	0,9	2,1	1,9	2,4
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,7	4,2	3,9	4,4	4,6	4,5	4,9	5,8	6,4	7,0
IHPC	"	"	1,4	1,9	2,0	2,0	2,3	2,2	2,4	3,6	3,5	3,9
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	-0,2	0,2	0,4	0,1	0,4	0,3	0,2	1,3	1,1	1,2

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em abril os índices bolsistas internacionais apresentaram uma evolução positiva, ainda que ligeira.

Assim, em termos médios e, até 21 de abril, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* subiram 2,0% e 0,9%, respetivamente, face ao final de março.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(abril 2007=100, fim do período)



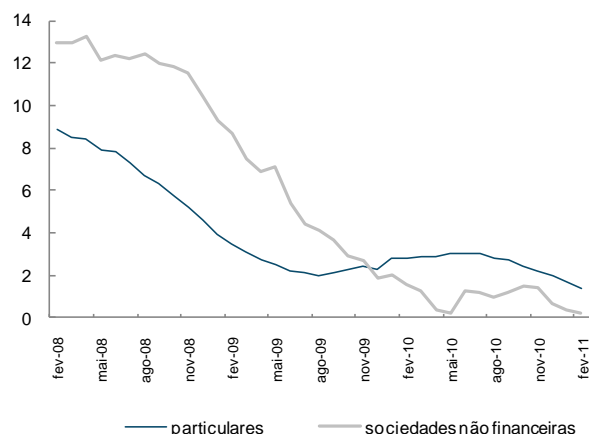
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para março, o valor é do dia 21.

O índice PSI-20, em contraciclo apresentou uma quebra. Em termos médios e, até 21 de abril, o índice PSI-20 desceu 2,0% em relação ao final do mês de março.

Em fevereiro os empréstimos ao sector privado não financeiro, considerando a variação anualizada, mantiveram a tendência de abrandamento do crescimento, com um aumento de 0,8% (1,1 em janeiro). Para esta evolução contribuiu um crescimento de 1,4% (1,7% em janeiro) dos empréstimos a particulares e um incremento de 0,2% (0,4% no mês anterior) dos empréstimos às empresas.

Esta evolução traduz a crescente dificuldade de acesso ao crédito na economia portuguesa, com particular enfoque nas dificuldades de financiamento das empresas.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

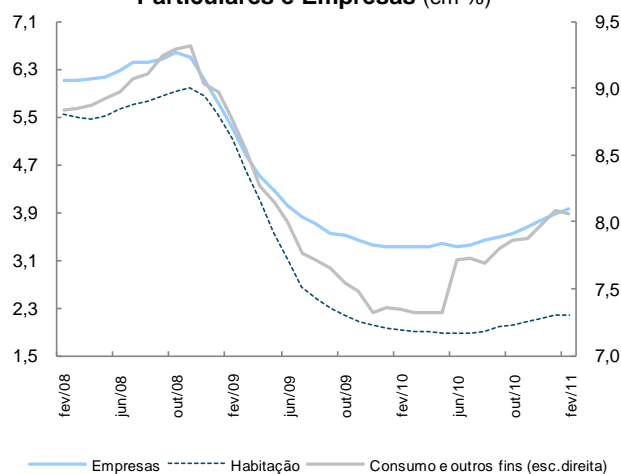


Fonte: Banco de Portugal.

Para o desaceleramento verificado no crédito destinado aos particulares contribuiu tanto a evolução dos empréstimos destinados à habitação, como os destinados ao consumo.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas. A subida para as empresas foi, no entanto, superior aumentando o diferencial face à taxa paga pelos privados

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

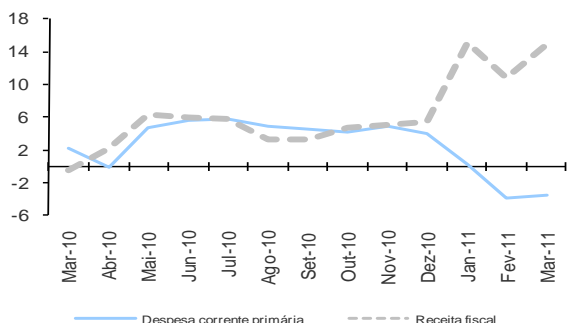
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010						2011		
				jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,6	5,2	5,4	6,3	6,2	7,1	6,6	6,9	7,3	7,8
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alem	p.b.	“	365	251	331	400	378	439	365	379	424	511
PSI 20*	VC	CMVM	-10,3	4,3	0,3	1,5	7,7	-9,4	3,6	3,0	2,3	-3,0
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,5	3,2	3,1	3,0	2,8	2,7	2,4	2,2	1,9	:
- para consumo	va**	“	0,5	2,5	2,2	1,8	1,3	0,7	0,7	0,5	0,0	:
Empréstimos a empresas	va**	“	0,0	1,2	1,0	1,2	1,5	1,4	0,7	0,4	0,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	“	2,12	1,86	1,91	1,97	2,01	2,06	2,12	2,17	2,19	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	“	3,74	3,37	3,43	3,49	3,54	3,64	3,77	3,89	3,95	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de

Finanças Públicas – Estado

Até março, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 1019,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 1530 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. O défice primário foi de 828,1 milhões de euros, menos 1489 milhões de euros do registado no período homólogo.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



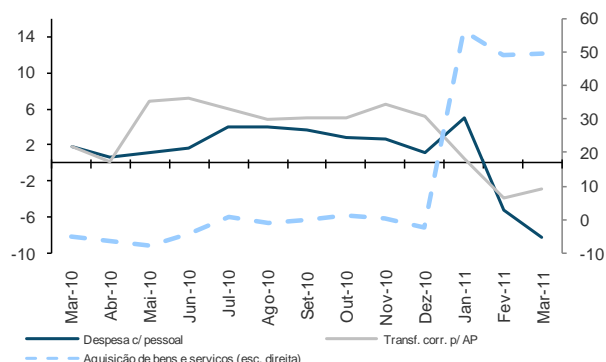
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2010, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 14,9%, justificado pelo acréscimo de 11,7% na receita dos impostos indiretos e de 20,7% dos impostos diretos. As rubricas que mais influenciaram a evolução da receita dos impostos diretos foram o IRS, com um acréscimo de 13%, justificado especialmente pela aplicação das tabelas de retenção na fonte introduzidas em 2010 e 2011 e a receita do IRC, cuja variação homóloga foi de 54,3%, devido à redução dos reembolsos em março, do aumento da receita bruta e da receita gerada pela tributação de dividendos, em janeiro. Na receita dos impostos indiretos, os principais impostos subjacentes ao aumento foram: IVA (18,4%), ISV (6,6%) e imposto Único de Circulação (16,3%); e
- um decréscimo da despesa total em 3,6%, devido à diminuição das transferências correntes (-3,3%), refletindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Segurança Social (-4,0%), CGA (-5,1%) e para o SNS (-0,6%), das despesas com pessoal (-8,2%), dos subsídios (-38,6%), justificada pela redução dos montantes de bonificação de juros à aquisição de habitação própria e indemnizações com-

pensatórias, bem como o efeito base associado aos encargos com os apoios à instalação de painéis solares, e dos juros e outros encargos (-17,7%). Em sentido contrário, constatam-se aumentos na rubrica aquisição de bens e serviços (49,5%), influenciada pela alteração metodológica do registo da despesa final da ADSE¹. Expurgando este efeito verifica-se uma diminuição de 8,5% nesta rubrica.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de março, a dívida direta do Estado situou-se em 152,5 mil milhões de euros, manifestando uma diminuição de 1386 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida refletiu, essencialmente, a emissão líquida de Obrigações do Tesouro, Certificados do Tesouro, CEDIC e, pelo segundo mês consecutivo, emissão de CEDIM (Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo prazo). Contrariamente, observou-se uma amortização líquida de Bilhetes do Tesouro, Certificados de Aforro e ECP.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	28-Fev-11	31-Mar-11			31-Mar-11
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	132 324	3 298	4 505	- 46	131 072
Bilhetes do Tesouro	16 321	2 043	3 802	0	14 563
Obrigações do Tesouro	110 570	987	209	13	111 361
Não Transacionável	21 538	5 464	5 597	0	21 405
Certificados de Aforro	15 029	34	346	0	14 717
CEDIC	4 993	4 230	4 212	0	5 010
Total	153 862	8 762	10 102	- 46	152 476

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2010		2011		2010		2011	
	Jan a Mar	10 ⁹ €	Jan a Mar	10 ⁹ €	Dec	Jan	Feb	Mar
	10 ⁹ €		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)			
Receita Total	7722	8877	21.2	15.0	4.6	14.4	10.0	15.0
Receita corrente	7603	8679	22.0	14.2	3.9	11.9	8.6	14.2
Impostos diretos	2444	2950	18.4	20.7	0.8	26.0	14.6	20.7
Impostos indiretos	4542	5074	25.6	11.7	9.2	8.0	8.9	11.7
Despesa Total	10271	9896	19.6	20.0	3.7	0.9	-3.6	-3.6
Despesa corrente primária	9523	9177	22.5	23.6	3.9	0.2	-3.9	-3.6
Despesa corrente	9755	9368	20.4	20.7	3.4	0.7	-3.9	-4.0
Despesa com pessoal	2413	2215	20.8	23.0	-1.0	4.9	-5.3	-8.2
Aquisição bens e serviços	199	297	12.5	15.8	-2.5	56.5	49.0	49.5
Subsídios	87	54	12.0	8.6	-11.0	-63.7	-54.0	-38.6
Juros	232	191	4.2	3.0	-0.7	23.1	-3.4	-17.7
Transferências corr. p/ AP	5767	5600	23.2	24.6	6.2	0.5	-3.9	-2.9
Saldo Global	-2549	-1019	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-2317	-828	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

¹ Em 2011, foi introduzida a contribuição patronal para a ADSE (registada em despesas com pessoal) e os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração direta do Estado passaram a ser registadas como aquisição de bens e serviços (enquanto até 2010 estavam registados como despesas com o pessoal). Desta forma, evita-se a duplicação da despesa com encargos em saúde nos serviços que pagam a contribuição e na ADSE que efetua a despesa final.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até março, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 871 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 136 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um aumento na receita de 5,9%, explicada pela receita de capital que cresceu 206,7% e que reflete o comportamento das transferências de capital (202,5%), contrastando com a diminuição da receita corrente em -0,9%, que traduz a evolução da generalidade das rubricas, excepto as taxas, multas e outras penalidades; e
- um aumento da despesa em 3,9%, que tem em consideração o acréscimo da despesa corrente em 3,1% e o incremento da despesa de capital em 27,3%. Para a evolução da despesa corrente contribuíram os aumentos nas rubricas aquisição de bens e serviços (5,6%), despesas com pessoal (7,8%), transferências correntes (0,7%) e subsídios (39,3%). A despesa de capital revelou aumentos nas transferências de capital (37,3%) e no investimento (120,3%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos					
	2010		2011		2011	
	Jan a Mar		Jan a Mar		Fev	Mar
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)	
Receita Total	5 381	5 700	19,0	22,9	6,7	5,9
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	836	833	19,5	19,9	3,2	-0,4
Transferências correntes da Adm. Central	3 730	3 630	23,1	23,6	-3,7	-2,7
Despesa Total	4 646	4 829	17,4	20,2	3,7	3,9
Despesa com pessoal	52	552	14,9	17,4	3,5	7,8
Aquisição de bens e serviços	176	1811	18,9	22,8	1,3	5,6
Transferências correntes	2 110	2 142	19,3	20,4	2,8	1,5
Saldo Global	735	871	-	-	-	-

Fonte: DGO.

Administração Central

Nos primeiros três meses do ano, o défice global provisório da Administração Central foi de 148,1 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 1666 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. A receita total exibiu um grau de execução, face ao objectivo traçado no Orçamento do Estado, de 22,9%, com a receita corrente e a receita de capital a apresentarem graus de execução orçamental de 22,6% e 29,3%, respectivamente. A despesa total manifestou um grau de execução orçamental ligeiramente menor que o da receita, situando-se nos 19,3%, contribuindo para este efeito os graus de execução de 20% e 12,4% da despesa corrente e da despesa de capital, respetivamente.

¹ Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

² Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

Serviço Nacional de Saúde

Execução financeira consolidada do SNS

Nos primeiros três meses de 2011, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um excedente de 19,1 milhões de euros, que compara com um défice de 95,3 milhões de euros no período homólogo.

A execução financeira, face a 2010, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 0,6%, justificada pela redução da transferência do Orçamento do Estado (-0,6%) no âmbito do financiamento do sistema de saúde e nos outros proveitos operacionais (-80,7%), parcialmente compensada pelos aumentos das receitas procedentes dos subsídios de investimento (883,3%), outras receitas (22,8%) e da prestação de serviços (13,1%), estas últimas em resultado das políticas definidas em 2011, nomeadamente no campo das taxas moderadoras; e
- uma diminuição da despesa em 5,7%, devido à diminuição da despesa com subcontratos (-7,4%), onde se destacam as reduções observadas na comparticipação de medicamentos (-18,9%), nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. (-3,1%) e meios complementares de diagnóstico e terapêutica (-14,6%), e despesas com pessoal (-8,8%), que conjuga o efeito da redução da massa salarial e da gestão mais rigorosa das horas extraordinárias, suplementos remuneratórios e número de aposentações verificadas no 1º trimestre.

Quadro 2.11. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2010	2011	2011	
	Jan a Mar		Fev	Mar
	10 ⁶ euros		VHA%	
Receita Cobrada	2 100	2 089	-0,6	-0,6
Transferências do Orçamento do Estado	2 038	2 024	-0,6	-0,6
Prestação de serviços	19	22	10,4	13,1
Outras receitas	21	25	22,7	22,8
Despesa Total	2 196	2 070	-6,0	-5,7
Despesa com pessoal	246	224	-8,4	-8,8
Subcontratos	1 857	1 720	-8,0	-7,4
Outras despesas	34	34	69,8	15
Saldo Global	-95	19	-	-

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

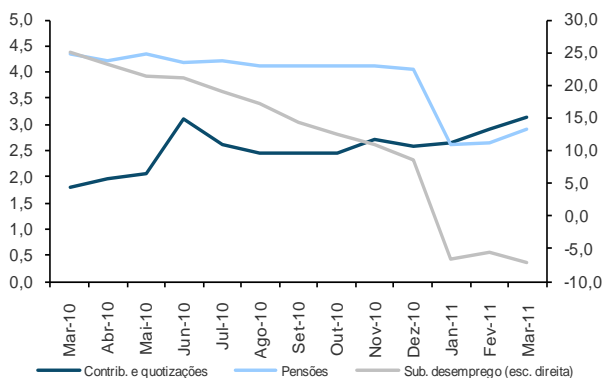
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até março, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 579,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 76 milhões de euros face ao mesmo período de 2010.

A execução orçamental da Segurança Social, face a 2010, caracterizou-se por:

- um aumento da receita corrente em 3,1% derivado do aumento das rubricas: transferências do Fundo Social Europeu (112,9%), contribuições e quotizações (3,1%) e IVA social (3,8%). Em sentido contrário, observaram-se diminuições de 3,9% nas transferências correntes e outras receitas correntes (-4,4%); e
- um aumento da despesa corrente em 1,9%, refletindo, em particular, a subida da despesa em prestações sociais, designadamente, pensões (2,9%), e, em menor grau das outras prestações (9,2%), subsídio por doença (15%), ação social (1,8%) e complemento solidário para idosos (6,2%). Contrariamente, registaram-se decréscimos no subsídio familiar a crianças e jovens (-26,9%), no subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-7,2%), no rendimento social de inserção (-28,0%), outras despesas correntes (-13,5%) e na administração (-5,7%). As ações de formação profissional permanecem com crescimentos elevados (103,4%), especialmente as ações suportadas pelo Fundo Social Europeu. Relativamente ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 28,8% no subsídio de doença e uma diminuição de 18,3% no subsídio de desemprego.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



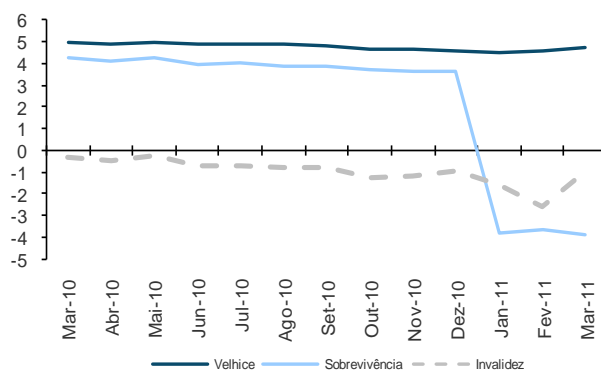
Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social					Caixa Geral de Aposentações				
	2010		2011		2011	2010		2011		2011
	Jan a Mar		Jan a Mar			Jan a Mar		Jan a Mar		
	10 ⁶ euros	VHA	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	VHA	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)
Receita Total	5571	3,2	5747	3,1	23,9	1885	13,2	2134	13,2	16,3
Contribuições e quotizações	3291	3,1	3394	3,1	24,1	836	-0,4	832	-0,4	13,5
Transferências correntes da Adm. Central	1793	-3,9	1723	-3,9	24,8	1042	-4,3	997	-4,3	23,3
Despesa Total	5068	2,0	5167	2,0	22,0	1817	3,0	1871	3,0	21,5
Pensões	2974	2,9	3060	2,9	21,2	1805	3,1	1861	3,1	21,5
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	563	-7,2	522	-7,2	25,0	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	1128	-5,7	1064	-5,7	24,7	-	-	-	-	-
Saldo Global	503	-	580	-	-	68	-	263	-	-

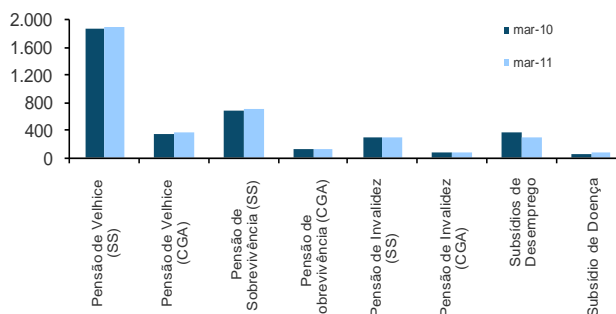
Fontes: DGO e GPEARI.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

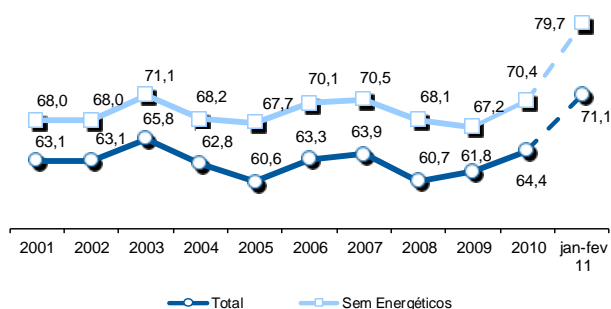
Até março, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 263,2 milhões de euros, mais 195,1 milhões de euros face ao período homólogo. A receita corrente diminuiu 2,7%, devido ao decréscimo registado em todas as rubricas: transferências correntes (-4,3%), contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (-0,4%) e outras receitas correntes (-47,8%). A despesa corrente aumentou 3%, refletindo, principalmente, os aumentos da despesa em pensões (3,1%).

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o mês de fevereiro de 2011, as saídas de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 21,7% nos últimos três meses. Em igual período, as entradas cresceram 13,4%^[3], registando-se uma recuperação do saldo negativo da balança comercial (fob/cif) de 0,7% (Quadro 3.1). *Excluindo os produtos energéticos*, as saídas também cresceram a uma taxa superior à das entradas (23% e 12%, respetivamente).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2009 e preliminar para 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a fevereiro			VH	
	2010	2011	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
	Saídas (fob)	5.327	6.404	20,2	21,7
Entradas (cif)	8.244	9.001	9,2	13,4	11,6
(fob)	7.856	8.577	9,2	13,4	11,6
Saldo (fob-cif)	-2.917	-2.597	-11,0	-0,7	1,9
(fob-fob)	-2.529	-2.173	-14,1	-2,7	0,5
Cobertura (fob/cif)	64,6	71,1	-	-	-
(fob/fob)	67,8	74,7	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	4.951	6.057	22,4	23,0	16,4
Entradas (cif)	7.067	7.602	7,6	12,0	9,4
(fob)	6.735	7.244	7,6	12,0	9,4
Saldo (fob-cif)	-2.117	-1.545	-27,0	-10,9	-5,2
(fob-fob)	-1.784	-1.187	-33,5	-14,7	-7,6
Cobertura (fob/cif)	70,0	79,7	-	-	-
(fob/fob)	73,5	83,6	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	1.237	1.533	23,9	26,8	20,3
Importações (cif)	2.056	2.191	6,6	14,5	21,0
(fob)	1.959	2.087	6,6	14,5	21,0
Saldo (fob-cif)	-819	-658	-19,7	-9,5	22,5
(fob-fob)	-722	-554	-23,2	-13,4	22,8
Cobertura (fob/cif)	60,2	70,0	-	-	-
(fob/fob)	63,1	73,4	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Entradas – Somatório das "Chegadas" provenientes da UE com as "Importações" vindas dos P.Terceiros.

Saídas – Somatório das "Expedições" para a UE com as "Exportações" para os P.Terceiros.

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010 e 2011: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº04/2011").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de fevereiro de 2011 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas e 250 mil para as expedições, em 2010). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] "Saídas": somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "Exportações" para os Países Terceiros. "Entradas": somatório das "Chegadas" com origem nos países comunitários com as "Importações" provenientes dos Países Terceiros.

Entre janeiro e fevereiro de 2011, a taxa de cobertura das entradas pelas saídas de mercadorias atingiu os 71,1%, mais 6,5 p.p. que em igual período do ano passado, com as saídas a crescer, em termos homólogos, mais do dobro das entradas de mercadorias (20,2% e 9,2%, respetivamente).

Nos últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2011, as saídas registaram um crescimento homólogo de 17,6% e as entradas de 11,6%. O saldo da balança comercial agravou-se em 1,9%.

Quadro 3.2. Balança Comercial: janeiro a fevereiro

janeiro a fevereiro	Valores em milhões de Euros		
	2010	2011	TVH
Intra+Extra UE			
Saídas (fob)	5 327	6 404	20,2
Entradas (cif)	8 244	9 001	9,2
Saldo (fob-cif)	- 2 917	- 2 597	-11,0
Cobertura (fob/cif)	64,6	71,1	-
Intra UE			
Saídas (fob)	4 090	4 871	19,1
Entradas (cif)	6 188	6 810	10,1
Saldo (fob-cif)	- 2 098	- 1 939	-7,6
Cobertura (fob/cif)	66,1	71,5	-
Extra UE			
Exportações (fob)	1 237	1 533	23,9
Importações (cif)	2 056	2 191	6,6
Saldo (fob-cif)	- 819	- 658	-19,7
Cobertura (fob/cif)	60,2	70,0	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

De janeiro a fevereiro, o défice da balança comercial Intra UE foi inferior ao registado em igual período homólogo (-7,6%), com as saídas de mercadorias a aumentar 19,1% e as entradas 10,1%. O saldo negativo da balança comercial Extra UE recuperou 19,7% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2010	2011	TVH	2010	2011	TVH
jan	4 014	4 430	10,4	2 608	3 113	19,4
fev	4 230	4 571	8,1	2 719	3 291	21,1
mar	5 029			3 333		
abr	4 485			2 962		
mai	4 679			3 048		
jun	5 544			3 137		
jul	4 645			3 402		
ago	4 177			2 512		
set	4 884			3 314		
out	5 082			3 267		
nov	5 095			3 327		
dez	5 199			3 144		
1º trim	13 273			8 659		
2º trim	14 708			9 148		
3º trim	13 706			9 228		
4º trim	15 376			9 738		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Saídas de Mercadorias

Nos primeiros dois meses de 2011, as saídas de mercadorias registaram uma variação positiva de 20,2% face a igual período do ano passado. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação foi de 22,4%.

Nestes dois meses devem destacar-se os grupos de produtos de “Material de Transporte” (+4,7 p.p.), “Minérios e Metais” (3,9 p.p.) e “Químicos” (3,7 p.p.) como aqueles que mais contribuíram para o crescimento do total das saídas de mercadorias. Em sentido oposto, as saídas de produtos “Energéticos”, foram as únicas que contribuíram negativamente (-0,6 p.p) para o crescimento das saídas.

Por outro lado, as “Máquinas” continuam a ser o grupo de produtos com maior peso na estrutura das saídas de mercadorias (14,3%), seguido dos “Químicos” (12,7%).

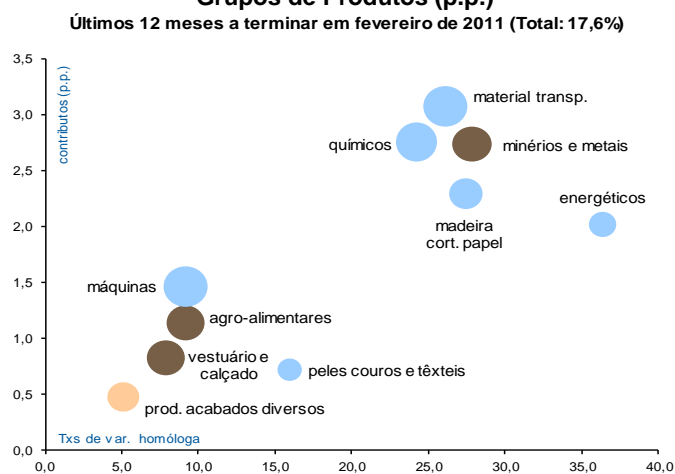
No último ano a terminar em fevereiro de 2011, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das saídas (+17,6%). Excluindo os produtos energéticos, a taxa de crescimento homólogo das saídas atingiu os 16,4% (Quadros 3.1 e 3.4).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das saídas no último ano. Pela sua análise e dos valores que constam no Quadro 3.4 conclui-se que, no período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das saídas de mercadorias, registando, conseqüentemente, taxas de variação homóloga positivas.

Destaca-se o contributo do “Material de Transporte”, dos “Químicos” e dos “Minérios e Metais”, que registaram contributos de 3,1 p.p., 2,8 p.p. e 2,7 p.p., respetivamente, para o crescimento das saídas de mercadorias.

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Madeira, Cortiça e Papel” (+2,3 p.p.) e “Energéticos” (+2 p.p.). Embora com um menor contributo para o crescimento das saídas, as saídas de “Energéticos” cresceram 36,3% no último ano a terminar em fevereiro de 2011 e aumentaram o seu peso relativo no total das saídas de mercadorias (6,7% em 2010).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Saídas de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período em análise.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-fev		últimos 12 meses		jan-fev	
	jan-fev						VH	contrib.	VH	contrib.
	2010	2011	2005	2010	2010	2011		p.p.[1]		p.p.[1]
Total das Saídas	5 327	6 404	100,0	100,0	100,0	100,0	17,6	17,6	20,2	20,2
000 Agro-Alimentares	586	686	8,7	11,7	11,0	10,7	9,2	1,1	17,0	1,9
100 Energéticos	376	347	4,1	6,7	7,1	5,4	36,3	2,0	-7,8	-0,6
200 Químicos	617	815	10,5	11,9	11,6	12,7	24,2	2,8	32,1	3,7
300 Madeira, Cortiça e Papel	463	541	8,9	9,4	8,7	8,4	27,4	2,3	16,7	1,5
400 Peles, Couros e Têxteis	229	285	5,3	4,5	4,3	4,4	15,9	0,7	24,4	1,0
500 Vestuário e Calçado	603	679	12,4	9,8	11,3	10,6	7,9	0,8	12,7	1,4
600 Minérios e Metais	498	707	9,1	10,5	9,3	11,0	27,8	2,7	42,1	3,9
700 Máquinas	811	922	19,4	14,9	15,2	14,4	9,2	1,5	13,8	2,1
800 Material de Transporte	669	917	13,9	12,4	12,6	14,3	26,1	3,1	37,1	4,7
900 Produtos Acabados Diversos	474	505	7,7	8,3	8,9	7,9	5,1	0,5	6,4	0,6

Por memória:

Total sem energéticos	4 951	6 057	95,9	93,3	92,9	94,6	16,4	15,5	22,4	20,8
-----------------------	-------	-------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Entre janeiro e fevereiro de 2011, as expedições para o mercado comunitário cresceram 19,1%. As expedições com destino aos países da UE15 cresceram 19,2%, e as expedições para os Países do Alargamento 16,4%. As exportações Extra UE continuaram a crescer a uma taxa superior à das expedições para a UE27, 23,9%. No entanto, o contributo das expedições Intra UE para o crescimento do total das saídas continua a dominar (+14,7 p.p.) (Quadro 3.5).

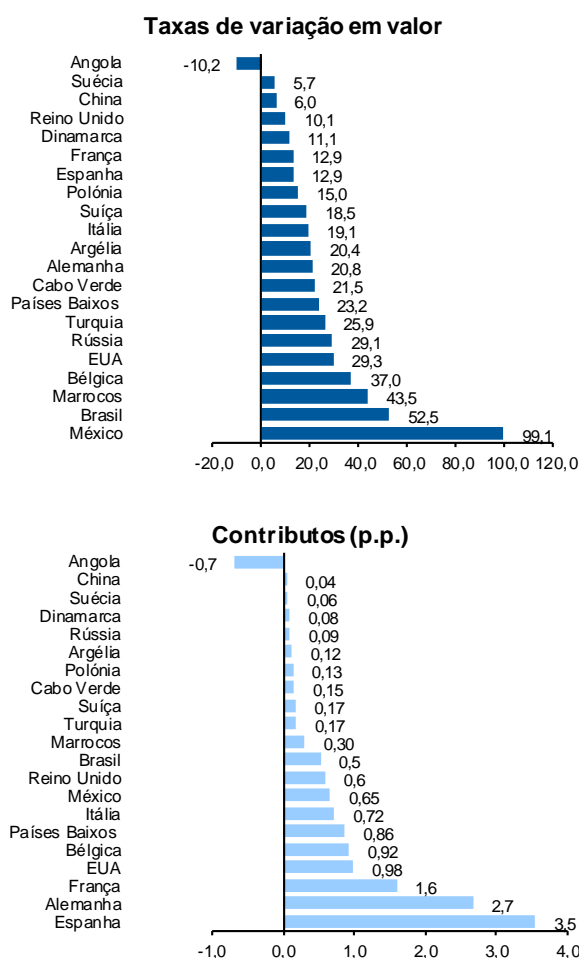
As saídas de mercadorias com destino à Alemanha (+3,6 p.p.) e à Espanha (+3,4 p.p.) foram aquelas que mais contribuíram para o crescimento das saídas entre janeiro e fevereiro de 2011. Salienta-se, ainda, o crescimento homólogo das expedições de mercadorias para a França (+21,3%) e para o Reino Unido (+12,7%).

Nos últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2011, as saídas para os países do mercado comunitário cresceram 16,7%. As saídas com destino à EU15 registaram uma taxa de crescimento homólogo de 16,4%, sendo que as expedições com destino à Espanha (+3,5 p.p.) e à Alemanha (2,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento total das saídas.

Entre os países terceiros, destaca-se o comportamento positivo das exportações para o México (+99,1%), Brasil (+52,5%) e Marrocos (+43,5%). Angola continuou a destacar-se como sendo o mercado de destino responsável pela única contribuição negativa (-0,7 p.p.) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2011



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	jan-fev		Estrutura (%)				média anual 05-10*	Taxas de variação e contributos [2]			
	2010	2011	anual		jan-fev			12 meses [1]		jan-fev	
			2005	2010	2010	2011		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	5 327	6 404	100,0	100,0	100,0	100,0	3,4	17,6	17,6	20,2	20,2
Intra UE-27	4 090	4 871	80,3	75,0	76,8	76,1	2,0	16,7	12,6	19,1	14,7
dos quais:											
UE-15	3 932	4 687	78,4	71,9	73,8	73,2	1,6	16,4	11,9	19,2	14,2
Espanha	1492	1671	27,6	26,6	28,0	26,1	2,6	12,9	3,5	12,0	3,4
Alemanha	682	875	12,5	13,0	12,8	13,7	4,3	20,8	2,7	28,3	3,6
França	678	823	13,5	11,8	12,7	12,8	0,6	12,9	1,6	21,3	2,7
R.Unido	296	334	8,3	5,5	5,6	5,2	-4,7	10,1	0,6	12,7	0,7
P.Baixos	201	259	4,0	3,8	3,8	4,0	2,4	23,2	0,9	28,6	1,1
Itália	206	249	4,4	3,8	3,9	3,9	0,5	19,1	0,7	20,7	0,8
Bélgica	148	184	3,9	2,9	2,8	2,9	-2,9	37,0	0,9	24,3	0,7
Suécia	61	70	1,1	1,0	1,1	1,1	1,3	5,7	0,1	14,8	0,2
Dinamarca	41	44	0,8	0,7	0,8	0,7	0,4	11,1	0,1	9,6	0,1
Alargamento	158	184	1,8	3,1	3,0	2,9	14,6	24,2	0,7	16,4	0,5
Polónia	48	55	0,5	0,9	0,9	0,9	3,3	5,0	0,1	14,1	0,1
Extra UE-27	1 237	1 533	19,7	25,0	23,2	23,9	8,4	20,3	5,0	23,9	5,6
dos quais:											
Angola	280	305	2,6	5,2	5,3	4,8	18,9	-10,2	-0,7	8,8	0,5
EUA	210	272	5,3	3,6	3,9	4,2	-4,3	29,3	1,0	29,6	1,2
Brasil	55	98	0,6	1,2	1,0	1,5	19,9	52,5	0,5	76,8	0,8
México	20	38	0,3	1,1	0,4	0,6	36,2	99,1	0,7	92,4	0,3
Suíça	49	58	0,8	0,9	0,9	0,9	5,7	18,5	0,2	19,6	0,2
Marrocos	33	51	0,4	0,8	0,6	0,8	18,2	43,5	0,3	54,0	0,3
Turquia	35	42	0,7	0,7	0,7	0,7	2,9	25,9	0,2	20,6	0,1
Cabo Verde	32	40	0,5	0,7	0,6	0,6	12,1	21,5	0,1	26,2	0,2
China	32	44	0,5	0,6	0,6	0,7	6,7	6,0	0,0	40,6	0,2
Argélia	27	31	0,2	0,6	0,5	0,5	31,3	20,4	0,1	17,2	0,1
Por memória:											
Gibraltar	25	14	0,1	0,6	0,5	0,2	62,7	77,1	0,3	-44,4	-0,2
PALOP	341	382	3,4	6,6	6,4	6,0	17,8	-4,7	-0,4	12,1	0,8
EFTA	64	74	1,1	1,1	1,2	1,2	3,4	5,6	0,2	15,9	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

[1] $(\text{mar } 10 - \text{fev } 11) / (\text{mar } 09 - \text{fev } 10) \times 100 - 100$.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Entradas de Mercadorias

Entre janeiro e fevereiro de 2011, as entradas de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 9,2% (Quadro 3.6).

Nestes dois meses, as entradas dos produtos “Energéticos” (+2,7 p.p.), Químicos” (+2,6 p.p.) e “Agro alimentares” (+2,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento do total das entradas. As entradas de “Minérios e Metais” e “Energéticos” foram as que registaram maiores crescimentos homólogos relativamente a igual período do ano passado (21,9% e 19%, respetivamente)

No último ano a terminar em fevereiro de 2011, as entradas cresceram 11,6%. As entradas de “Produtos Energéticos” foram as que mais contribuíram para este crescimento (+3,4 p.p.), seguidos do “Material de Transporte” (+3 p.p.).

A UE-27 continua a ser o principal mercado de origem das entradas, tendo representado 75,7% das entradas de mercadorias entre janeiro e fevereiro de 2011.

A Espanha continua a ser o principal mercado de origem das entradas de mercadorias (32% do total).

Comparativamente a igual período em 2010, as *entradas de mercadorias provenientes do mercado comunitário* aumentaram 10,1% entre janeiro e fevereiro de 2011, com as provenientes dos países da UE15 a crescer 9,9% e as provenientes dos países do Alargamento 15,2%. As entradas de mercadorias provenientes da Espanha (+3,7 p.p.) e da Alemanha (+2,4 p.p.) foram as que mais contribuíram para o aumento das entradas.

As *entradas de mercadorias provenientes de países terceiros* cresceram entre janeiro e fevereiro de 2011 6,6% em termos homólogos. Destacam-se as entradas provenientes da China, dos EUA e da Nigéria, que representaram 2,6%, 2,4% e 2%, respetivamente, do total das entradas de mercadorias. Neste período, as entradas de mercadorias provenientes da Arábia Saudita (+85,7%) e da Nigéria (+76,8%) foram as que registaram maior crescimento homólogo.

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	jan-fev		Anual		jan-fev		12 meses [1]		jan-fev	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	8 244	9 001	100,0	100,0	100,0	100,0	11,6	11,6	9,2	9,2
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	1 111	1 317	11,9	13,8	13,5	14,6	6,7	1,0	18,5	2,5
100-Energéticos	1 177	1 400	14,1	14,6	14,3	15,5	26,4	3,4	19,0	2,7
200-Químicos	1 255	1 469	13,3	15,2	15,2	16,3	13,2	2,0	17,1	2,6
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	365	411	4,7	4,6	4,4	4,6	12,8	0,6	12,4	0,6
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	587	634	6,8	6,8	7,1	7,0	12,7	0,8	7,9	0,6
500-Minérios e Metais	703	857	9,2	8,6	8,5	9,5	16,8	1,4	21,9	1,9
600-Máquinas [3]	1 355	1 358	20,5	16,4	16,4	15,1	-3,2	-0,6	0,3	0,0
700-Material de Transporte [4]	1 160	1 066	13,5	14,1	14,1	11,8	23,9	3,0	-8,1	-1,1
800-Prod. Acabados Diversos	531	490	6,0	5,9	6,4	5,4	0,6	0,0	-7,7	-0,5
Total sem energéticos	7 067	7 602	85,9	85,4	85,7	84,5	9,4	8,2	7,6	6,5
Mercados de origem										
Intra UE-27	6 188	6 811	77,6	75,7	75,1	75,7	9,0	7,0	10,1	7,6
dos quais:										
UE-15	5 991	6 584	75,8	73,3	72,7	73,1	8,9	6,7	9,9	7,2
Espanha	2 572	2 878	30,7	31,2	31,2	32,0	7,9	2,6	11,9	3,7
Alemanha	972	1 173	14,4	13,9	11,8	13,0	21,6	2,8	20,6	2,4
França	638	669	8,7	7,2	7,7	7,4	-2,1	-0,2	4,8	0,4
Itália	498	482	5,9	5,7	6,0	5,4	6,7	0,4	-3,2	-0,2
Países Baixos	508	482	4,5	5,1	6,2	5,4	3,8	0,2	-5,1	-0,3
Reino Unido	268	322	4,3	3,8	3,3	3,6	29,3	1,0	20,1	0,7
Bélgica	239	267	2,9	2,9	2,9	3,0	12,9	0,4	11,7	0,3
Suécia	81	83	1,1	1,0	1,0	0,9	15,6	0,2	2,1	0,0
Irlanda	71	78	0,9	1,0	0,9	0,9	7,9	0,1	10,3	0,1
Alargamento	197	227	1,8	2,3	2,4	2,5	10,4	0,2	15,2	0,4
Extra UE-27	2 056	2 191	22,4	24,3	24,9	24,3	21,0	4,7	6,6	1,6
dos quais:										
China	221	238	1,1	2,8	2,7	2,6	40,3	0,9	8,0	0,2
Nigéria	101	178	1,9	2,4	1,2	2,0	17,7	0,4	76,8	0,9
Brasil	118	145	1,9	1,8	1,4	1,6	14,8	0,3	23,5	0,3
EUA	186	218	2,1	1,5	2,3	2,4	-2,3	0,0	17,3	0,4
Líbia	72	13	0,6	1,3	0,9	0,1	84,0	0,6	-81,4	-0,7
Cazaquistão	114	77	0,5	1,1	1,4	0,9	152,0	0,7	-32,3	-0,4
Angola	155	207	0,0	1,0	1,9	2,3	132,9	0,7	33,7	0,6
Noruega	106	44	1,0	0,9	1,3	0,5	-25,7	-0,3	-58,1	-0,7
Arábia Saudita	71	131	0,8	0,9	0,9	1,5	42,7	0,3	85,7	0,7
Rússia	49	55	0,7	0,7	0,6	0,6	-21,8	-0,2	12,1	0,1
Índia	47	62	0,4	0,7	0,6	0,7	58,4	0,3	31,3	0,2
Suíça	53	63	0,6	0,7	0,6	0,7	12,8	0,1	20,3	0,1
Japão	47	59	1,1	0,6	0,6	0,7	34,3	0,2	25,9	0,1
Turquia	45	21	0,7	0,6	0,5	0,2	5,5	0,0	-52,7	-0,3
OPEP[5]	556	710	6,6	6,8	6,7	7,9	26,5	1,6	27,6	1,9
EFTA	159	111	1,7	1,6	1,9	1,2	-12,5	-0,2	-30,5	-0,6
PALOP	158	210	0,1	1,1	1,9	2,3	107,5	0,7	33,1	0,6

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] (mar 10 - fev 11) / (mar 09 - fev 10) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores.

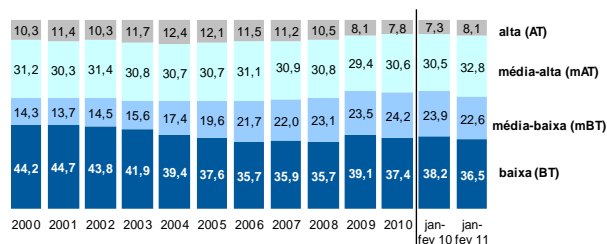
[4] Inclui tractores.

[5] Inclui Angola.

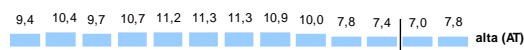
Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros dois meses de 2011, as saídas de produtos industriais transformados registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 19,6%. As saídas de produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa+média alta) continuam a representar mais de metade do total das saídas destes produtos (55,4%). Os produtos de alta e média alta tecnologia foram aqueles cujas saídas registaram um maior crescimento homólogo (33,2% e 28,6%, respetivamente) (Figura 3.4 e Quadro 3.7) [4].

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":

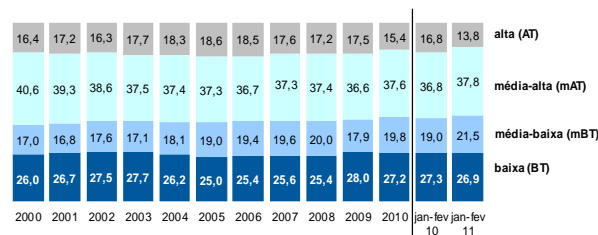


Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

No período em análise, as saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* representaram 36,5% do total das saídas de produtos industriais transformados e contribuíram 5,4 p.p. para o crescimento das saídas de produtos industriais transformados.

As saídas de produtos de média alta intensidade tecnológica foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das saídas de produtos industriais transformados (+8,7 p.p.). O mesmo se pode dizer relativamente às entradas deste tipo de produtos, que contribuíram 5,2 p.p. para o crescimento das entradas de produtos industriais transformados (+11%).

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Saídas e Entradas* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2010	janeiro a fevereiro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos [1] (p.p.)		
		2010	2011	média 2005-10	2010/09	jan-fev 2011/10	2009	2010	jan-fev		2010	jan-fev 2011	
									2010	2011			
SAÍDAS*													
Total dos prod. indust. transformados	34 496 787	5 031 657	6 016 978	3,0	15,0	19,6	100,0	100,0	100,0	100,0	15,0	19,6	
Alta tecnologia	2 686 608	367 725	489 965	-5,8	11,3	33,2	8,1	7,8	7,3	8,1	0,9	2,4	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 539 403	351 610	464 849	-5,3	9,4	32,2	7,8	7,4	7,0	7,8	0,7	2,3	
Média-alta tecnologia	10 552 072	1535 932	1974 806	2,9	19,8	28,6	29,4	30,6	30,5	32,8	5,8	8,7	
Média-baixa tecnologia	8 344 019	1204 899	1357 738	7,4	18,6	12,7	23,5	24,2	23,9	22,6	4,4	3,0	
Baixa tecnologia	12 914 088	1923 102	2 194 469	2,9	10,1	14,1	39,1	37,4	38,2	36,5	3,9	5,4	
<i>Por memória:</i>													
Total das Saídas	36 773 763	5 326 853	6 403 972	3,4	15,8	20,2	100,0	100,0	100,0	100,0	15,8	20,2	
Residual [3]	2 276 976	295 196	386 994	11,2	28,0	31,1	5,6	6,2	5,5	6,0	1,6	1,7	
ENTRADAS*													
Total dos prod. indust. transformados	47 089 226	6 767 655	7 512 575	1,7	8,3	11,0	100,0	100,0	100,0	100,0	8,3	11,0	
Alta tecnologia	7 240 720	1 137 331	1 036 540	-2,1	-4,7	-8,9	17,5	15,4	16,8	13,8	-0,7	-1,5	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 895 770	1 025 802	1 009 198	-1,3	-0,5	-1,6	16,2	14,8	15,4	13,5	-0,1	-0,2	
Média-alta tecnologia	17 705 018	2 492 197	2 842 293	1,9	11,2	14,0	36,6	37,6	36,8	37,8	4,2	5,2	
Média-baixa tecnologia	9 337 221	1 288 997	1 611 723	2,6	19,7	25,0	17,9	19,8	19,0	21,5	3,9	4,8	
Baixa tecnologia	12 806 268	1 849 130	2 022 019	3,4	5,3	9,3	28,0	27,2	27,3	26,9	1,5	2,6	
<i>Por memória:</i>													
Total das Entradas	57 062 356	8 244 044	9 001 406	2,1	11,1	9,2	100,0	100,0	100,0	100,0	11,1	9,2	
Residual [3]	9 973 130	1 476 390	1 488 831	4,0	26,3	0,8	15,4	17,5	17,9	16,5	4,6	0,2	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação. Os dados para os períodos de Janeiro a Fevereiro de 2010 e de 2011 referem-se apenas a dados declarados.

Notas:

* Saídas: somatório das Expedições de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros; Entradas: somatório das Chegadas com origem no espaço comunitário com as Importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Saídas/Entradas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Saídas (Entradas) – Saídas (Entradas) de produtos industriais transformados.

[4] Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas. Os dados de janeiro a fevereiro de 2010 e 2011 são dados declarados

Comércio Internacional de Bens e Serviços

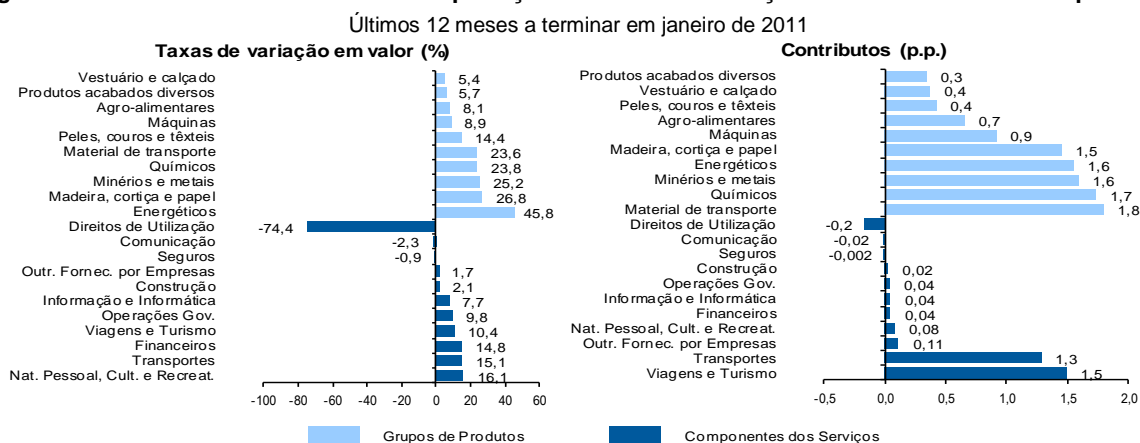
Segundo os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para janeiro de 2011, as "Exportações" (crédito) de Bens e Serviços cresceram 16,4% em termos homólogos. A componente dos Bens foi aquela que mais contribuiu para o crescimento das "exportações" totais (13,3 p.p.).

Neste mês, a componente dos Serviços representou 28,3% do total das "Exportações" e contribuiu 3 p.p. para o crescimento das "exportações" totais. No que se refere às "Importações" (débitos) o seu peso no total foi de 16,2% e o seu contributo menos expressivo (+0,7 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços em janeiro de 2011, com base em dados do INE para as "exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "exportações" de Bens e Serviços.

Neste mês é de destacar o contributo positivo do Material de Transporte (+1,8 p.p.) e dos serviços inscritos na rubrica Viagens e Turismo (+1,5 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as "Exportações" de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das "exportações" de Bens. A distribuição do contributo das "Exportações" de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Saídas de Bens (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de euros											
	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos					
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	média anual 05-10	12 meses [2]		janeiro		
									VH	contrib. p.p. [1]	VH	contrib. p.p. [1]
CRÉDITO ("Exportações")												
Bens e Serviços	3 733	4 344	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	13,8	13,8	16,4	16,4	
Bens	2 618	3 115	71,8	67,7	70,1	71,7	3,4	16,3	10,8	19,0	13,3	
Serviços	1 115	1 229	28,2	32,3	29,9	28,3	7,5	8,7	2,9	10,2	3,0	
Transportes	308	367	5,9	8,6	8,2	8,4	12,9	15,1	1,3	19,2	1,6	
Viagens e Turismo	373	404	14,3	14,0	10,0	9,3	4,2	10,4	1,5	8,1	0,8	
Comunicação	30	31	1,0	0,9	0,8	0,7	1,5	-2,3	0,0	2,2	0,0	
Construção	31	43	0,7	0,9	0,8	1,0	11,3	2,1	0,0	38,7	0,3	
Seguros	7	12	0,2	0,2	0,2	0,3	3,6	-0,9	0,0	78,8	0,1	
Financeiros	8	13	0,4	0,3	0,2	0,3	-0,3	14,8	0,0	64,3	0,1	
Informação e Informática	16	28	0,3	0,5	0,4	0,6	17,9	7,7	0,0	73,7	0,3	
Direitos de Utilização	3	3	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,4	-74,4	-0,2	-116	0,0	
Outr. Fornec. por Empresas	296	296	4,8	6,0	7,9	6,8	9,8	1,7	0,1	0,0	0,0	
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	23	18	0,4	0,5	0,6	0,4	10,5	16,1	0,1	-214	-0,1	
Operações Governamentais	21	16	0,3	0,4	0,6	0,4	8,4	9,8	0,0	-23,2	-0,1	
DÉBITO ("Importações" Fob)												
Bens e Serviços	4 672	5 168	100,0	100,0	100,0	100,0	2,6	10,3	10,3	10,6	10,6	
Bens	3 868	4 333	85,6	83,5	82,8	83,8	2,1	11,2	9,3	12,0	10,0	
Serviços	805	835	14,4	16,5	17,2	16,2	5,5	5,8	1,0	3,8	0,7	
Transportes	221	239	4,5	4,9	4,7	4,6	4,4	8,9	0,4	8,2	0,4	
Viagens e Turismo	197	208	4,3	4,5	4,2	4,0	3,8	9,3	0,4	6,1	0,3	
Comunicação	30	32	0,5	0,7	0,6	0,6	6,4	-2,4	0,0	5,7	0,0	
Construção	6	6	0,2	0,1	0,1	0,1	1,5	-18,2	0,0	2,8	0,0	
Seguros	31	19	0,3	0,4	0,7	0,4	7,0	9,1	0,0	-38,3	-0,3	
Financeiros	15	27	0,3	0,4	0,3	0,5	5,7	40,5	0,1	85,2	0,3	
Informação e Informática	22	25	0,3	0,6	0,5	0,5	13,3	2,3	0,0	13,5	0,1	
Direitos de Utilização	44	34	0,5	0,6	0,9	0,6	8,6	4,5	0,0	-23,4	-0,2	
Outr. Fornec. por Empresas	191	200	2,8	3,5	4,1	3,9	7,1	-0,4	0,0	5,0	0,2	
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	38	35	0,5	0,7	0,8	0,7	12,0	1,1	0,0	-5,9	0,0	
Operações Governamentais	11	9	0,2	0,2	0,2	0,2	-2,0	-2,6	0,0	-20,5	0,0	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

As "Exportações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Crédito) correspondem às Saídas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros). As "Importações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Débito) correspondem às Entradas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Chegadas" de mercadorias para a UE com as "Importações" para Países Terceiros).

Valores Fob para a "Importação" de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das "Exportações" / "Importações" atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até janeiro de 2011.

Destaques

Procedimento dos Défices Excessivos – 1.ª Notificação de 2011

De acordo com a primeira notificação de 2011, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos, a 31 de Março, revista em 22 de Abril de 2011, os valores do défice orçamental e da dívida pública das Administrações Públicas, relativos a 2010, apresentaram uma deterioração, face ao previsto na última notificação de 28 de Setembro de 2010 (Quadro 1). O défice orçamental e a dívida pública situaram-se, em 2010, em 9,1% e 93% do PIB, respectivamente, em lugar dos 7,3% e 83,3% anteriormente previstos. A revisão dos valores destas variáveis deve-se não só ao quadro de incerteza e dificuldades financeiras provocadas pela crise económica, que levou ao agravamento do cenário macroeconómico e dos seus impactos nas contas públicas, designadamente via estabilizadores automáticos, mas também devido às revisões de reclassificação de empresas públicas de transporte na necessidade de financiamento das Administrações Públicas e do procedimento a adoptar no que respeita a contratos envolvendo Parcerias Públicas Privadas (PPP).

Quadro 1. Indicadores orçamentais (PDE)

	2007	2008	2009	2010	2011p
Saldo Global					
1. Notificação de Março de 2011	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	-4,6
2. Notificação de Setembro de 2010	-2,8	-2,9	-9,3	-7,3	:
Diferença (1-2)	-0,3	-0,6	-0,8	-1,8	:
Saldo Primário					
1. Notificação de Março de 2011	-0,2	-0,5	-7,2	-6,1	-5,1
2. Notificação de Setembro de 2010	0,0	0,0	-6,5	-4,1	:
Diferença (1-2)	-0,2	-0,5	-0,7	-2,0	:
Dívida Pública					
1. Notificação de Março de 2011	68,3	71,6	83,0	93,0	97,3
2. Notificação de Setembro de 2010	62,7	65,3	76,1	83,3	:
Diferença (1-2)	5,6	6,3	6,9	9,7	:

Fontes: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas - 28 de Setembro de 2010, 31 de Março de 2011 e 22 de Abril de 2011.

Após conversações com o Eurostat, o INE fez refletir na 1ª Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos, de 31 de Março de 2011, três efeitos na compilação de alguns agregados das contas nacionais, especialmente na necessidade de financiamento das Administrações Públicas, cujos impactos estão ilustrados no Quadro 2.

Sem a consideração destes efeitos a necessidade de financiamento teria sido, para o período de 2007 a 2010 de 2,7%; 3,0%; 9,5% e 6,8% do PIB, respectivamente.

Quadro 2. Impacto na necessidade de financiamento das Administrações Públicas

Impacto em % do PIB	2007	2008	2009	2010
Reclassificação de empresas de transporte (REFER; Metropolitano de Lisboa e metro do Porto)	0,4	0,5	0,5	0,5
Sociedades BPN/"Financial Defeasance Structures"	:	:	:	1,0
Execução de Garantias BPP	:	:	:	0,3

Fonte: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas - 31 de Março de 2011.

Adicionalmente, a 23 de Abril de 2011, procedeu-se a uma nova revisão desta vez relativa à inclusão de três PPP no domínio das Administrações Públicas, dado não terem sido considerados como contratos do tipo PPP. Esta reclassificação tem consequências na necessidade de financiamento e no saldo orçamental (Quadro 3).

Quadro 3. Impactos no saldo e dívida consolidada das Administrações Públicas

Impacto em % do PIB	2008	2009	2010
Saldo	0,0	-0,1	-0,5
Dívida	0,0	0,1	0,6

Fonte: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas – 23 de Abril de 2011.

Sem a consideração destes efeitos para o período de 2008 a 2010, e de acordo com a notificação de 31 de Março, o défice orçamental seria de 3,5%; 10% e 8,6% do PIB e a necessidade de financiamento de 71,6%; 82,9% e 92,4% do PIB, respectivamente.

Analisando a evolução da conta das Administrações Públicas (Quadro 2), até 2007, constatam-se diminuições da despesa corrente primária, reveladoras de uma trajetória de consolidação. Porém, em 2008 e 2009, a despesa corrente primária aumentou 0,6 p.p. e 4,2 p.p., respectivamente, refletindo, em particular, o aumento da despesa em prestações sociais que não em espécie e das despesas com pessoal, esta no ano de 2009. Em 2010, esta despesa revela uma ligeira redução de 0,5 p.p..

O efeito da recessão bem como das medidas discricionárias adoptadas conduziram a quebras na receita fiscal de 2,1 p.p. em 2009, contudo, em 2010, observou-se um aumento de 0,6 p.p..

Quadro 4. Contas das Administrações Públicas

	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Total	40,5	41,1	41,1	39,7	41,5
Receita Corrente	39,7	40,4	40,4	38,8	38,9
Receita Fiscal	23,6	24,0	23,8	21,7	22,2
Receita Contributiva	11,8	11,6	11,9	12,5	12,2
Outras receitas correntes	4,3	4,8	4,7	4,6	4,5
Receita de Capital	0,8	0,8	0,7	0,9	2,6
Despesa Total	44,5	44,3	44,6	49,8	50,2
Despesa Corrente	41,4	41,0	41,6	45,7	45,5
Despesas com pessoal	13,0	12,1	12,0	12,6	12,2
Prestações Sociais que não em espécie	14,6	14,6	15,1	17,0	17,0
Juros	2,6	2,9	3,0	2,9	3,0
Outras despesas correntes	11,2	11,4	11,5	13,2	13,2
Despesa de Capital	3,1	3,3	3,0	4,0	4,7
Saldo Global	-4,1	-3,1	-3,5	-10,0	-8,6
Saldo Primário	-1,4	-0,2	-0,5	-7,2	-5,6
<i>Em memória:</i>					
Despesa Total Primária	41,9	41,4	41,6	46,9	47,2
Despesa Corrente Primária	38,7	38,1	38,6	42,9	42,4

Fonte: INE, Março 2011.

A crise financeira, e em particular o abrandamento da atividade económica, originou um agravamento nos saldos orçamentais e da dívida pública, a partir de 2008, na generalidade dos Estados Membros. Assim, o

défi ce orçamental da União Europeia aumentou de 2,4% do PIB, em 2008, para 6,4%, em 2010 (Quadro 3) e na área do euro, observou-se um aumento do défi ce de 2,0% para 6,0% do PIB. Com exceção de Irlanda, Luxemburgo, Polónia, Alemanha e Áustria todos os restantes países apresentaram melhorias nos respectivos saldos orçamentais em 2010, quando comparados com os valores observados em 2009. De acordo com o Quadro 3, apenas dois países Estónia (0,1% do PIB) e Suécia (0,0% do PIB) apresentam valores não negativos no seu saldo orçamental.

Igualmente na dívida pública denotam-se efeitos da deterioração da situação orçamental, devido ao aumento das necessidades de financiamento e ao menor crescimento nominal do PIB. Estes efeitos refletiram-se na dinâmica da dívida pública, aumentando de 59% para 80% do PIB no conjunto da UE e de 66,2% para 85,1% do PIB, na área do euro, entre 2007 e 2010. Constata-se, igualmente, um aumento do número de Estados-membros cujos rácios da dívida foram superiores ao valor de referência (60%), sendo agora 12: Itália, Grécia, Bélgica, Hungria, França, Portugal, Alemanha, Malta, Chipre, Espanha, Áustria, Irlanda, Luxemburgo e Países Baixos.

Quadro 5. Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
União Europeia	-0,7	-2,4	-6,8	-6,4	59,0	62,3	74,4	80,0
Área do Euro	-0,7	-2,0	-6,3	-6,0	66,2	69,9	79,3	85,1
Bélgica	-0,3	-1,3	-5,9	-4,1	84,2	89,6	96,2	96,8
Alemanha	0,3	0,1	-3,0	-3,3	64,9	66,3	73,5	83,2
Irlanda	0,1	-7,3	-14,3	-32,4	25,0	44,4	65,5	96,2
Grécia	-6,4	-9,8	-15,4	-10,5	105,4	110,7	127,1	142,8
Espanha	1,9	-4,2	-11,1	-9,2	36,1	39,8	53,3	60,1
França	-2,7	-3,3	-7,5	-7,0	63,9	67,7	78,3	81,7
Itália	-1,5	-2,7	-5,4	-4,6	103,6	106,3	116,1	119,0
Chipre	3,4	0,9	-6,0	-5,3	58,3	48,3	58,0	60,8
Luxemburgo	3,7	3,0	-0,9	-1,7	6,7	13,6	14,6	18,4
Malta	-2,4	-4,5	-3,7	-3,6	62,0	61,5	67,6	68,0
Países Baixos	0,2	0,6	-5,5	-5,4	45,3	58,2	60,8	62,7
Áustria	-0,9	-0,9	-4,1	-4,6	60,7	63,8	69,6	72,3
Portugal	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	68,3	71,6	83,0	93,0
Eslovénia	-0,1	-1,8	-6,0	-5,6	23,1	21,9	35,2	38,0
Finlândia	5,2	4,2	-2,6	-2,5	35,2	34,1	43,8	48,4
Eslováquia	-1,8	-2,1	-8,0	-7,9	29,6	27,8	35,4	41,0
Estónia	2,5	-2,8	-1,7	0,1	3,7	1,6	7,2	6,6
Bulgária	1,1	1,7	-4,7	-3,2	17,2	13,7	14,6	16,2
República Checa	-0,7	-2,7	-5,9	-4,7	29,0	30,0	35,3	38,5
Dinamarca	4,8	3,2	-2,7	-2,7	27,5	34,5	41,8	43,6
Letónia	-0,3	-4,2	-9,7	-7,7	9,0	19,7	36,7	44,7
Lituânia	-1,0	-3,3	-9,5	-7,1	16,9	15,6	29,5	38,2
Hungria	-5,0	-3,7	-4,5	-4,2	66,1	72,3	78,4	80,2
Polónia	-1,9	-3,7	-7,3	-7,9	45,0	47,1	50,9	55,0
Roménia	-2,6	-5,7	-8,5	-6,4	12,6	13,4	23,6	30,8
Suécia	3,6	2,2	-0,7	0,0	40,2	38,8	42,8	39,8
Reino Unido ^(a)	-2,7	-5,0	-11,4	-10,4	40,2	38,8	42,8	39,8

Fonte: Eurostat, Euro-indicators, 26 de Abril de 2011.

Nota: ^(a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de Abril do ano X a 31 de Março do ano X+1).

Ajustamento de passagem do défi ce à variação da dívida

O ajustamento *stock-flow* obtém-se através na diferença entre a variação da dívida pública e o défi ce orçamental para um dado período de análise. É considerado um indicador estatístico eficiente na monitorização da performance orçamental. As diferenças entre os ajustamentos podem ser explicadas

pela aquisição líquida de ativos financeiros por parte das Administrações Públicas, operações em créditos comerciais ou diferenças de valorização entre as operações que afectam o défice e/ou a dívida pública.

Decompondo a passagem do défice para a variação da dívida em Portugal para o período 2007 a 2010, é possível verificar, em 2010, a existência de operações financeiras associadas à transferência do património dos fundos de pensões da Portugal Telecom para a Caixa Geral de Aposentações, à concessão de empréstimos à Grécia, e às aquisição de empréstimos concedidos pelo BPN, por parte da Parvalorem, em Dezembro de 2010 (Quadro 4).

Quadro 6. Ajustamento défice – dívida em Portugal

(% PIB)

	2007	2008	2009	2010
<i>Ajustamentos Stock-Flow</i>	-0,7	0,8	-0,1	2,7
Aquisição líquida de activos financeiros	-0,1	0,7	0,6	2,9
Moeda e depósitos	-0,2	-0,3	-0,3	0,4
Títulos excluindo acções	0,0	-0,5	0,2	-0,3
Empréstimos	-1,2	0,4	-0,1	0,9
Acções e outras participações	0,9	1,2	0,6	0,9
Outros activos financeiros	0,5	0,1	0,3	1,0
Outros ajustamentos (ajust.+discrep.est.)	-0,6	0,1	-0,7	-0,2

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, April 2011.

Artigos

Em Análise

Comércio Externo Português de Bens e Serviços Culturais

Catarina Nunes¹

1. Introdução

O setor dos bens culturais e criativos tem vindo a registar uma crescente importância nas economias de todo o mundo.

De acordo com o relatório KEA ² (2006), a economia criativa terá gerado cerca de 2,6% do PIB europeu em 2003 e empregado mais de 5 milhões de pessoas. O mais recente estudo da Terraconsult³ estima que em 2008 esta economia gerou 4,5% do PIB Europeu.

A Estratégia Europeia 2020 destaca a necessidade de reforçar o papel do conhecimento e da inovação como motores do crescimento para desafios futuros. A UE refere que "a criatividade e a diversidade cultural e a força das indústrias criativas europeias oferecem grande potencial de crescimento e emprego através da inovação, especialmente para as PME". Esta prioridade coloca a atenção sobre o setor cultural e criativo, reconhecendo o papel da força de trabalho de talentos criativos e empreendedorismo como essencial para enfrentar esses desafios.

Um estudo encomendado pela Comissão Europeia intitulado "The Entrepreneurial Dimension of the Cultural and Creative Industries" (dezembro, 2010) permite concluir que os empreendedores culturais e criativos, ao alargarem o tipo de serviços que estão associados aos produtos transacionados no mercado, são especialmente característicos das economias mais desenvolvidas. Assim, a criatividade e o empreendedorismo devem estar também ligados à inovação. Explorando o potencial dos empreendedores culturais e criativos podem-se gerar soluções inovadoras que não são baseadas em tecnologia mas sim no conhecimento e na criatividade.

A difusão de conhecimento, de criatividade e de tecnologia é potenciadora da inovação. Assim, propomos, neste artigo, analisar o comércio externo dos bens culturais e criativos no sentido em que a circulação destes bens transacionáveis pelas várias economias é potenciadora do crescimento e desenvolvimento mundial.

2. O Sector Cultural e Criativo

No sentido de explicitar os vários segmentos que constituem os bens culturais e criativos, segundo a UNCTAD apresenta-se a seguinte distribuição (Quadro 1).

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (catarina.nunes@gee.min-economia.pt). As opiniões expressas neste artigo são da exclusiva responsabilidade da autora.

² Consultora Belga especializada em cultura, criatividade, média e desporto

³ Teraconsultant, (March 2010), Building a Digital Economy: The Importance of Saving Jobs in the EU's Creative Industries

Quadro 1. Distribuição dos Bens Culturais e Criativos por Segmento

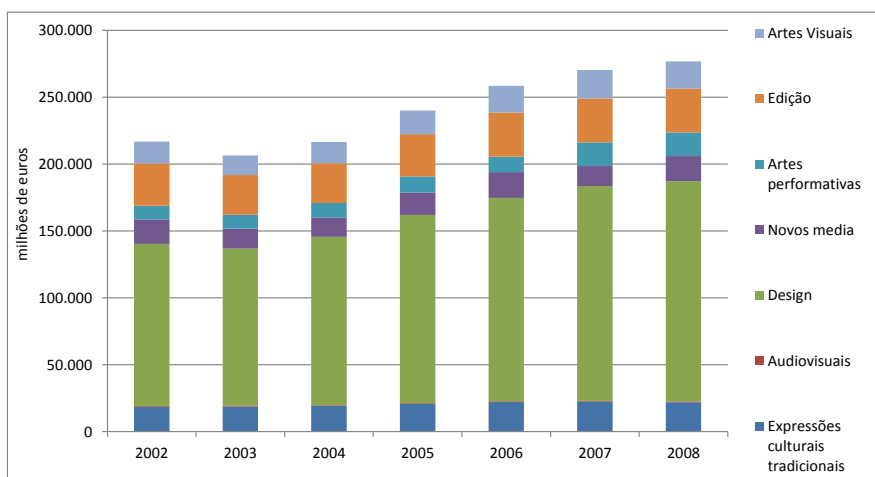
Expressões Culturais Tradicionais	Audiovisuais	Design	Novos Média	Artes Performativas	Edição	Artes Visuais
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tapetes ✓ Artigos de vime ✓ Artigos em fio ✓ Artigos em papel ✓ Artigos para festividades ✓ Outros (velas, flores artificiais, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Filmes 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Arquitetura ✓ Moda ✓ Artigos de vidro ✓ Design de interiores ✓ Joalheria ✓ Brinquedos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Suportes digitais gravados ✓ Jogos de Vídeo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Música (CD e Fitas) ✓ Música impressa 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Livros ✓ Jornais ✓ Outros artigos impressos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Antiguidades ✓ Pintura ✓ Fotografia ✓ Escultura

Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

3. Evolução do Comércio Externo Mundial de Bens Criativos

As exportações mundiais de bens criativos, no período de 2002 a 2008, registaram um crescimento médio anual de 12% (Gráfico 1), com maior destaque para o crescimento das artes performativas (18%), design (13,3%) e artes visuais (11,6%) Outros segmentos também registaram crescimentos significativos; Expressões culturais tradicionais (11,8%), Audiovisuais (9,8%), Edição (8,4%) e Novos média (8,1%). Este conjunto de segmentos corresponde a cerca de 80% das exportações mundiais de todo o setor cultural e criativo.

Gráfico 1. Comércio Mundial de Bens Criativos (Exportações)



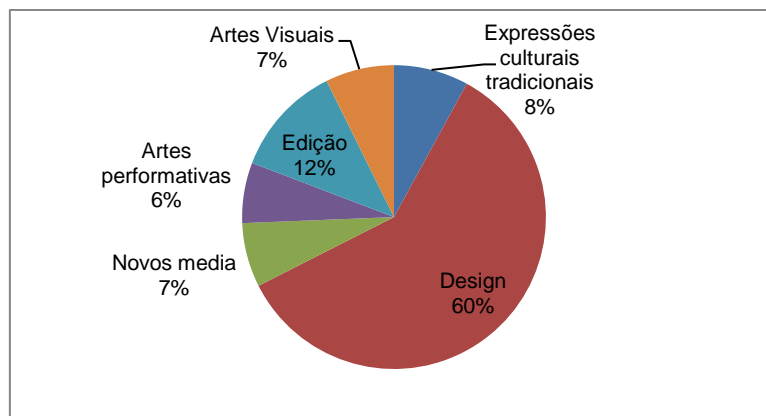
Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

A evolução positiva deste setor está relacionada com o facto de este atravessar as artes e chegar aos negócios através da inovação de novos modelos de negócio. Ou seja, a era digital veio facilitar a comercialização e distribuição de canais de música, animação digital, filmes, notícias, publicidade, etc., assim, expandiu os benefícios económicos do setor criativo. Associada a esta revolução temos a revolução móvel que provoca mudanças substanciais na vida de milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento. Em 2008, mais de um quinto da população mundial usava a Internet.

Ao analisar-se o peso de cada segmento nas exportações mundiais, em 2008, (Gráfico 2) verificamos o significativo peso que tem o design. Dentro deste segmento o design de interiores representa 32%, a

Moda 26%, a joalheria 24%, os brinquedos 17%, os artigos de vidro 1% e a arquitetura não tem expressão.

Gráfico 2. Peso de Cada Segmento do Sector Cultural e Criativo nas Exportações Mundiais em 2008



Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

Tendo a Comissão Europeia lançado a Iniciativa Europeia do Design para a Inovação no sentido de promover o design como motor da inovação através da criação de ideias para o mercado, transformando-as em produtos atraentes e de fácil utilização ou então proporcionar alteração de processos ou serviços que sejam benéficos em especial às PME's europeias, torna-se pertinente perceber qual o posicionamento de Portugal quanto a este mercado.

Portugal encontra-se em 2008 na 34ª posição em termos de exportações mundiais de bens culturais e criativos, no conjunto de 233 países, registando um melhoramento de posição de 2005 para 2008, ganhando 2 posições (Quadro 2), apesar do decréscimo anual médio das exportações nacionais neste período ter sido de 2.9% (Quadro 3).

Ao se analisar os diferentes segmentos que constituem o setor dos bens culturais e criativos, Portugal está bem posicionado nas Expressões culturais e tradicionais e design (32º), nas artes visuais (23º) e no audiovisual (20º).

Quadro 2. Posicionamento de Portugal Face às Exportações Mundiais

Posição 2008	Posição 2005	País	2008										
			Valor	Valor	Peso	tvh	Expressões culturais tradicionais	Audiovisuais	Design	Novos media	Artes performativas	Edição	Artes Visuais
1º	1º	China	44 622	57 660	20.8%	29.2%	1º	42º	1º	1º	11º	6º	3º
2º	3º	EUA	19 864	23 797	8.6%	19.8%	5º	4º	5º	2º	2º	2º	1º
3º	4º	Alemanha	18 075	23 394	8.5%	29.4%	7º	10º	4º	4º	1º	1º	6º
4º	2º	China, Hong Kong SAR	21 893	22 610	8.2%	-3.3%	2º	17º	2º	3º	13º	8º	8º
5º	5º	Itália	16 460	18 896	6.8%	14.8%	8º	2º	3º	21º	23º	7º	10º
6º	6º	Reino Unido	15 234	13 529	4.9%	-11.2%	13º	3º	8º	8º	6º	4º	2º
7º	7º	França	10 316	11 743	4.2%	13.8%	10º	7º	6º	18º	10º	5º	4º
8º	11º	Holanda	5 375	7 158	2.6%	33.2%	11º	22º	15º	5º	3º	11º	13º
9º	12º	Suíça	5 140	6 742	2.4%	31.2%	23º	21º	9º	37º	20º	15º	5º
10º	9º	Índia	6 133	6 425	2.3%	4.8%	9º	5º	7º	25º	28º	30º	15º
11º	10º	Bélgica	5 926	6 269	2.3%	5.8%	3º	19º	12º	20º	14º	9º	14º
12º	8º	Canadá	8 440	6 265	2.3%	-25.8%	26º	1º	20º	12º	18º	3º	11º
13º	13º	Japão	4 475	4 751	1.7%	6.2%	16º	24º	14º	10º	9º	16º	9º
14º	15º	Áustria	3 769	4 292	1.6%	13.9%	15º	36º	24º	7º	4º	17º	18º
15º	14º	Espanha	4 132	4 275	1.5%	3.5%	14º	8º	16º	13º	24º	12º	16º
:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
34º	36º	Portugal	745	848	0.3%	13.9%	32º	20º	32º	52º	44º	37º	23º

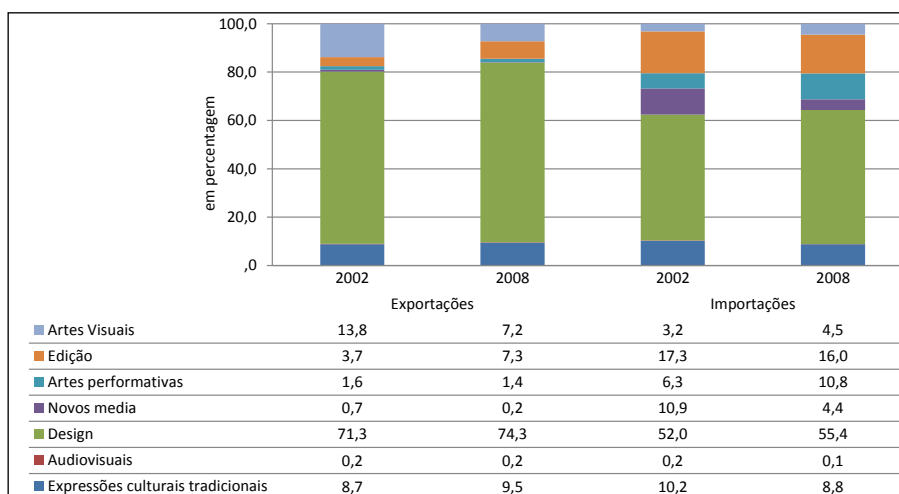
Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

A China toma a posição cimeira e os Estados Unidos em 2008 alcançam o 2º lugar no ranking mundial.

4. Evolução do Comércio Externo Português de Bens Criativos

Neste ponto da análise é importante verificar quais os segmentos com maior peso nas exportações e importações nacionais. Verificamos pelo Gráfico 4 que o segmento do design (que constitui um dos motores da criatividade) tem um peso muito significativo nas exportações nacionais do setor, destacando-se o design de interiores e a moda, havendo mesmo um crescimento das exportações anuais médias de 9,6%.

Gráfico 4. Estrutura por Tipo de Bem

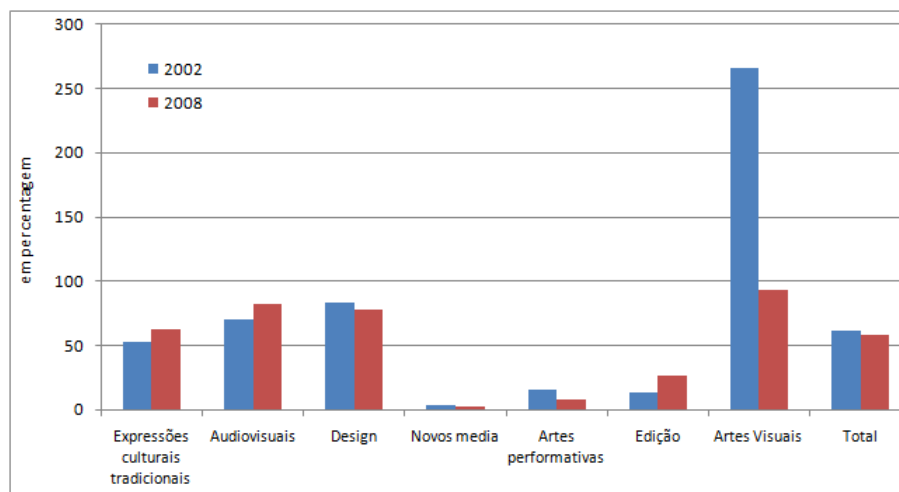


Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

O peso das exportações portuguesas de produtos culturais e criativos no total das exportações deste setor na UE 27 é de 0,8% e das importações é de 1,3%.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações em Portugal relativa aos bens criativos evoluiu positivamente de 2002 para 2008 no que se refere ao segmento das expressões culturais tradicionais, ao audiovisual e ao da edição. No que diz respeito ao design a taxa de cobertura em 2008 diminuiu face a 2002 em cerca de 7% (Gráfico 5), seguindo a tendência global dos bens culturais e criativos em que a taxa de cobertura desceu cerca de 5%, passando de uma taxa de cobertura de 61% em 2002 para 57,7% em 2008.

Gráfico 5. Taxa de Cobertura dos Bens Criativos



Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

O crescimento anual médio das exportações portuguesas de bens culturais e criativos foi de -2,9% (Quadro 3), havendo mesmo uma degradação progressiva da taxa de cobertura das importações pelas exportações entre 1996 e 2008, (de 100% em 1996, para 67% em 2005 e 58% em 2008). Contudo esta trajetória de degradação da taxa de cobertura é comum à da UE27, passando de 120% em 1996 para 98% em 2008. Esta variação significativa deve-se especialmente aos valores de 2008 que refletem o princípio da crise mundial o que provoca alterações na procura global.

Quadro 3. Evolução das Exportações de Bens Culturais e Criativos – Portugal e UE27

Exportações	1996		2005		2008		Taxa de Crescimento anual médio 08/96	
	PT	UE27	PT	UE27	PT	UE27	PT	UE27
Expressões culturais tradicionais	265	5670	221	7404	80	6085	-9,5%	0,6%
Audiovisuais	0	115	2	247	1	229		5,9%
<i>Design</i>	719	62139	970	89932	630	61859	-1,1%	0,0%
Novos media	9	3643	14	10945	2	5919	-12,9%	4,1%
Artes performativas	1	1787	2	3940	12	11716	22,7%	17,0%
Edição	40	17727	54	23463	62	18074	3,7%	0,2%
Artes Visuais	173	5033	109	9125	61	7383	-8,3%	3,2%
Bens Culturais e Criativos	1207	96114	1372	145056	848	111266	-2,9%	1,2%

Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

Os segmentos que registaram crescimento anual médio foram as artes performativas e a edição. Concretamente no que se refere às artes performativas o seu peso na estrutura das exportações é muito pequeno (1,4% em 2008). O segmento com maior peso é o design (74%), na EU é de 56%, tendo registado em Portugal um decréscimo anual médio de 1,1%

No que se refere às importações também foi o segmento das artes performativas que registou um maior crescimento (10,1%) (Quadro 4). No que se refere ao design o seu peso na estrutura das importações é de 55% em 2008 (idêntica à europeia que é de 56%).

Quadro 4. Evolução das Importações de Bens Culturais e Criativos – Portugal e UE27

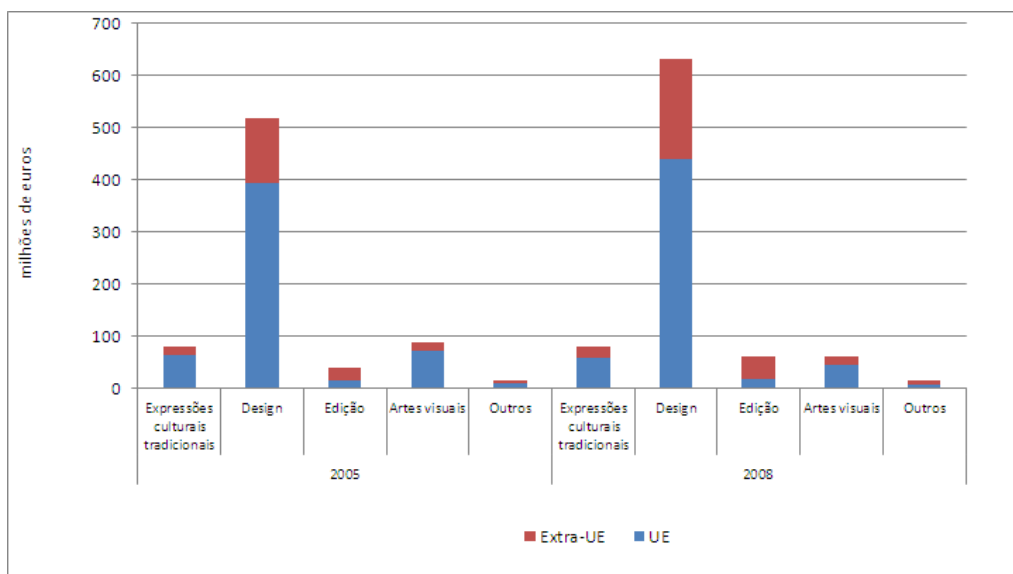
Importações	1996		2005		2008		Taxa de Crescimento anual médio 08/96	
	PT	UE27	PT	UE27	PT	UE27	PT	UE27
Expressões culturais tradicionais	96	6772	149	9859	129	7416	2,5%	0,8%
Audiovisuais	2	96	3	122	2	72	-0,9%	-2,4%
<i>Design</i>	711	49299	1228	85617	814	63881	1,1%	2,2%
Novos media	30	2727	172	9872	65	9313	6,6%	10,8%
Artes performativas	50	2424	82	5617	158	10453	10,1%	13,0%
Edição	263	14883	312	19245	236	14835	-0,9%	0,0%
Artes Visuais	52	4029	89	7625	66	7403	2,0%	5,2%
Bens Culturais e Criativos	1204	80230	2035	137957	1470	113373	1,7%	2,9%

Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

4.1. Destino das Exportações Portuguesas de Bens Criativos

As exportações nacionais de bens criativos são essencialmente para mercados comunitários como se verifica no Gráfico 6 e com especial destaque para o segmento do design, mais concretamente para o design de interiores (85% do total das exportações de design para o mundo). Segue-se uma tendência idêntica à das exportações totais.

Gráfico 6. Exportações de Bens Culturais – Por Destino



Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

Dentro da Europa os principais destinos são países como a Espanha, França e Reino Unido, com uma clara predominância dos dois primeiros (Quadro 5). Contudo há a realçar a crescente importância das exportações extracomunitárias que tiveram uma taxa de crescimento anual média, de 2005 a 2008, de cerca de 22%, ao nível do design, havendo, assim, uma tendência para a diversificação de mercados.

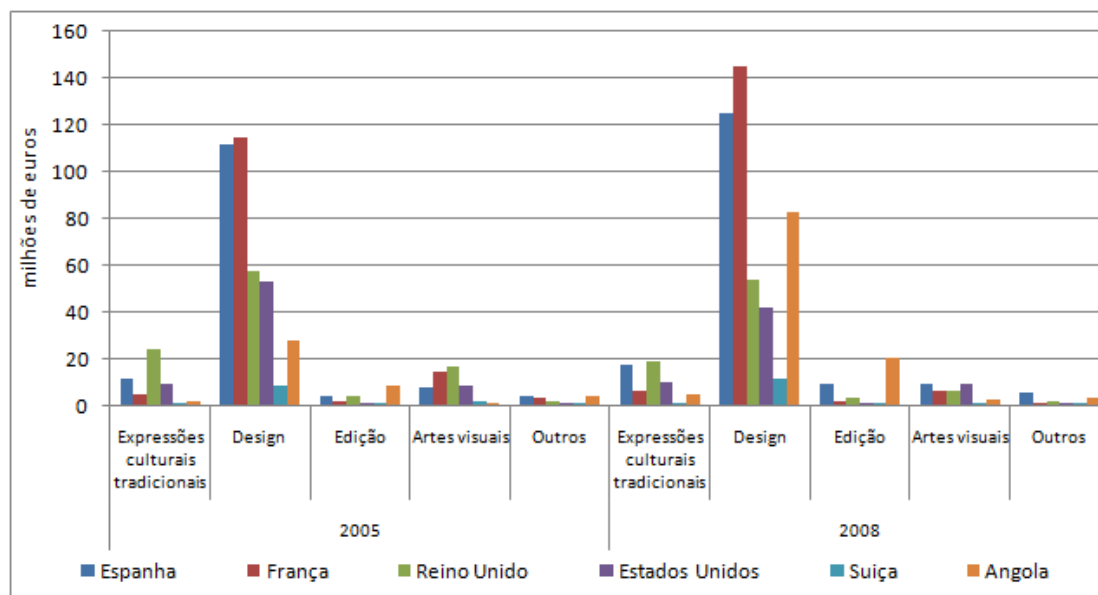
Quadro 5. Peso das Exportações Portuguesas nos Diferentes Destinos (%)

	Peso das Exportações Portuguesas
UE	78,8%
Espanha	25,0%
França	25,0%
Reino Unido	18,8%
Alemanha	10,1%
Extra-UE	76,4%
Estados Unidos	38,1%
Suíça	6,0%
Países de Língua Portuguesa	32,3%

Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

Em termos de países destaca-se visivelmente (Gráfico 7) os Estados Unidos e Suíça. No que se refere aos países de língua portuguesa, Angola destaca-se apresentando um visível crescimento das exportações nacionais para aquele país, entre 2005 e 2008. No que se refere ao design a taxa de crescimento anual média das exportações foi cerca de 52% e na edição 41%.

Gráfico 7. Principais Destinos das Exportações Portuguesas

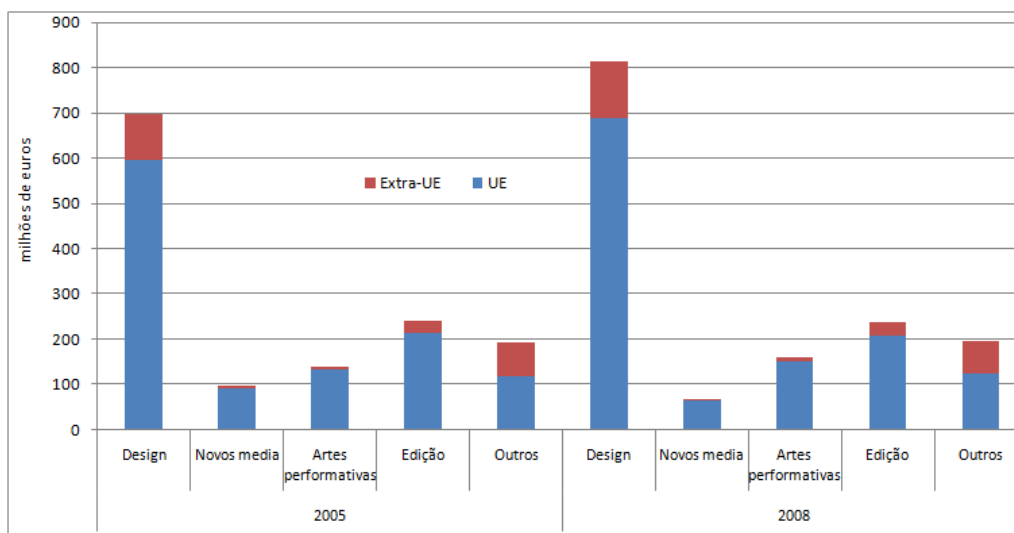


Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

4.2. Origem das Importações Portuguesas de bens criativos

À semelhança do que acontece para as exportações também as importações são essencialmente de mercados comunitários como se verifica no Gráfico 8 e com especial destaque também para o segmento do design, mas aqui o design de interiores corresponde a 42% e a moda a 29% das exportações de design para o mundo.

Gráfico 8. Importações de Bens Culturais - por Origem



Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

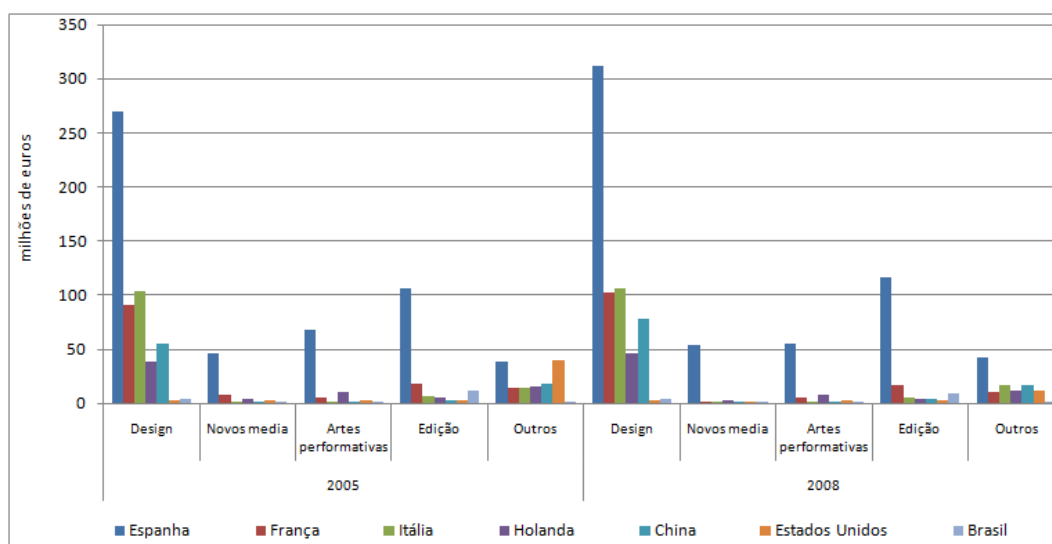
Dentro da Europa os principais países de origem são a Espanha, França, Itália e Holanda, deixando o Reino Unido para trás, com uma clara predominância de Espanha como o nosso grande fornecedor (Quadro 5). Contudo há a realçar a crescente importância das importações extracomunitárias que tiveram, ao nível do "design", uma taxa de crescimento anual média de cerca de 14% entre 2005 a 2008.

Quadro 5. Peso das Importações Portuguesas por Origem (%)

	Peso das Importações Portuguesas
UE	68,9%
Espanha	46,0%
França	11,9%
Itália	10,9%
Holanda	6,4%
Extra-UE	67,8%
China	36,3%
Estados Unidos	23,7%
Brasil	7,9%

Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

Em termos de países destaca-se visivelmente (Gráfico 9) a China, em substituição da Suíça, os Estados Unidos, e o Brasil (de entre os países de língua oficial portuguesa), deixando para trás Angola.

Gráfico 9. Principais Origens das Importações Portuguesas

Fonte: UNCTAD, "Creative economy report 2010"

4.3. Transação de Direitos de Propriedade Industrial

Relativamente aos pedidos de registo de patentes de design, em 2009, por parte de nacionais, verifica-se um crescimento de cerca de 63% quando comparado com o ano anterior.

No ano 2009 registou-se um crescimento de 40,4% no número de pedidos de Design Comunitário com origem em Portugal, comparativamente ao ano 2008.

Os pedidos de Design Nacional apresentados em Portugal são, na sua maioria, de origem portuguesa, sendo que em 2009, da totalidade dos pedidos de proteção, cerca de 95% foram feitos por residentes em Portugal. Os restantes 5% efetuados por Não Residentes, correspondem a 19 pedidos. Estes têm origem sobretudo nos seguintes países: Suécia com 7 pedidos, Espanha e França com 3 pedidos e Suíça e Estados Unidos da América com 2 pedidos cada. As áreas onde incidem o maior número de pedidos feitos em 2009, foram em artigos de Vestuário e Retrosaria com 56 pedidos (17%), Mobiliário, com 46 pedidos (13%), Embalagens e recipientes com 36 pedidos (10%) e Artigos domésticos não especificados e Artigos de adorno com 28 e 24 pedidos (8%).

Os requerentes deste pedido foram as Universidades; Criadores independentes e Empresas. No ano 2009, dos pedidos de Design Nacional de origem portuguesa, 67% foram apresentados por Empresas, 30% são de Criadores Independentes e 3% das Universidades.

Em termos regionais estes pedidos tiveram como origem principal as regiões do Norte, Lisboa e Centro (44,9%, 28,2% e 21,9% respetivamente). A região Norte foi a que concentrou um maior número de pedidos, com 689 objetos para os quais foi pedida proteção. Destes, 588 objetos têm origem no meio empresarial o que representa cerca de 85%.

Com origem na região de Lisboa foi solicitada proteção para 240 objetos de Design. Destes, cerca de 47% foram realizados por criadores independentes, 50% por empresas e 3% provêm do meio académico.

5. Conclusão

As exportações de bens e serviços criativos mundiais, que foram de 592 bilhões de dólares em 2008, — mais do dobro do registado em 2002 — cresceram mais de 14 %, em média, por ano, entre 2003 e 2008. Em comparação o crescimento do comércio mundial foi apenas, no mesmo período, de cerca de 7%. Este facto confirma que as indústrias criativas detêm grande potencial para o desenvolvimento de países que buscam diversificar suas economias.

A Comissão europeia no recente relatório da Estratégia 2020 prevê como prioridade habilitar a Europa de maior competitividade e inovação e para isso considera importante o uso da criatividade para enfrentar os desafios que se colocam às diferentes economias. Isto está bem patente no documento referente à Agenda Digital e no que se refere à política Industrial para a era da globalização.

Uma combinação certa de políticas públicas para potenciar o efeito do setor cultural e criativo na economia implicam esforços no sentido de proporcionar condições para o investimento, incentivar a capacidade empreendedora criativa, facilitar um crescente acesso a infraestrutura de modernas tecnologias para se beneficiar da uma convergência digital global, e otimizar o potencial de comércio de produtos criativos no mercados domésticos e internacionais.

Em Portugal, no ano 2006, o setor cultural e criativo foi responsável por 2,8% de toda a riqueza criada e 2,6% do emprego. Estes valores são relevantes e significativos, justificando plenamente a necessidade da construção de um novo olhar mais objetivo e atualizado sobre o papel da cultura e da criatividade na economia portuguesa.

Assim, um desafio central para as políticas públicas nacionais de dinamização do Setor Cultural e Criativo centra-se em proporcionar sinergias entre oferta e procura e entre as atividades criativas e as restantes atividades económicas, ou seja, criar condições para que exista um contributo da cultura e da criatividade para a renovação e relançamento dos modelos competitivos das empresas portuguesas, através do crescimento das exportações.

6. Bibliografia

UNCTAD (2010), "Creative economy report 2010"

DGAE, Relatório da 6ª Reunião do Subgrupo do EPG da Política de Inovação, Bruxelas, 26 de janeiro de 2011

HKU, (2010), The Entrepreneurial Dimension of the Cultural and Creative Industries, Hogeschool vor de Kunsten Utrecht, Utrecht.

INPI (2009), Dados Estatísticos sobre Invenções, Design, Marcas

Augusto Mateus & Associados (2009), O Setor Cultural e Criativo em Portugal

KEA (2009) – European Affairs, The Impact of Culture on Creativity.

Índices Comparativos de Burocracia para Portugal, com base no “Doing Business 2011” do Banco Mundial¹

Elsa de Morais Sarmento²

Joaquim Reis³

1. Introdução

O desenvolvimento de políticas de melhor regulamentação em Portugal nos últimos anos tem feito parte do esforço de reforma e modernização da economia, de forma a permitir o cumprimento de compromissos relacionados com a Agenda de Lisboa, no que diz respeito ao crescimento económico e à criação de emprego. A regulamentação constitui um instrumento de execução de políticas públicas, concebido para responder mais adequadamente às expectativas dos cidadãos e empresas, de modo a assegurar o melhor funcionamento de um mercado que se deseja justo, concorrencial e competitivo. A regulamentação, através da sua dimensão nacional, regional e local, constitui um elemento fundamental para responder a estes desafios.

Os requisitos administrativos solicitados aos cidadãos e empresas, que decorrem da regulamentação, são um determinante fundamental do ambiente empresarial, na medida em que as empresas são obrigadas a despendar recursos consideráveis no preenchimento de formulários ou no cumprimento de obrigações de cedência de informação várias. A redução de toda esta carga administrativa sobre as empresas, com processos de licenciamento mais simplificados e com a possibilidade de utilização de registos *online* conduziu à redução de custos adicionais que a regulação impõe sobre as empresas, e por essa via à melhoria do ambiente de negócios e do reforço da atratividade do país para investidores estrangeiros. De facto, a redução do fornecimento de informação desnecessária, permite reduzir custos de produção e potenciar investimentos adicionais, bem como incentivar ações de inovação, suscetíveis de melhorar a produtividade interna das empresas. É sobejamente reconhecido que o objetivo de toda esta agenda é também o de melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos, numa época de sério esforço de contenção orçamental e de políticas ativas de consolidação orçamental e fiscal.

Portugal tem apresentado ao longo dos últimos anos uma evolução claramente favorável nos *rankings* do relatório “Doing Business” do Banco Mundial. As reformas introduzidas nos últimos anos tiveram reflexos evidentes na melhoria de posição de Portugal nos *rankings* das respetivas áreas. No “Doing Business 2010”, referente ao ano de 2009, Portugal era mencionado como país reformador (*top reformer*) em quatro áreas: processo de licenciamento, procedimentos alfandegários, cumprimento de contratos comerciais e registo de propriedade, com esta última área a integrar o *top 10* dos países que introduziram mais reformas (Banco Mundial, 2009; Gouveia, 2009). Na última edição do “Ease of Doing Business” de 2011, referente ao ano de 2010, Portugal subiu duas posições, ocupando o 31º lugar entre 183 países (Banco Mundial, 2010; Martins *et al.*, 2010), e uma posição relativamente à UE-27, ocupando o 13º lugar, encontrando-se melhor posicionado que por exemplo, a Espanha, a Itália ou a Grécia. Iniciativas como a “Casa pronta” permitiram a Portugal tornar -se o país do mundo onde é mais rápido registar a propriedade de um bem imóvel (1 dia). No entanto, dado o ritmo contínuo de reformas que têm vindo a ser implementadas em diversos países, é fundamental que se continuem a encetar esforços no sentido de se consolidarem as áreas nas quais Portugal apresenta ainda algumas debilidades, no intuito de manter o ímpeto da desburocratização e da simplificação de processos.

¹ Este trabalho reflete unicamente as opiniões dos seus autores. Os nossos agradecimentos à Drª Ana Martins, Drª Andreia Olival e Drª Catarina Nunes.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (elsa.sarmiento@gee.min-economia.pt); DEGEI, Universidade de Aveiro.

³ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (joaquim.reis@gee.min-economia.pt).

Neste trabalho pretende-se avaliar a posição relativa de Portugal em 2010, *vis-à-vis* uma seleção apurada de países¹, relativamente a 3 dimensões chave do ambiente regulamentar: os procedimentos burocráticos, os custos burocráticos e a demora burocrática, consideradas determinantes para o ambiente de negócios e para a qualidade de vida dos cidadãos, com base no relatório “Doing Business” de 2011 do Banco Mundial, no qual se baseia a “Base de Dados de Indicadores de Desempenho: Burocracia e Justiça”², recentemente publicada pelo GEE.

O tipo de análise proposto neste artigo, permite evidenciar com maior clareza, através da relativização do posicionamento de Portugal face a um conjunto de países, as áreas onde Portugal já se encontra relativamente bem colocado, dada a evolução que tem vindo a fazer nas últimas edições do “Doing Business”, mas sobretudo identificar as áreas nas quais ainda será necessário efetuar um esforço adicional no sentido de prosseguir na senda da convergência para com os parâmetros regulatórios da UE e de países apontados como exemplos a seguir nestes domínios, como sendo o Reino Unido e a Dinamarca.

Na secção seguinte descrevem-se as principais metas assumidas por Portugal e os desenvolvimentos no contexto europeu em matéria dos progressos de regulamentação. Na secção 3 apresenta-se a metodologia adotada, na secção 4 efetua-se a análise comparada por cada uma das três dimensões consideradas neste estudo e a secção 5 apresenta uma súmula das conclusões.

2. As metas assumidas no contexto nacional e europeu

Desde o desenho das políticas públicas, passando pela legislação e pela regulamentação, os poderes públicos esforçam-se por fazer o melhor possível, procurando utilizar os instrumentos mais adequados para a missão que pretendem cumprir, maximizando os benefícios da sua atuação e procurando minimizar simultaneamente os seus efeitos perniciosos. No entanto, regulamentações mal concebidas podem tornar-se excessivas e serem consideradas como entraves ao bom funcionamento dos mercados (Comissão Europeia, 2006). Por exemplo, alguns instrumentos legislativos podem sobrepor-se uns aos outros, prejudicando as empresas e os cidadãos, ou podem tornar-se facilmente obsoletos dada a rápida evolução tecnológica, a globalização ou via o crescente acesso à informação, que obriga a uma atualização permanente da legislação, de forma a acompanhar todas estas mudanças. Os encargos administrativos desnecessários e desproporcionados podem portanto ter repercussões económicas significativas, sendo fonte de perturbação para as empresas.

À medida que o acervo comunitário se foi desenvolvendo ao longo dos últimos 50 anos, a sua complexidade foi aumentando. A Comissão Europeia estimou estes custos em 3,5% do PIB da UE (Comissão Europeia, 2007). Segundo esta, a legislação europeia tem sido eficaz na eliminação de barreiras que distorcem a concorrência e criam conflitos entre os diferentes sistemas nacionais (Comissão Europeia, 2006). Por exemplo, o mercado único gerou uma vaga legislativa substancial, na qual regras de âmbito europeu vieram substituir as normas nacionais, frequentemente excessivamente complexas.

Após o Livro Branco sobre a Governança (Comissão Europeia, 2001) sob a égide de Romano Prodi, em 2002, a Comissão Europeia lançou-se num ambicioso exercício, através da iniciativa “Legislar melhor” para simplificar e melhorar o ambiente legislativo, reduzindo a burocracia³, melhorando a qualidade da legislação e elaborando instrumentos legislativos mais adaptados às necessidades dos consumidores e das empresas. O objetivo pretendido não é de diminuir necessariamente a regulação, é sobretudo de contribuir para uma melhor regulação a nível Europeu (Comissão Europeia, 2006; Wiener, 2006). Para tal,

¹ Na “Base de Dados de Indicadores de Desempenho: Burocracia e Justiça” é possível comparar Portugal com 44 outros países.

² Disponível em: <http://www.gee.min-economia.pt/?cn=65226878AAAAAAAAAAAAAAAA>

³ Uma melhor regulamentação não significa desregulamentação (Wiener, 2006). Não se trata de uma escolha entre prioridades empresariais ou sociais (Parlamento Europeu, 2010).

implementou-se um quadro completo de avaliação de impacto^{1 2}, obrigatório para as propostas legislativas mais importantes. Dos primeiros setores sob exame foi o setor da construção. A questão dos encargos administrativos, em particular para as pequenas empresas, foram alvo de alterações legislativas, através da simplificação de formulários para a elaboração de estatísticas e da modernização da pauta aduaneira, de forma a promover a facilitação do intercâmbio de informações.

Em 2005, a Estratégia de Lisboa renovada, adotada pelo Conselho Europeu, veio encorajar a tomada de ação com vista à criação de emprego, ao crescimento e ao aumento da produtividade e da competitividade, a qual considerava medidas para a promoção da melhoria do ambiente regulamentar para as empresas.

Posteriormente, em 2006, a Comissão Europeia lançou um programa de ação ambicioso para identificar, quantificar e reduzir os encargos administrativos inerentes à regulamentação existente na UE, que considerava como meta política global a redução de 25% destes encargos, a cumprir em conjunto pela UE e pelos Estados-Membros até 2010³. Este representou um esforço importante de racionalização e simplificação da forma como os objetivos políticos passaram a ser traduzidos na prática. A Comissão Europeia espera que esta iniciativa se possa traduzir num aumento de aproximadamente 1,4% do PIB da UE⁴. A Comunicação da Comissão Europeia de 2007 (Comissão Europeia, 2007) sintetiza os aspetos essenciais deste programa de ação para a redução dos encargos administrativos na UE⁵.

O posicionamento de Portugal, relativamente inferior em várias comparações internacionais de competitividade, constituiu um *driver* importante no lançamento do Programa Simplex⁶ para a simplificação administrativa e do *e-government*. O desenvolvimento de toda esta estrutura, que deu origem a melhorias de carácter regulatório, esteve muito associada à gestão da transformação do setor público e à introdução do *e-government* para a promoção de políticas de governança mais efetivas⁷. Outra prioridade que assistiu a todos estes esforços, esteve relacionada com o tornar o ambiente negocial para

¹ A iniciativa europeia de melhor regulação advoga mais iniciativas no sentido de existirem reformas mais saudáveis, através da utilização de mecanismos conducentes à redução da burocracia desnecessária. A Comissão Europeia desenvolveu a sua própria estratégia e instrumentos para uma melhor regulamentação, particularmente no que diz respeito à implementação de um processo de avaliação de impacto aplicado ao desenvolvimento das suas próprias regulamentações. Também à medida que se foram desenvolvendo novas medidas dentro do chapéu “Legislar Melhor”, se verificou existir a necessidade de uma avaliação *ex-post*.

² Os EUA, por exemplo, têm uma longa experiência na avaliação do impacto da regulamentação proposta pelas agências federais, sendo esta realizada pelo *Office of Information and Regulatory Affairs*.

³ Este objetivo já refletia as metas definidas a nível nacional.

⁴ O Governo Britânico estima que o cumprimento das metas de redução de 25% da regulamentação para as empresas, bem como a redução da informação requerida pela Administração Pública da ordem dos 30%, se possa traduzir numa poupança anual líquida de 3,3 mil milhões de libras. Até 2009 estas melhorias regulatórias ajudaram a poupar quase 3 mil milhões por ano às empresas (HM Government, 2009).

⁵ Essencialmente, esta proposta vai no sentido da Comissão, em concertação com os Estados-Membros, quantificar os encargos administrativos relacionados com a legislação comunitária e os atos de transposição nacional, cabendo posteriormente aos Estado-Membros, a redução dos encargos administrativos inerentes à legislação puramente nacional e regional.

⁶ A 13 de novembro de 2008, em Conselho de Ministros, foi adotada uma resolução que estabelece o compromisso português de redução dos encargos administrativos para as empresas a integrar nos Programas Legislar Melhor e de Simplificação Administrativa e Legislativa (Simplex). Paralelamente, também foi definida a forma de coordenação e acompanhamento a nível nacional do Programa de Ação para a Redução dos Encargos Administrativos na União Europeia (AREA surge no âmbito do compromisso nacional e estabelece a meta de, até 2012, reduzir em 25% os encargos administrativos para as empresas dos Estados Membros, decorrentes da legislação e regulamentação europeias. Para respeitar esse compromisso, o Governo português assumiu a meta de redução em 25%, até 2012, dos “encargos administrativos impostos por normas legais e regulamentares de origem nacional nos eventos relevantes do ciclo de vida das empresas (criação, gestão e expansão e encerramento)”. Decidiu também adotar-se o “standard cost model como metodologia base para o mapeamento/identificação, quantificação e simplificação/redução dos encargos administrativos no ciclo de vida das empresas”. Ver também “Communication from the Commission to the Council on an EU common methodology for assessing administrative costs imposed by legislation, SEC(2005)1329, COM(2005) 518 final de 2005”.

⁷ Entre as muitas medidas que reduziram custos de contexto para as empresas destacam-se a agilização do processo de constituição de sociedades comerciais, através da “Empresa na hora” e “Empresa online”, a simplificação do regime de exercício da atividade industrial (REAI), compreendendo o sistema de informação que permite saber antecipadamente custos e prazos para o exercício de uma atividade, enviar o pedido de forma eletrónica e acompanhar o procedimento, a concentração do cumprimento das obrigações de informação num ponto único, através da “Informação empresarial simplificada” (IES) e a desmaterialização do registo da propriedade industrial. Também serviços adicionais permitiram facilitar aos cidadãos o exercício de direitos e o cumprimento de obrigações, como a “Casa pronta”, o “Nascer cidadão”, a “Segurança social direta”, o “NetEmprego” ou o “eAgenda”.

as empresas mais dinâmico e inovador, de forma a aumentar a competitividade da economia e a sua capacidade para atrair investimento direto estrangeiro (IDE).

Têm vindo a ser implementadas iniciativas várias a nível da União Europeia (Parlamento Europeu, 2010), mas também a nível de diversos Estados-Membros, que como o Reino Unido (HM Government, 2009), se têm debatido com preocupações acerca dos custos e das implicações do excesso de burocracia, em particular no contexto económico atual. Em 2009, o debate sobre as reformas regulatórias e sobre a regulação e a concorrência tornou-se mais aceso no decurso do arrefecimento económico mundial. Por um lado, têm havido apelos no sentido de se providenciar um ambiente mais estável para o investimento e para uma maior proteção face aos perigos das forças de mercado. Por outro, estão as empresas e os agentes, que desafiam os Governos a atuar de acordo com as suas necessidades e as restrições impostas pelo novo contexto de desaceleração económica.

3. Metodologia

O “Doing Business” (DB) avalia 9 elementos considerados fundamentais nas políticas que enquadram e condicionam o ambiente regulamentar de um país e que são determinantes para o relacionamento entre empresas e entre o setor privado em geral e o Estado (como por exemplo, o início de atividade de uma empresa, as relações comerciais externas, os processos de licenciamento, etc.). O DB fornece tabelas classificativas para cada uma destas 10 áreas de regulação, bem como um *ranking* intitulado “Ease of Doing Business”¹. Este exercício, levado a cabo pelo Banco Mundial, pretende no fundo proceder a uma avaliação do clima de investimento de um país, recorrendo às apreciações de um conjunto de peritos que examinam as leis e os procedimentos nacionais, de forma a aferir o tempo e o custo relativos ao cumprimento de uma grande variedade de procedimentos e de regulamentações, bem como com a facilidade com que contratos entre entidades privadas podem ser efetivados e reforçados.

Na “Base de Dados de Indicadores de Desempenho: Burocracia e Justiça”², no qual a presente análise se baseia, foi feita uma seleção de apenas 45 países, entre os 183 disponibilizados no último relatório do Banco Mundial. Incluem-se maioritariamente países desenvolvidos e alguns emergentes e em vias de desenvolvimento (como a China, a Índia, a Rússia, a Coreia do Sul, a Turquia e o México). Os anteriormente mencionados foram incluídos devido à sua importância económica ou geoestratégica, ou ainda devido aos laços de proximidade, nomeadamente a nível comercial, com Portugal. Considerou-se que para efeito da análise comparativa pretendida, seria mais útil ter este conjunto de países como *benchmark* para a performance portuguesa, dado que são países ou desenvolvidos ou com um ímpeto reformista bastante acelerado. Em aditamento aos anteriores, também se calcularam os indicadores médios para a UE-27, Zona Euro (16) e para a OCDE.

Os 23 indicadores³ considerados nesta análise, dizem respeito à criação de empresas, aos processos de licenciamento na construção, ao registo de propriedade, ao cumprimento de contratos comerciais, ao encerramento de empresas/falências, à fiscalidade e aos procedimentos alfandegários. No relatório do

¹ A metodologia de cálculo destes indicadores baseia-se em informação factual relativa às leis e regulamentos em vigor em cada país, estando particularmente focada nas pequenas e médias empresas nacionais. O DB fornece indicadores em 10 áreas de regulação referentes ao número de procedimentos, tempo e custos associados ao cumprimento de obrigações legais, que pretendem refletir as 10 principais fases de vida de uma empresa. Utiliza um “standard” hipotético (uma empresa privada, com propriedade nacional, de responsabilidade limitada, que detenha entre 10 e 50 empregados e que opere na maior cidade do país) e transações estandardizadas que possam ser aplicadas a várias atividades (por exemplo, construir um armazém, efetuar um contrato, etc). Assume explicitamente o cumprimento integral destas obrigações, no sentido em que não existam terceiras entidades envolvidas na facilitação dos procedimentos ou pagamentos ou ainda em outras atividades que possam influenciar estes resultados. A aferição destas medições é efetuada por 1 a 4 juristas e/ou contabilistas em cada país, baseado no tempo ótimo que levaria a cumprir estas obrigações.

² O domínio “Burocracia e Justiça” da Base de Dados de Desempenho compreende um total de 26 indicadores anuais, dos quais 24 têm como fonte o relatório “Doing Business”, do Banco Mundial, de onde se consideraram apenas 45 países, e dos quais os restantes 2 têm por fonte os Indicadores Estruturais do Eurostat, para esse mesmo conjunto de países.

³ Nesta análise incluem-se apenas 23 indicadores provenientes do “Doing Buiness”, ou seja exclui-se o indicador referente à taxa de recuperação decorrente do processo de falência de uma sociedade.

Banco Mundial, os indicadores vêm expressos numa unidade própria, conforme se poderá constatar no Quadro 1. Todos estes indicadores foram rearrumados em 3 novas dimensões, os “procedimentos burocráticos”, os “custos burocráticos” e a “demora burocrática”, sendo cada uma delas constituído por 7, 8 e 8 indicadores respetivamente (Quadro 1).

Na abordagem utilizada nesta análise, estes indicadores foram uniformizados sob a forma de um índice, escalonado entre 0 e 100, onde ao país com melhor posição no indicador respetivo, é conferida uma valorização de 0 e ao pior 100, considerando o leque de 45 países integrados na Base de Dados e os seus valores extremos para cada um dos indicadores, de forma a relativizar em 2010 o posicionamento de cada país em relação ao país melhor e pior classificado em cada indicador.

A fórmula utilizada para o cálculo do índice por país é a seguinte:

$$\frac{\text{Valor do indicador}_{\text{(no país de referência para o cálculo)}} - \text{Valor mínimo}_{\text{(do indicador no país pior classificado)}}}{\text{Valor máximo}_{\text{(do indicador no país melhor classificado)}} - \text{Valor mínimo}_{\text{(do indicador no país pior classificado)}}} \times 100$$

Os indicadores foram ajustados de forma a refletirem um índice mais desfavorável quanto maior a sua proximidade de 100. Tratando-se de aferir a “carga” regulatória em termos de procedimentos, tempo e custos, considera-se que quanto mais próximo de 0 estiver o posicionamento do país, menor será o peso desta carga regulatória e burocrática. Desta forma, poder-se-á visualizar com maior clarividência o posicionamento relativo de Portugal face ao conjunto de países representado e aferir em quais as dimensões e indicadores Portugal aparece mais destacado, ou seja, com melhor performance relativamente aos seus congéneres e vice-versa.

A representação gráfica em radar utilizada nas páginas seguintes permite captar de forma mais imediata o posicionamento relativamente a diferentes países, para o conjunto de indicadores que constituem as três dimensões e verificar simultaneamente qual é o posicionamento de Portugal em 2010.

Quanto mais próximas de 0 estiverem as linhas a vermelho, correspondentes a Portugal ou dentro da fronteira a azul do segundo país comparativo (ou grupos de países), melhor será o posicionamento relativo de Portugal. Ou seja, quanto mais próximo da origem e mais no interior da fronteira estiver um país face a outro, menor a sua carga burocrática e regulatória. Deste modo, poder-se-á aferir, para cada uma das dimensões analisadas (procedimentos, custos e demora burocrática), em quais os indicadores Portugal se encontra relativamente melhor ou pior posicionado.

Quadro 1. Descrição de 23 indicadores integrados na “Base de Dados de Indicadores de Desempenho: Burocracia e Justiça” e da sua agregação nas 3 dimensões em análise

Dimensões consideradas e respectivos indicadores	Unidade	Período	Cobertura geográfica considerada	Observações
Procedimentos Burocráticos				
Procedimentos requeridos para efectuar um licenciamento		2005-2010	45 países (UE27+18 países)	Procedimentos associados ao licenciamento de uma construção. Não inclui Malta.
Procedimentos para constituir uma sociedade		2003-2010		Procedimentos associados ao início legal de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. Não inclui Malta.
Documentos para exportação		2005-2010		Documentos envolvidos na exportação de uma expedição <i>standard</i> de bens. Contentor de 6 metros (20-foot, full container load). Não inclui Malta.
Documentos para importação	nº	2005-2010		Custos envolvidos na importação de uma expedição <i>standard</i> de bens. Contentor de 6 metros (20-foot, full container load). Não inclui Malta.
Procedimentos para registar uma propriedade		2004-2010		Procedimentos a efectuar para o registo de uma propriedade. Não inclui Malta.
Pagamentos de impostos a efectuar		2005-2010		Número de pagamentos anuais de impostos para uma empresa de dimensão média. Não inclui Malta
Procedimentos envolvidos na resolução judicial de uma disputa comercial		2003-2010		Processos envolvidos numa disputa comercial. Não inclui Malta.
Custos Burocráticos				
Custos de registo de uma propriedade em % do valor da propriedade	%	2004-2010	45 países (UE27+18 países)	Custos associados ao registo de uma propriedade em % do seu valor. Não inclui Malta.
Custos de constituição de uma sociedade em % do Rendimento Interno Bruto per capita	%	2003-2010		Custos associados ao início legal de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. Não inclui Malta.
Custos num processo de licenciamento, em % do Rendimento Interno Bruto per capita	%	2005-2010		Custos totais envolvidos num licenciamento, % do rendimento interno bruto per capita. Não inclui Malta.
Custos de exportação (por contentor)	dólar	2005-2010		Custos envolvidos na exportação de uma expedição <i>standard</i> de bens. Contentor de 6 metros (20-foot, full container load). Não inclui Malta.
Custos de importação (por contentor)	dólar	2005-2010		Custos envolvidos na importação de uma expedição <i>standard</i> de bens. Contentor de 6 metros (20-foot, full container load). Não inclui Malta.
Custos associados ao processo de falência em % do espólio	%	2003-2010		Custos do processo de falência em função da % do espólio empresarial. Não inclui Malta.
Total do imposto a pagar em % do lucro bruto	%	2005-2010		% do lucro bruto a pagar em Impostos . Não inclui Malta.
Custos associados à resolução judicial de uma disputa comercial em % da dívida	%	2003-2010		Custos envolvidos de uma disputa comercial em função da dívida. Não inclui Malta.
Demora Burocrática				
Dias para registar uma propriedade		2004-2010	45 países (UE27+18 países)	Demora no registo de uma propriedade. Não inclui Malta.
Dias para constituir uma sociedade		2003-2010		Procedimentos associados ao início legal de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. Não inclui Malta e Chipre.
Dias para exportação		2005-2010		Demora envolvida na importação de uma expedição <i>standard</i> de bens. Contentor de 6 metros (20-foot, full container load). Não inclui Malta.
Dias para importação	nº	2005-2010		Demora envolvida na importação de uma expedição <i>standard</i> de bens. Contentor de 6 metros (20-foot, full container load). Não inclui Malta.
Dias para efectuar um licenciamento		2005-2010		Demora de um processo de licenciamento de uma construção. Não inclui Malta
Horas a dispender no pagamento de impostos		2005-2009		Demora administrativa no pagamento anual de impostos para uma empresa de dimensão média. Não inclui Malta
Dias para a resolução judicial de uma disputa comercial		2003-2010		Demora de uma disputa comercial. Não inclui Malta
Anos para a completar o processo de falência de uma sociedade		2003-2010		Demora média de um processo de falência. Não inclui Malta.

Fonte: “Base de Dados de Indicadores de Desempenho: Burocracia e Justiça” com base no “Doing Business” do Banco Mundial.

Nota: Foi excluído o indicador referente à taxa de recuperação decorrente do processo de falência de uma sociedade, que está no entanto presente na “Base de Dados de Indicadores de Desempenho: Burocracia e Justiça”.

4. Análise por dimensão

As empresas, os cidadãos e os poderes públicos suportam os custos administrativos que decorrem do cumprimento das normas regulatórias impostas pelo Estado. Tais custos podem decorrer de obrigações legais de fornecer informação, do pagamento desses serviços, de realizar o acompanhamento de uma

ação ou da espera que esta se desenrole. Se estes forem demasiadamente elevados podem anular os benefícios da política adotada.

De seguida, descrevem-se os principais resultados da análise comparativa de acordo com as três dimensões propostas, os procedimentos, os custos e a demora burocrática.

4.1 Procedimentos burocráticos

A primeira dimensão de análise diz respeito aos procedimentos burocráticos e compreende 7 indicadores (Procedimentos requeridos para efetuar um licenciamento, Procedimentos para constituir uma sociedade, Documentos para exportação, Documentos para importação, Procedimentos para registar uma propriedade, Pagamentos de impostos a efetuar, e Procedimentos envolvidos na resolução judicial de uma disputa comercial).

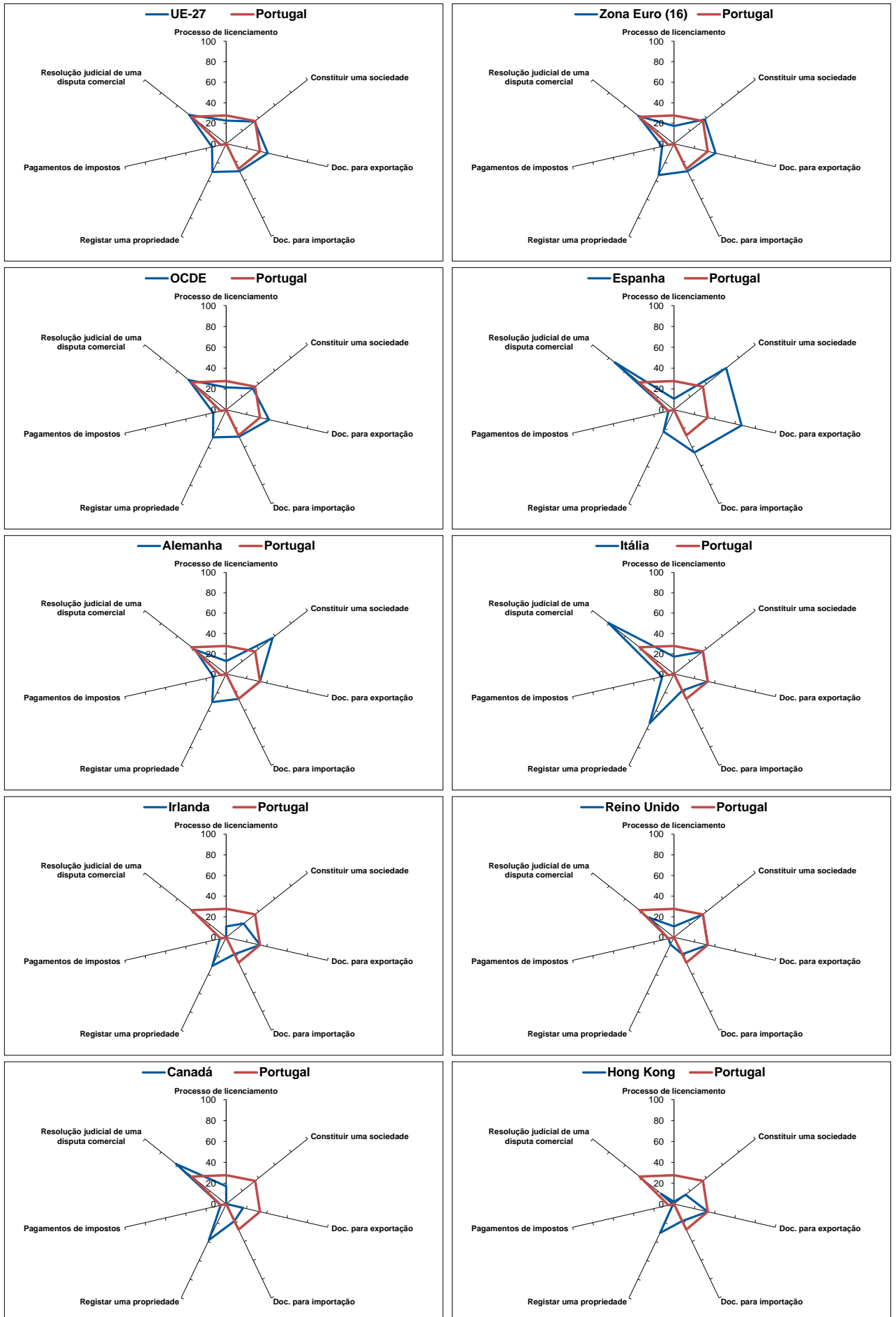
A Figura 1 permite constatar que Portugal se encontra bastante bem posicionado em relação a praticamente todos os 7 indicadores, com a exceção mais evidente dos procedimentos requeridos num processo de licenciamento, que quando comparado com a generalidade dos países europeus, mas também com o Canadá, Hong-Kong e Japão, ainda se encontra aquém do nível dos outros indicadores referenciados, apesar dos progressos feitos nos últimos anos (Cerqueira e Pinheiro Alves, 2011). Também se destaca o posicionamento menos favorável no número de documentos exigido para a importação, particularmente expressivo quando comparado com os casos Italiano e Irlandês. Desde 2005 que se mantém a obrigatoriedade de preenchimento de 5 documentos para importação (e de 4 para exportação), o que revela, face ao progresso reformista de vários países, que Portugal deve tentar encontrar também alternativas para melhorar este tipo de procedimentos.

A comparação da performance portuguesa com a da UE-27 e a da Zona Euro (16) permite concluir que Portugal apenas não se encontra melhor posicionado relativamente a estes dois agrupamentos de países, ao nível de um indicador, os procedimentos requeridos num processo de licenciamento (em 2010 eram 19 em Portugal e 16,6 em média na UE-27). O mesmo acontece na comparação com Espanha (11 procedimentos em Espanha para um licenciamento), no qual o distanciamento de Portugal é favoravelmente maior relativamente à maior parte dos restantes indicadores. A comparação com a média dos países da OCDE é também favorável a Portugal. Apenas acresce no posicionamento menos positivo, para além do indicador citado anteriormente no caso da UE, um maior número de procedimentos para constituir uma sociedade em Portugal (6 em Portugal e 5,9 na média da UE-27).

Na comparação individual com alguns países da UE-27, constata-se nomeadamente que no caso da comparação com a Alemanha, que Portugal apenas não a iguala ou supera em dois indicadores, novamente nos procedimentos requeridos num processo de licenciamento mas também no número de procedimentos envolvidos na resolução judicial de uma disputa comercial (31 em Portugal e 30 na Alemanha). No caso da Dinamarca, Portugal apenas não a supera em 3 indicadores, a saber, nos procedimentos requeridos num processo de licenciamento e na constituição de sociedades e no número de documentos exigidos para importação.

Sobretudo ao nível do número de documentos exigidos para importação, constata-se ainda que Portugal apresenta uma carga burocrática relativamente maior quando comparado com um conjunto mais vasto de países como a Itália, o Reino Unido e o Canadá, mas também com um grupo de países com uma forte tradição de abertura ao comércio externo, como Hong-Kong e a Irlanda. Ainda referente aos documentos referentes à importação, na escala escolhida nesta análise, Portugal está posicionado ao mesmo nível que a China, que aliás apresenta uma performance genericamente mais desfavorável em todas as vertentes, com exceção dos procedimentos para pagamento de impostos.

Figura 1. Índices de Procedimentos Burocráticos



4.2 Custos burocráticos

A segunda dimensão de análise refere-se aos custos burocráticos e abrange 8 indicadores (Custos de registo de uma propriedade, Custos de constituição de uma sociedade, Custos num processo de licenciamento, Custos de exportação, Custos de importação, Custos associados ao processo de falência, Total do imposto a pagar e Custos associados à resolução judicial de uma disputa comercial).

A Figura 2 permite constatar que Portugal se encontra bem posicionado também em relação a praticamente todos os 8 indicadores, com a exceção mais evidente dos custos de registo de uma propriedade, quando comparado com Espanha, Itália, Polónia e França ou mesmo com a média dos países da Zona Euro (16), UE-27 e OCDE. Desde 2006 que se mantém o custo de registo de uma propriedade em 7,4% do seu valor, o que revela, face ao progresso na estrutura deste custo por parte de vários países, que Portugal pode também tentar encontrar alternativas para melhorar o seu desempenho neste indicador.

Na comparação individual com a Alemanha, verifica-se porém que Portugal não sai beneficiado em metade dos indicadores, novamente nos custos de registo de uma propriedade em % do seu valor (7,4% em Portugal contra 5,1% na Alemanha) e na constituição de uma sociedade em % do rendimento interno bruto *per capita* (7% contra 5% na Alemanha), mas também no que se referem aos custos de importação (999 US\$ contra 937 US\$ na Alemanha) e nos custos associados ao processo de falência em % do espólio (9% contra 8% na Alemanha).

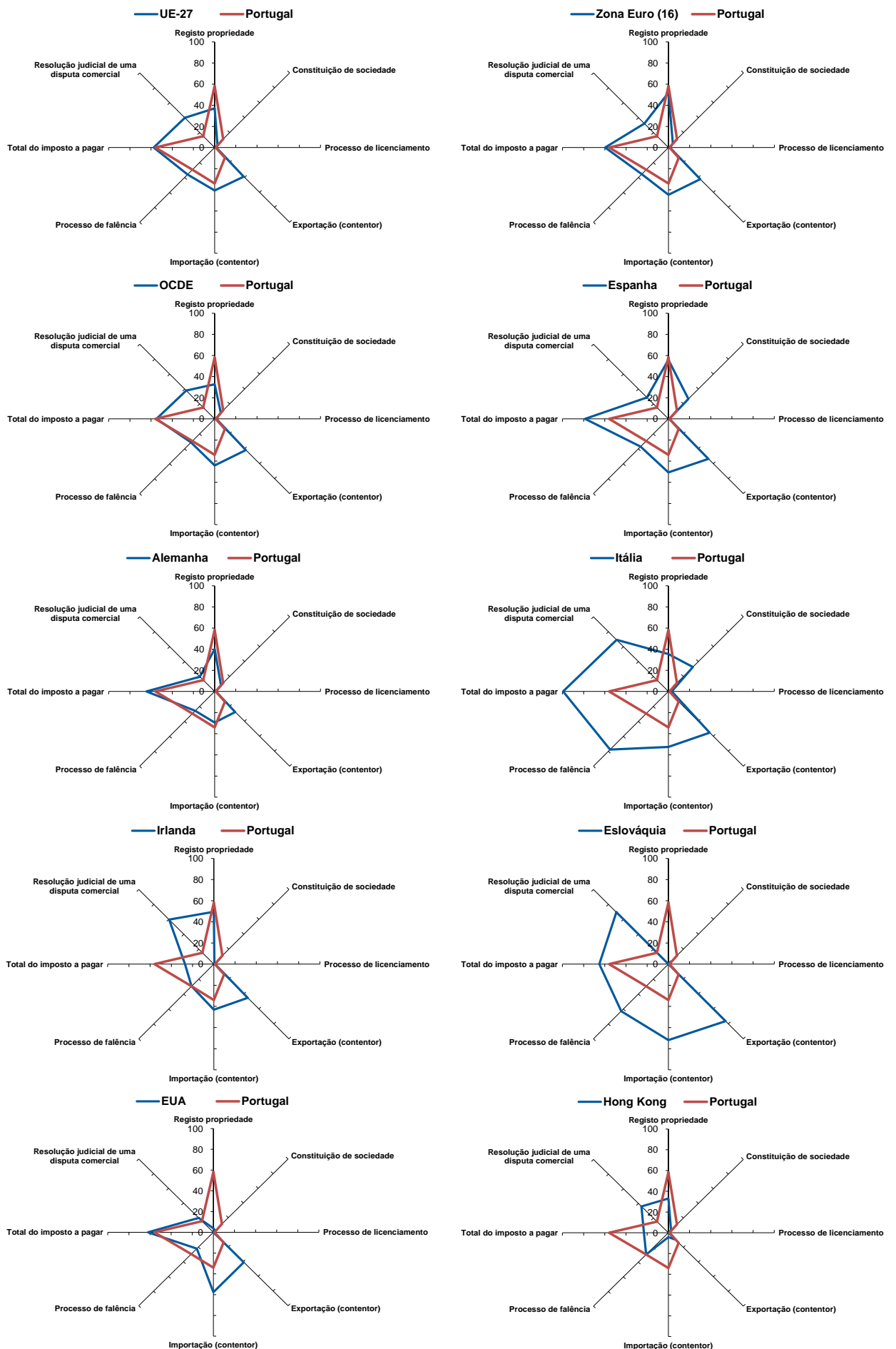
Numa outra perspetiva comparada, agora com o caso irlandês, também se observa que Portugal se encontra bem posicionado, à exceção de três indicadores nos quais detém um maior custo, designadamente nos custos relacionados com o registo de uma propriedade (7,4% contra os 0% na Irlanda), com a constituição de uma sociedade (7,4% contra 6,3% na Irlanda) e o referente ao total de imposto a pagar em % do lucro bruto (43,3% contra 26,5% na Irlanda).

Destaca-se ainda a comparação com a Eslováquia, um dos países do alargamento da UE que mais tem crescido em termos de exportação e com melhor performance entre os países do alargamento. Observa-se que Portugal apresenta uma desvantagem em três indicadores, designadamente nos custos com o registo de propriedade (7,4% contra 0% na Eslováquia), de constituição de uma sociedade (6,5% contra 1,9% na Eslováquia), nos custos num processo de licenciamento em % do rendimento interno bruto *per capita* (53,9% contra 12,7% na Eslováquia).

Mesmo atendendo à comparação com o Brasil, destaca-se que Portugal está pior posicionado quanto a dois dos indicadores mencionados anteriormente, os custos do registo de uma propriedade (2,7% do valor da propriedade no Brasil e 7,4% em Portugal) e os custos de um processo de licenciamento, (46,5% do Rendimento Interno Bruto per capita no Brasil e 53,9% em Portugal).

Finalmente, considera-se a análise comparativa com dois países com uma forte componente exportadora. No caso de Hong-Kong, verifica-se que Portugal aparenta ser menos competitivo em todos os indicadores de custos, excetuando-se nos referentes à resolução judicial de uma disputa comercial em % da dívida (13% em Portugal contra 19,5% em Hong Kong). Já comparativamente com os EUA, a maior economia e a terceira maior exportadora do mundo, apura-se que esta apresenta quatro indicadores de custos mais favoráveis que Portugal, nos seguintes casos: registo de propriedade (7,4% contra 0,5% nos EUA), constituição de sociedades (6,5% contra 1,4% nos EUA), processos de licenciamento (53,9% contra 12,8% nos EUA) e custos associados ao processo de falência em % do espólio (9% contra 7% nos EUA).

Figura 2. Índices de Custos Burocráticos



4.3 Demora burocrática

A última dimensão de análise corresponde à demora burocrática, à qual correspondem 8 indicadores (Dias para registar uma propriedade, Dias para constituir uma sociedade, Dias para exportação, Dias para importação, Dias para efetuar um processo de licenciamento, Horas a despender no pagamento de impostos, Dias para a resolução de uma disputa comercial e Anos para se completar um processo de falência de uma sociedade).

Regista-se que Portugal se encontra genericamente mais aproximado do centro do gráfico que representa o posicionamento relativo dos indicadores do que nas duas dimensões anteriores (Figura 3). Os indicadores nos quais Portugal regista um posicionamento mais favorável são o tempo que leva a registar uma propriedade e a constituir uma sociedade, muito devido ao elevado esforço encetado com iniciativas como a “Casa pronta” (1 dia para o registo de uma propriedade imóvel, com Portugal sendo o país onde este procedimento é mais rápido, segundo o DB de 2011) e a “Empresa na Hora” (6 dias para constituir uma sociedade).

Através da observação da Figura 3, constata-se que Portugal se encontra no entanto desfavoravelmente posicionado em relação à maioria dos indicadores, designadamente nos seis restantes, quando comparado com a média dos países da UE-27 e da OCDE, mas também com a generalidade dos países europeus, tais como a Espanha, a Alemanha, o Reino Unido e a Irlanda. Comparativamente à Zona Euro, a situação não se altera significativamente, verificando-se no entanto uma menor demora burocrática na resolução judicial de uma disputa comercial em Portugal (547 dias em Portugal, 602 dias na Zona Euro e 549 na EU-27).

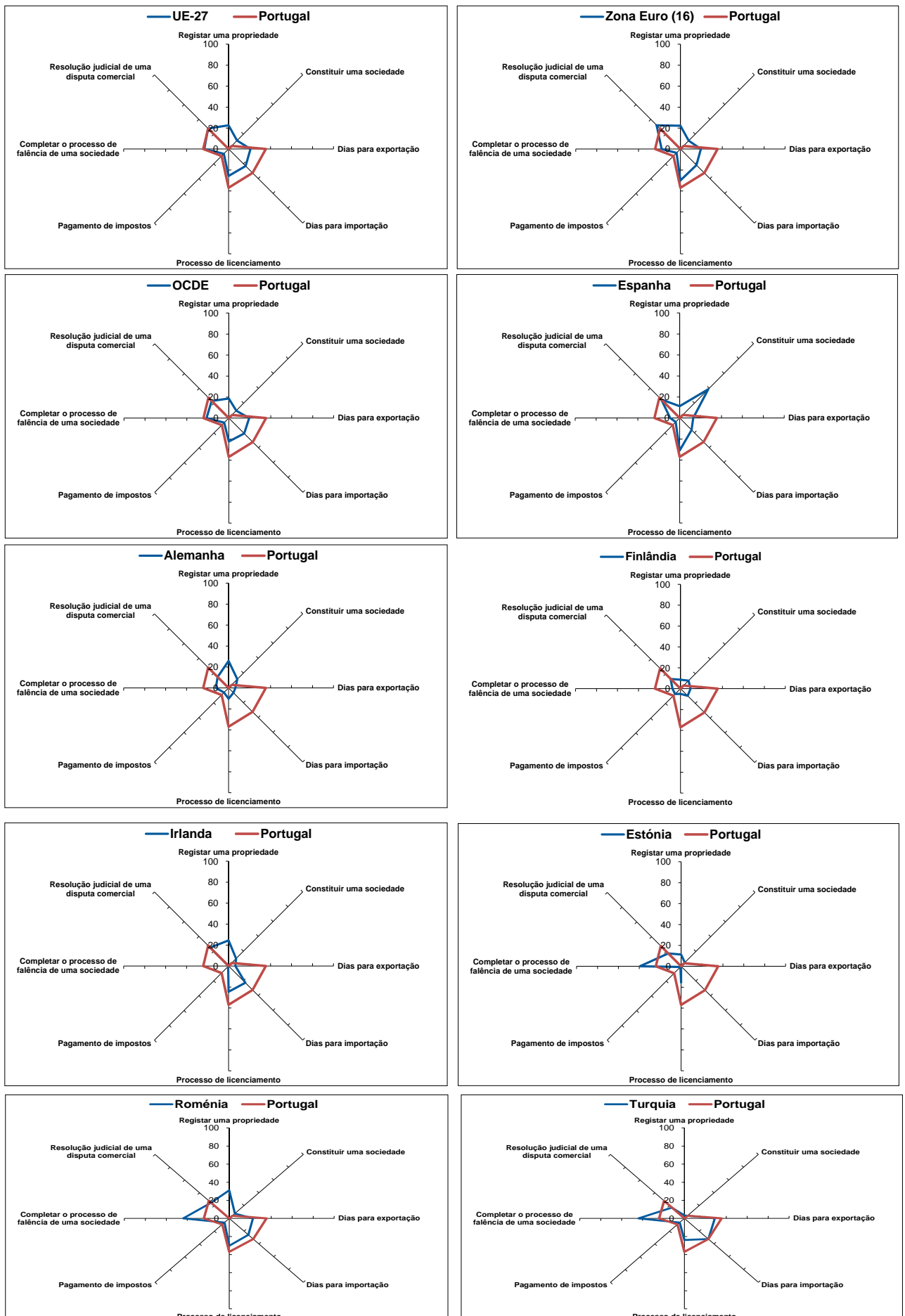
Quando comparado com o caso italiano (país que está na 80ª posição no *rank* global do “Doing Business” e na 26ª posição no *rank* da UE, só à frente da Grécia), verifica-se que Portugal também se encontra posicionado desfavoravelmente em três dos indicadores anteriores, na demora em efetuar um processo de licenciamento (272 dias em Portugal face a 257 em Itália), no tempo que leva a pagar impostos (298 horas em Portugal e 285 em Itália) e em completar o processo de falência de uma sociedade (2 anos em Portugal e 1,8 em Itália).

Na comparação individual com países do Leste Europeu, nomeadamente os do alargamento da UE, como a Estónia e Roménia ou mesmo com a Turquia, constata-se, que na maioria dos indicadores Portugal ainda detém níveis de demora burocrática muito superiores aos destes países. No caso da Turquia, Portugal encontra-se melhor posicionado em apenas três indicadores (demora no registo uma propriedade, na constituição de uma sociedade e no tempo necessário para completar o processo de falência de uma sociedade). Na comparação com a Rússia, Portugal tem uma maior demora apenas na resolução judicial de uma disputa comercial.

Porém os progressos são visíveis quando é feita uma comparação com economias emergentes e em processo reformador acelerado como o Brasil, Índia ou China. No caso do Brasil, Portugal ainda apresenta maior demora para concluir um processo de exportação (16 em Portugal e 13 no Brasil), no caso da Índia, o processo de licenciamento ainda é mais demorado em Portugal (195 na Índia e 272 em Portugal) e na comparação com a China, ressalta que em Portugal se demora mais tempo para resolver judicialmente uma disputa comercial e a completar o processo de falência de uma sociedade (547 dias e 2 anos em Portugal e 406 dias e 1,7 anos na China, respetivamente).

Por outro lado, países como a Finlândia, Noruega, Nova Zelândia, Hong-Kong e a Coreia do Sul apresentam níveis de demora burocrática extremamente reduzidos.

Figura 3. Índices de Demora Burocrática



5. Conclusões

Portugal realizou esforços impressionantes num período relativamente curto (desde 2007) no desenvolvimento e implementação de políticas de melhor regulamentação, que são hoje em dia reconhecidas como uma parte fundamental de uma governança pública efetiva (OCDE, 2009). No entanto, existe a necessidade de manter o *momentum* e a confiança e de desenhar uma estratégia global que se interligue e se materialize futuramente em novas iniciativas conducentes à implementação de melhorias na regulamentação.

Num mercado global e cada vez mais integrado, as regras regulamentares aplicadas a outros países e contextos geográficos têm incidência na atividade económica nacional, da mesma forma que regras comerciais e alfandegárias aplicadas noutros mercados têm implicações no comércio externo português de bens e serviços e por essa via na própria competitividade.

Em Portugal, a necessidade de resolver problemas económicos e estruturais antigos facilitou a emergência de uma sensibilidade partilhada entre políticos e funcionários públicos sobre a necessidade de motivar mudanças profundas. A implementação do SIMPLEX tornou-se impressionante a nível da ambição de propósitos e da abrangência de atuação, aumentando consideravelmente a cooperação interministerial. Os procedimentos regulatórios e burocráticos foram alvo de enormes esforços de simplificação nos últimos anos, que permitiram reduzir visivelmente custos e simplificar a vida das empresas e dos cidadãos.

A análise da evolução dos indicadores do “Doing Business” no contexto deste tipo de análise é frequente e habitual. No entanto, a tradução dos indicadores tradicionais do “Doing Business” em três novas dimensões, que contemplam o montante de procedimentos, os seus custos e a demora no cumprimento destas obrigações, permite adicionar novas componentes de análise e efetuar um aproveitamento mais alargado desta informação.

Das três dimensões referenciadas, procedimentos, custos e demora burocrática, a que se apresenta como menos favorável relativamente às economias mais avançadas da UE, OCDE, Japão e mesmo face a alguns países em desenvolvimento é a demora burocrática. Apesar da evidência clara de melhorias na generalidade do funcionamento e cumprimento dos procedimentos burocráticos em Portugal, que estão refletidos na análise das duas primeiras dimensões consideradas (procedimentos e custos), continua a verificar-se que, em 2010, na dimensão de tempo despendido com a operacionalização e resolução destes procedimentos, se gasta em Portugal mais tempo do que na média dos países da UE e da OCDE, bem como de alguns países do alargamento e emergentes, o que poderá ter implicações sobre a eficiência e competitividade das empresas e dos agentes económicos portugueses.

As diversas iniciativas europeias de promoção da redução da carga regulamentar, que deram origem a compromissos sérios de redução da carga legislativa e burocrática, conduzem à necessidade de acompanhamento dos progressos feitos pelos nossos congéneres europeus, de forma a refletir internamente essas boas práticas e a antecipar mudanças, para que os progressos se mantenham. Nomeadamente ao nível dos procedimentos burocráticos, será necessário apostar na continuação da redução dos processos de licenciamento e dos processos inerentes à criação de sociedades, no sentido de se acompanharem os progressos da UE-27. A recente iniciativa “Licenciamento zero”, criada através da publicação do Decreto-Lei n.º 48/2011, a 1 de abril de 2011, ao abrigo das autorizações legislativas concedidas pela Lei n.º 49/2010, de 12 de novembro e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de dezembro e posteriormente abrangida pela Portaria 131/2010 de 4 de abril de 2011 vem corresponder a esta necessidade. Esta iniciativa visa dar cumprimento a um compromisso prévio do Programa SIMPLEX de 2010 e é uma das medidas emblemáticas da Agenda Digital 2015. Destina-se a simplificar o regime de exercício de diversas atividades económicas e a reduzir encargos administrativos suportados pelos cidadãos e pelas empresas, mediante a eliminação de licenças, autorizações, validações, autenticações, certificações, atos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, registos e outros atos

permissivos, substituindo-os por um reforço das ações sistemáticas de fiscalização *a posteriori* e mecanismos de responsabilização efetiva dos promotores, o que acarreta um agravamento do regime sancionatório. Esta estabelece também a criação do “Balcão do empreendedor”, prevendo-se um acesso direto, via Internet, através do portal da empresa (www.portaldaempresa.pt) e igualmente um acesso presencial, mediado por um intermediário, que poderá estar disponível nos municípios ou em outros balcões públicos ou privados. Com a iniciativa «Licenciamento zero» pretendeu-se também desmaterializar procedimentos administrativos e modernizar a forma de relacionamento da Administração com os cidadãos e empresas, concretizando desse modo as obrigações decorrentes da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, que foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto -Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

Ao nível dos custos burocráticos, seria prioritário reduzir designadamente os custos relacionados com o registo de uma propriedade, particularmente no âmbito da competitividade ibérica (que poderá ocorrer de imediato com a aplicação do recente acervo jurídico relacionado com o “Licenciamento zero”), sendo também indispensável o acompanhamento do custo de constituição de uma sociedade, dada a evolução registada na média dos países da UE-27.

Mas o fundamental seria encetar esforços suplementares para suplantar os casos mais prementes de demora burocrática e procedimental, nomeadamente nos casos do tempo médio que leva a concluir um processo de exportação (16 dias) ou importação (15 dias), um processo de licenciamento (272 dias), do tempo necessário para o pagamento de impostos (298 horas), para a resolução judicial de uma disputa comercial (547 dias) e para completar um processo de falência de uma sociedade (2 anos).

Estas conclusões vêm revelar que a nível da própria regulamentação, mas também da melhoria da eficiência interna da Administração Pública e do Estado, existe ainda algum trabalho por fazer, no que diz respeito a tornar mais eficiente e célere a decisão de processos administrativos e judiciais. Existe o reconhecimento generalizado de que o setor público tem de se tornar mais custo-eficiente e mais próximo das necessidades dos seus cidadãos, o que requer necessariamente uma transformação da cultura administrativa (OCDE, 2009). É premente diminuir a demora procedimental com as transações internacionais de bens, com o licenciamento e o pagamento de impostos, com a resolução judicial de disputas comerciais e com os processos de falência de sociedades.

Estas reformas tornaram-se hoje mais prementes devido ao contexto económico e financeiro atual. Criar as melhores condições para as empresas serem bem-sucedidas implica balancear bem os benefícios com os custos da regulamentação e da sua inerente burocracia.

A elaboração de bons instrumentos legislativos, que promovam simultaneamente a competitividade e a inovação, no contexto da exigente e crescente concorrência internacional é um enorme desafio para qualquer poder público. Por vezes, os procedimentos em vigor tornam-se desnecessariamente longos, excessivamente complicados ou mesmo obsoletos. O reexame permanente dos instrumentos legislativos e das suas alterações é indispensável e permite evidenciar casos de incoerência e de incompatibilidades de interesses, por vezes dentro do mesmo diploma. A reformulação da legislação nesse sentido pode permitir melhorar a relação custo/eficácia dos instrumentos jurídicos tradicionais.

O desenvolvimento de novas capacidades de gestão da regulamentação e da burocracia tem de ser continuamente incentivado e reforçado (OCDE, 2009; Parlamento Europeu, 2010). Permanece a necessidade de manter este esforço de criação de *momentum* e de confiança, relacionado com a estratégia orientada para uma melhor regulamentação, que se interligue com um conjunto de outras iniciativas próximas, dado existir o risco de estas reformas cristalizarem no tempo, em função de novas prioridades. Para a sua efetivação é necessário assegurar uma continuidade na definição de objetivos estratégicos e operacionais que ajudem estas reformas a manterem-se no curso devido.

Bibliografia

Banco Mundial (2010), "Doing Business 2011", World Bank, Washington.

Banco Mundial (2009), "Doing Business 2010", World Bank, Washington.

Cerqueira, P. e R. Pinheiro Alves (2010), "Regulação de Mercados por Licenciamento", GEE Papers n. 25, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Comissão Europeia (2007), "Programa de Ação para a redução dos encargos administrativos na União Europeia", Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM(2007) 23 final Bruxelas.

Comissão Europeia (2006), "Legislar melhor: uma explicação simples desta iniciativa", Luxemburgo.

Comissão Europeia (2001), "European Governance: a White Paper", COM(2001) 428.

Diário da República, Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de abril, DL 1.ª série, nº 65, 1 de abril de 2011

Diário da República, Portaria n.º 131/2011 de 4 de abril, DL 1.ª série, nº 66, 4 de abril de 2011

Gouveia, M. (2009), "Ease of Doing Business 2010: Facilidade de fazer negócios em Portugal", Boletim Mensal de Economia Portuguesa, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e GPEARI, Ministério das Finanças e da Administração Pública, novembro de 2009.

Her Majesty's Government (2009), "Striking the right balance", BRE Annual Review 2009, UK.

Martins, A., A. Olival, C. Nunes e R. Pinheiro Alves, (2010), "Políticas para o ambiente de negócios em Portugal", Boletim Mensal de Economia Portuguesa, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e GPEARI, Ministério das Finanças e da Administração Pública, dezembro de 2010.

OCDE (2009), "Better regulation in Portugal - Better regulation in Europe: an assessment of regulatory capacity in 15 member states of the European Union", Paris.

Parlamento Europeu (2010), "EU Better Regulation: from economic to citizen-centric?", Seminar Report, 24 de fevereiro de 2010, Bruxelas.

Wiener, Jonathan B. Baert (2006), "Better Regulation in Europe. Current Legal Problems", Duke Law School Legal Studies Paper No. 130.

Zambujal Oliveira, João e R. Pinheiro Alves (2010), "The Ease of Doing Business Index as a tool for Investment location decisions", GEE Papers n. 30, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Ensaio

A Concentração Sectorial em Portugal Segundo o Índice de Hirschman-Herfindahl ¹

Elsa de Moraes Sarmiento²

Alcina Nunes³

1. Introdução

O fenómeno da concentração industrial tornou-se uma preocupação central de economistas e decisores políticos nas últimas décadas. Este interesse emergiu em parte devido a processos de integração regional que ocorreram na segunda metade do século XX, que muito inspirou correntes como a nova geografia económica, mas também devido a fenómenos como a emergência de multinacionais, das cadeias globais de valor, da aceleração dos investimento direto estrangeiro a nível mundial e da própria globalização em si mesma.

Nas últimas décadas foram vários os indicadores especificamente desenvolvidos para aferir o grau de concentração da atividade económica em diferentes setores ou indústrias e até regiões. No entanto, a grande maioria dos estudos efetuados têm vindo a concentrar-se sobretudo na medição da concentração das atividades industriais e nos seus determinantes.

A importância da utilização de indicadores de concentração deriva da sua capacidade em captar características estruturais de um mercado ou setor económico. Os rácios de concentração são frequentemente usados na modelização económica para explicar a performance competitiva, por exemplo no setor bancário⁴, em resultado da estrutura de mercado existente (Bikker e Haaf, 2002).

Esta análise de concentração sectorial para a economia portuguesa, baseia-se no cálculo de índices de concentração Hirschman-Herfindahl (HHI) ao longo do período compreendido entre 1985 e 2006. É aplicada a mesma metodologia, do “Manual of Business Demography Statistics” do Eurostat e da OCDE, a duas bases de dados distintas, os Quadros de Pessoal, do Ministério do Trabalho e da Segurança Social e ao Sistema de Contas Integrado das Empresas (SCIE) do Instituto Nacional de Estatística (INE). Pretende-se fornecer uma análise de concentração dos principais setores económicos ao nível da Classificação das Atividades Económicas (CAE) a 2 dígitos e a uma letra. São posteriormente analisadas e comparadas tendências de concentração ao longo deste período segundo cada uma destas duas fontes de informação.

¹ As autoras gostariam de agradecer ao Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social o fornecimento da base de dados dos Quadros de Pessoal e ao Instituto Nacional de Estatística, nas pessoas da Dr^a Paula Bordelo e da Dr^a Sofia Rodrigues pelo fornecimento dos índices HHI. Este trabalho reflete apenas as opiniões das suas autoras e não de nenhuma entidade oficial. Eventuais erros e omissões são da nossa única responsabilidade.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (elsa.sarmiento@gee.min-economia.pt) e DEGEI, Universidade de Aveiro.

³ Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, Portugal (alcina@ipb.pt).

⁴ Em determinados setores específicos, como no caso do setor bancário, onde este tipo de medida é frequentemente utilizada, vários autores advogam que os decisores políticos não se devem cingir à análise do HHI, devendo escolher de entre os diversos indicadores disponibilizados, quais os mais adequados às características do seu mercado bancário, face às suas perceções relativamente ao impacto que bancos de grande e pequena dimensão têm na concorrência e relativamente à distribuição de dimensão do número de bancos. Este tipo de análise pode ajudar a determinar qual o índice de concentração mais apropriado. No caso do setor elétrico, por exemplo, alguns autores também advogam que o HHI também não será o melhor indicador do poder de mercado. Outros admitem porém que não existe um método perfeito que possa ser usado como um bom indicador do poder de mercado nos mercados “grossistas” de eletricidade. O uso de índices de concentração em mercados energéticos para a análise de poder de mercado tem também sido bastante criticado (Borenstein, Bushnell e Knittel, 1999).

Na secção seguinte descrevem-se os dados e a metodologia, na secção 3 apresentam-se os índices de concentração por setor para as duas fontes de informação consideradas, os Quadros de Pessoal e o Sistema de Contas Integrado e a secção 4 conclui.

2. Dados e metodologia

Os dados sobre a distribuição da dimensão empresarial (onde se utilizam preferencialmente empresas a estabelecimentos) podem ser usados para fornecer uma indicação do nível de concentração sectorial. Estas medidas de concentração são tipicamente utilizadas para avaliar a estrutura de mercado de uma indústria ou setor e aferir a distância dessa indústria face a uma situação de concorrência perfeita ou de monopólio.

A forma mais habitual de avaliar o poder de mercado em diversas indústrias ou mercados tem sido por meio do uso de índices de concentração. Estes podem ser discretos ou cumulativos. As medidas cumulativas de concentração explicam a distribuição completa das empresas por dimensão, o que implica que alterações estruturais em todas as partes da distribuição influenciam o valor do índice de concentração. Esta característica é apresentada pelo índice de Herfindahl-Hirschmann (HHI), que se tornou na medida de concentração mais popular a nível internacional, habitualmente utilizado pelas Autoridades de Concorrência a nível mundial (OCDE, 2006).

A principal hipótese na qual se baseia o HHI é a de que o poder de mercado está diretamente relacionado com o grau de concentração desse mercado. O HHI é o índice tradicionalmente mais utilizado na literatura teórica como medida de concentração e serve frequentemente de *benchmark* para situações onde esta avaliação é feita com recurso a outros índices de concentração. É também muitas vezes denominado de índice de informação completa (“full-information index”) porque captura todas as características de toda a distribuição das empresas por dimensão. O cálculo deste indicador requer informação individual sobre cada empresa, logo requer bases de suporte com micro dados empresariais.

O HHI é no fundo uma medida relativa da dimensão das empresas relativamente à indústria/setor onde se encontram, sendo interpretado como um indicador de concentração. De acordo com a OCDE (2006), para uma indústria com n empresas, o índice de Herfindahl-Hirschmann é definido como:

$$HHI = \sum_{i=1}^n \left[\frac{100 * X_i}{\sum_{j=1}^n X_j} \right]^2$$

Onde X_i é uma medida apropriada para a dimensão da empresa. Neste caso, foi utilizado o volume de vendas para cada empresa i . Um valor próximo de 0 reflete um grau de concorrência muito elevado e um próximo de 10.000 reflete uma situação de monopólio.

O HHI é também frequentemente representado por:

$$HHI = \sum_{i=1}^n s_i^2, \text{ onde } s_i = 1, \dots, n$$

Nesta formulação, o HHI é definido como a soma dos quadrados das quotas de mercado de cada empresa individual ($\sum_{i=1}^n s_i^2$) presente nesse mercado ou setor, onde s_i é a quota de mercado da empresa

i no mercado (ou seja, a percentagem de participação no total da *iésima* empresa) e n é o número de empresas. Uma diminuição do índice HHI indica geralmente uma perda de poder de influência sobre os preços (*pricing power*) e uma diminuição da concentração e vice-versa.

O HHI varia entre 0, no caso de existirem muitos atores no mercado, cada um deles com uma participação mínima, até 10.000, quando há um único agente no mercado, com 100% de participação, como seja o caso de um monopólio. Conforme o *Mergers Guidelines*, um mercado é considerado “não

concentrado” caso seu HHI seja menor que 1.000, moderadamente concentrado” caso o HHI esteja entre 1.000 e 1.800 e é considerado “altamente concentrado” se o HHI for superior a 1.800.

No que diz respeito à fonte dos dados, a primeira parte deste trabalho assenta numa base de dados específica decorrente da aplicação da metodologia baseada no “Manual of Business Demography Statistics” (Eurostat/OCDE, 2007), aos Quadros de Pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Consideraram-se para efeitos do cálculo dos índices HHI apenas empresas ativas empregadoras, ou seja empresas que empreguem pelo menos um trabalhador (“employer enterprises”). De acordo com o Manual do Eurostat e da OCDE (2007), a concentração de empresas reporta-se a eventos demográficos (concentrações e *take-overs*) que envolvam mais do que uma empresa num momento inicial e apenas uma empresa num momento final, depois do evento. O termo também pode ser aplicado para descrever a diminuição de proprietários de uma população de empresas ou também uma situação onde a população de empresas se torne mais dispersa por um número mais reduzido de grupos de empresas (Comissão Europeia, 2003, parágrafos 13.18 a 13.19). A base de dados obtida após a aplicação da metodologia Eurostat/OCDE (2007) contém numa média anual de 215.903 empresas empregadoras ativas no período de 1985 a 2007, com 36.803 nascimentos e 23.743 mortes de empresas. Em 2007, esta apresentava 354.920 empresas ativas, 44.611 nascimentos e em 2005 um total de 38.082 mortes¹.

A segunda parte deste trabalho assenta nos índices de concentração calculados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), baseados na aplicação da metodologia citada anteriormente (Eurostat/OCDE, 2007) à base de dados do Sistema de Contas Integrado das Empresas². Esta população de “empresas” é mais alargada do que a dos Quadros de Pessoal, contendo em 2007, 1.033.984 empresas empregadoras. Estas diferenças devem-se entre outros fatores³, a que nos Quadros de Pessoal apenas aparecem empresas com trabalhadores registados na Segurança Social. A partir de 2004, os dados das Estatísticas das Empresas do INE apresentam uma quebra de série, devido a questões metodológicas que se prendem essencialmente com a inclusão dos profissionais liberais e com a utilização de informação exaustiva em detrimento dos dados extrapolados do Inquérito Anual às Empresas (por amostragem). Assim sendo, os dados produzidos a partir de 2004, inclusive, não são diretamente comparáveis com os divulgados em anos anteriores, por isso os índices HHI do INE são apresentados apenas para o período entre 2004 e 2007.

3. Índices de concentração por setor

3.1. Quadros de Pessoal

O Quadro 1 apresenta índices de Herfindahl-Hirschmann para o período compreendido entre 1995 e 2006⁴ a uma letra da CAE Rev. 2.1., obtidos a partir dos Quadros de Pessoal.

Em 2006, o setor mais concentrado, destacando-se claramente dos restantes setores foi a “Produção e distribuição de eletricidade, gás e água”⁵ (com HHI superior a 1.800, cifrando-se em 2.046,6), que são aliás dos setores tradicionalmente mais concentrados a nível internacional. Seguem-se setores onde se

¹ Apresentam-se as mortes de empresas apenas até 2005 porque de acordo com a metodologia considerada, deve-se verificar dois anos após o último registo da empresa que esta não foi entretanto reativada. Dado que os dados disponíveis neste estudo são até ao ano de 2007, apenas foi possível confirmar até 2005 as mortes das empresas, de acordo com a metodologia proposta.

² Para mais informações consultar a nota metodológica sobre o SCIE do Instituto Nacional de Estatística (2010).

³ Para mais informações consultar Instituto Nacional de Estatística (2010) e Sarmiento e Nunes (2010).

⁴ Apenas é considerado o período posterior a 1995 devido a quebras de série relacionadas nomeadamente com a introdução de novas versões da CAE.

⁵ O nível de agregação a uma letra da CAE, nomeadamente no que diz respeito a um compósito de indústrias tão diversas, como a produção e distribuição de eletricidade, gás e água, não permite identificar as especificidades naturalmente inerentes a estes setores. O capítulo seguinte deste estudo permite diferenciar um pouco mais, a 2 dígitos da CAE, o comportamento a nível da evolução da concentração. Ainda assim, mesmo a este nível de agregação por classificação estatística a 2 dígitos não é permitido diferenciar totalmente entre a componente não só da produção e distribuição, como entre os setores da eletricidade, gás e água.

considera que a concentração não coloca problemas, dado ser inferior a 1.000, designadamente as “atividades financeiras” (HHI de 864,8), as “indústrias extrativas” (HHI de 561), a “Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória” (HHI de 535,6), a pesca (HHI de 312,7) e os “Transportes, armazenagens e comunicações” (HHI de 266,1).

Os setores menos concentrados em 2006 são a “Agricultura, produção animal, caça e silvicultura” (HHI de 12,5), o “Alojamento e a restauração” (13,8) e o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico” (20,6).

A este nível de desagregação, os setores com maiores acréscimos de concentração de empresas entre 1995 e 2006 foram as “Atividades financeiras” (J), que permanecem no entanto pouco concentradas e a “Produção e distribuição de eletricidade, gás e água” (E), que a partir de 2000, passou a apresentar um elevado grau de concentração industrial. Por outro lado, os setores que se tornaram mais concorrenciais, foram os “Transportes, armazenagem e comunicações” (I) e o setor da pesca (B)¹.

Quadro 1. Índices de concentração HHI a 1 letra da CAE Rev. 2.1, entre 1995 e 2006

CAE Rev. 2.1.		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Diferencial 2006-1995
A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	83,7	21,2	39,0	59,5	95,2	44,5	23,2	17,5	17,8	12,4	11,4	12,5	-71,2
B	Pesca	510,2	549,4	584,8	487,3	632,9	641,1	1.060,6	487,6	430,5	453,5	242,2	312,7	-197,6
C	Indústrias extractivas	741,6	795,3	454,7	380,6	261,8	219,1	107,9	83,0	85,9	90,9	97,2	561,0	-180,7
D	Indústrias transformadoras	83,8	89,2	34,7	88,0	76,4	29,3	104,5	27,2	27,5	22,3	22,5	132,3	48,6
E	Produção e distribuição de electricidade, gás e água	1.668,7	1.638,6	1.620,7	1.593,4	1.558,8	2.947,9	2.512,0	2.973,8	2.735,6	2.741,3	2.250,1	2.046,6	377,9
F	Construção	55,5	60,9	50,2	47,8	42,2	27,7	34,8	23,1	35,0	30,1	27,7	35,3	-20,1
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	12,4	13,8	16,5	13,5	22,8	22,3	20,7	118,7	17,9	18,9	18,5	20,6	8,2
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	13,2	14,1	72,9	25,6	3.478,5	28,4	69,6	28,2	18,4	13,4	14,0	13,8	0,5
I	Transportes, armazenagem e comunicações	578,1	726,2	518,8	947,7	453,9	407,3	363,2	659,2	817,1	295,5	275,4	266,1	-312,1
J	Actividades financeiras	466,5	532,7	451,8	546,7	424,3	599,7	692,1	557,5	640,0	868,0	705,5	864,8	398,3
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	55,3	29,7	47,8	83,4	72,3	55,1	24,9	712,1	33,8	49,8	68,7	38,6	-16,7
L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	974,6	640,7	738,9	579,9	321,5	299,2	246,2	1.430,5	1.677,0	1.225,2	631,2	535,6	-439,1
M	Educação	86,6	94,3	116,3	427,6	90,5	1.050,3	96,8	58,3	70,3	62,3	56,5	56,7	-29,9
N	Saúde e acção social	38,2	38,1	56,3	64,8	53,1	51,7	43,4	4.278,9	48,8	47,6	42,2	50,6	12,4
O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	186,6	179,3	280,8	159,2	188,1	157,0	107,4	96,1	131,7	86,2	81,9	70,2	-116,5

Fonte: Cálculos próprios com base nos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS) e na metodologia do Eurostat/OCDE (2007).

O Quadro 2, quantifica para o ano de 2006 o índice HHI e alguns indicadores de demografia empresarial (número total de empresas, taxa de natalidade e de turbulência) a 2 dígitos da CAE Rev. 2.1..

¹ Também a “Administração pública, defesa e segurança social obrigatória” (L) apresenta das maiores variações no HHI, no entanto nos Quadros de Pessoal este setor não é considerado suficientemente representativo.

Quadro 2. HHI e indicadores de demografia empresarial para 2006

CAE Rev. 2 e 2.1			Total de empresas	Taxa de natalidade	Taxa de turbulência	HHI
Indústrias extractivas	10	Extracção de hulha, linhite e turfa				
	11	Extracção de petróleo bruto, gás natural e actividades dos serviços relacionados, excepto a prospecção	8.333	14,3	41,1	28,4
	12	Extracção e preparação de minérios de urânio e de tório	1.759	10,3	20,9	70,8
	13	Extracção e preparação de minérios metálicos	3.481	11,0	19,6	856,0
	14	Outras indústrias extractivas	2.413	12,9	24,0	61,7
Indústrias transformadoras	15	Indústrias alimentares e das bebidas	6.532	8,3	15,5	64,3
	16	Indústria do tabaco	4	0,0	0,0	8.682,7
	17	Fabricação de têxteis	2.845	8,4	19,9	45,0
	18	Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pêlo	5.445	9,9	24,4	29,1
	19	Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado	2.000	11,6	24,9	49,3
	20	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cesteria e de espartaria	5.723	10,0	20,8	96,9
	21	Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	367	8,2	18,0	1.198,6
	22	Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados	2.834	10,8	20,4	116,2
	23	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear	7	14,3	42,9	9.967,7
	24	Fabricação de produtos químicos	743	6,7	13,1	279,2
	25	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	842	6,8	13,2	322,3
	26	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	3.250	5,9	14,7	158,2
	27	Indústrias metalúrgicas de base	292	5,5	14,0	597,8
	28	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento	7.504	8,9	17,7	60,8
	29	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	2.216	7,8	13,9	96,8
	30	Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação	0		0,0	
	31	Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.	505	6,1	15,0	336,8
	32	Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação	151	10,6	19,2	2.055,1
	33	Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria	503	10,3	14,1	600,7
	34	Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	368	5,4	12,0	873,0
35	Fabricação de outro material de transporte	270	13,7	23,3	1.013,8	
36	Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadas, n.e.	4.940	7,9	18,6	47,2	
37	Reciclagem	242	16,1	25,2	1.482,2	
Produção e distribuição de electricidade	40	Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente	126	13,5	22,2	2.265,0
	41	Captação, tratamento e distribuição de água	73	11,0	11,0	814,6
Construção	45	Construção	47.433	12,4	24,9	35,3
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motocicletas e de	50	Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motocicletas; comércio a retalho de combustíveis para veículos	18.193	10,8	19,7	56,6
	51	Comércio por grosso e agentes do comércio, excepto de veículos automóveis e de motocicletas	26.995	10,7	20,5	36,4
	52	Comércio a retalho (excepto de veículos automóveis, motocicletas e combustíveis para veículos); reparação de bens pessoais e domésticos	55.133	13,0	25,0	108,5
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	55	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	38.023	15,3	28,5	13,8
Transportes, armazenagem e comunicações	60	Transportes terrestres; transportes por oleodutos ou gasodutos	12.552	12,0	21,3	54,9
	61	Transportes por água	84	3,6	8,3	1.101,8
	62	Transportes aéreos	44	11,4	22,7	4.152,7
	63	Actividades anexas e auxiliares dos transportes; agências de viagens e de turismo e de outras actividades de apoio turístico	1.953	9,3	16,0	99,1
	64	Correios e telecomunicações	269	24,5	35,3	1.465,9
	65	Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões	359	7,0	12,8	1.604,4
	66	Seguros, fundos de pensões e outras actividades complementares de segurança social	197	13,2	19,8	1.028,4
	67	Actividades auxiliares de intermediação financeira	1.744	11,8	18,0	452,1
	70	Actividades imobiliárias	9.273	19,6	29,6	98,7
	71	Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos	1.063	13,4	26,8	264,8
72	Actividades informáticas e conexas	2.411	20,1	31,4	134,6	
73	Investigação e desenvolvimento	140	12,9	18,6	1.225,2	
74	Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas	26.144	16,1	25,3	72,3	
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	75	Administração pública, defesa e segurança social (obrigatória)	1.601	19,1	42,2	535,6
Educação	80	Educação	4.617	14,4	22,7	56,7
Saúde e acção social	85	Saúde e acção social	14.045	9,9	14,9	50,6
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e	90	Saneamento, limpeza pública e actividades similares	184	14,1	22,3	358,1
	91	Actividades associativas diversas, n.e.	3.394	13,1	21,1	172,8
	92	Actividades recreativas, culturais e desportivas	3.594	15,9	28,1	185,8
	93	Outras actividades de serviços	10.803	17,4	28,7	65,1

Fonte: Sarmento e Nunes (2010b) e cálculos próprios para o HHI com base nos Quadros de Pessoal e na metodologia da Eurostat/OCDE (2007).

Nota: A taxa de turbulência é dada pela soma das taxas de natalidade e de mortalidade de empresas, de acordo com as definições do Eurostat/OCDE (2007).

Entre 1995 e 2006, Portugal apresenta os mais elevados índices de concentração de empresas no setor do petróleo (CAE 23), do tabaco (CAE 16), no setor de extração de hulha, linhite e turfa (CAE 10), na fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação” (30) e nos transportes aéreos (62), com níveis de concentração bastante superiores a 1.800, situação semelhante à existente em países como a França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos (OCDE, 2006). Habitualmente, os restantes tipos de transportes encontram-se bastante menos concentrados, como acontece também no caso de Portugal (CAEs 60 e 61).

A indústria de abastecimento de água (41 na CAE Rev. 2.1 e 42 na CAE Rev.1.), tradicionalmente um dos setores mais concentrados em vários países europeus, e também em Portugal (HHI de 9.141 em 1995 e 10.000 entre 1985 e 1988), tem vindo a registar uma diminuição da concentração, sensivelmente desde 1992, mas particularmente evidenciada desde 2000.

Considerando o período entre 1985 e 1994, observa-se que os setores mais concentrados em 1985 eram o “abastecimento de água” (CAE 42), a “extração de carvão” (21), a Pesca (13)¹, a “eletricidade, gás e vapor de água” (41), as comunicações (72), a “extração de minérios metálicos” (23) e as “indústrias químicas dos derivados do petróleo” (...)” (CAE 35). Em 1994, permanece com elevado grau de concentração a grande maioria destes setores, designadamente as relativas ao “abastecimento de água” (42), da “extração de carvão” (21), da “extração de minérios metálicos” (23), das comunicações (72) e da “eletricidade, gás e vapor de água” (41) e acresce ainda a “extração de petróleo bruto e gás natural” (22) e a “Administração Pública e defesa nacional” (91). As maiores variações positivas, no sentido de um acréscimo da concentração são na precisamente na “Administração Pública e defesa nacional” e na “extração de minérios metálicos” (23). Em sentido oposto, com uma evolução tendencialmente menos concentrada, observa-se a “eletricidade, gás e vapor de água” (41), o “abastecimento de água” (42) e a “extração de carvão” (21).

A concentração bancária (CAE 81) decresce bastante a partir de 1985, passando para níveis de concentração inferiores a 1.000 de HHI a partir de 1990. A intermediação financeira (CAE 65), cuja concentração vinha diminuindo desde 1985, torna a ultrapassar a barreira dos 1.000 de índice HHI após o ano 2000.

A fabricação de veículos automóveis (CAE 34) e de outro material de transporte (CAE 35) apresentam valores moderadamente concentrados a partir de 1995. No caso particular dos automóveis, a concentração tem vindo a baixar desde 2002.

A indústria da pasta do papel tem vindo a evidenciar alguma tendência para se tornar moderadamente concentrada, nomeadamente após 2001. As indústrias metalúrgicas de base, com alguma concentração entre 1985 e 1994, assistem em 1995 a um aumento para um nível de concentração moderado.

A indústria de reciclagem também se apresenta moderadamente concentrada, com índices de concentração superiores a 1.000 desde 2005, com um diferencial de variação positivo, sugerindo um aumento de concentração entre 1995 e 2006.

Estes índices também podem indiciar diferentes tipos de especializações quando comparados a nível internacional com outros países. Por exemplo, a OCDE (2006) verifica que existe maior dispersão em Itália no setor dos têxteis e couro do que na Alemanha ou no Reino Unido. No caso de Portugal, também se verifica que existe uma menor concentração em setores tradicionais como o da fabricação de têxteis (CAE 17), da indústria de vestuário (18), da curtimenta e acabamento de peles sem pelo (19) e da indústria da madeira e da cortiça e suas obras (20), apontando também no sentido de uma maior

¹ A Pesca apresenta um comportamento de grande volatilidade pois a partir de 1987 aparece com um setor com níveis de concentração baixos, embora com tendência crescente. Em 1994 já se encontrava no limiar de uma concentração de 1.000 de índice. Crê-se que este facto tenha a ver com a qualidade da informação existente nos Quadros de Pessoal em 1985 e 1986. No entanto, em vários países a Pesca é considerada um setor de elevada concentração (OCDE, 2006).

especialização nestes setores, dada a dispersão empresarial existente e o predomínio de empresas de pequena e média dimensão.

A este nível de agregação parece existir genericamente uma maior concentração na indústria, do que propriamente em setores ligados aos serviços ou à construção. Uma explicação possível é a existência de economias de escala e de uma maior intensidade capitalística na indústria, ligada à necessidade de maiores investimentos, por exemplo em investigação e desenvolvimento. Por outro lado, os serviços estão mais dependentes da sua proximidade ao consumidor final, o que contribui para a sua dispersão geográfica.

3.2. Breve comparação entre os resultados dos Quadros de Pessoal e do Sistema de Contas Integrado das Empresas

Segundo os dados do Sistema de Contas Integrado do INE, em 2007, regista-se uma elevada concentração nos seguintes setores, por ordem decrescente, “Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear” (CAE 23), com um índice HHI de 7.788, “Atividades dos correios” (CAE 641), com um índice de 4.829, “Transportes aéreos” (CAE 62) com 3.673 de HHI e “Consultoria em equipamento informático” (CAE 721), com um HHI de 2.082.

No que se refere aos setores moderadamente concentrados há a registar a CAE 13-14 (“Extração e preparação de minérios metálicos” e “Outras indústrias extrativas”, com um índice de concentração máximo), a “Produção e distribuição de eletricidade, de gás, de vapor e água quente”¹ (CAE 40), o agregado 64 (“Correios e Telecomunicações”) e dentro deste o das Telecomunicações (642) e o “Atividades de bancos de dados e disponibilização de informação em contínuo” (724).

Os setores que registaram maiores acréscimos de concentração entre 2004 e 2007 são por ordem decrescente, os “Transportes Aéreos” (CAE 62), um setor em geral altamente concentrado, e outras atividades não concentradas como as “Atividades informáticas e conexas” (72), a “Intermediação financeira, exceto seguros e fundos de pensões” (65) e os “Seguros fundos de pensões e outras atividades complementares de segurança social” (66). O que registou o maior decréscimo foi o setor altamente concentrado da “Produção e distribuição de eletricidade, de gás, de vapor e água quente” (40).

A comparação entre as duas fontes de informação apresentadas (Quadros 3 e 4), os Quadros de Pessoal e o Sistema de Contas Integrado das Empresas, revela que em 2004 e 2006, os setores em comum de mais elevada concentração, são a “Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados (...)”, referente à CAE 23, a “Produção, distribuição de eletricidade (...)” (40) e os “Transportes Aéreos” (62). Entre os moderadamente concentrados está em 2006 o setor 61 referente aos “Transportes por água” e em 2004 os “Correios e as Telecomunicações” (CAE 64).

Entre os setores mais dispersos está o setor da Construção (45), ao nível das duas fontes de informação, em linha com a evidência existente para diversos países e regiões (Valenzuela et al., 2007; OCDE, 2006). Também nesta classificação se incluem serviços não intensivos em conhecimento, como os referentes ao “Alojamento e restauração” (55), ao “Comércio por grosso (...)” (CAE 51), “Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis (...)” (50), “Comércio a retalho” (52) e “Outras atividades de serviços” (CAE 93). Outro aspeto interessante é que nos Quadros de Pessoal também estão entre os setores

¹ Este nível de agregação a 2 dígitos da CAE é bastante heterogéneo, não permitindo diferenciar completamente entre a componente da produção e a cadeia de distribuição e entre os setores da eletricidade, gás, vapor e água quente, pelo que a interpretação destes índices deve ser feita no pressuposto em que se está efetivamente a analisar um conjunto de indústrias muito abrangente, onde se incluem subsectores com especificidades próprias e eventualmente com comportamentos diferenciados a nível de análise de concentração individual.

menos concentrados, setores intensivos em conhecimento como o referente à CAE 80 (“Educação”) e à 85 (“Saúde e Ação Social”)¹.

Os Quadros de Pessoal apontam, ao nível dos serviços intensivos em conhecimento (os denominados KIBS ou *Knowledge intensive business services*, que compreendem as CAEs 72 a 74) para uma maior concentração no setor 73 (“Investigação e Desenvolvimento”), relativamente aos setores 72 (“Atividades informáticas e conexas”) e 74 (“Outras atividades de serviços prestadas principalmente às empresas”), embora os valores para a generalidade dos anos não demonstrem uma elevada concentração. No caso dos dados do SCIE, é também o setor 73 que apresenta maiores valores, ainda que os índices sejam inferiores aos dos Quadros de Pessoal. No entanto, a um nível mais desagregado, constata-se que dentro da CAE 72 (“Atividades informáticas e conexas”), nomeadamente no 721 (“Consultoria em equipamento informático”), 724 (“Atividades de bancos de dados (...)”) em 2006 e no novamente na “Consultoria em equipamento informático” em 2007, o nível de concentração é superior a 1.800.

Quadro 3. Resumo dos setores altamente e moderadamente concentrados por CAE, segundo os Quadros de Pessoal

	1985	1994	1995	2000
Altamente concentrados	13 - Pesca 21 - Extração do carvão 23 - Extração de minérios metálicos 35 - Indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico 41 - Electricidade, gás e vapor 42 - Abastecimento de água 72 - Comunicações	21 - Extração do carvão 23 - Extração de minérios metálicos 35 - Indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico 41 - Electricidade, gás e vapor 42 - Abastecimento de água 72 - Comunicações 91 - Administração pública e defesa nacional	10 - Extração de hulha, linhite e turfa 16 - Indústria do tabaco 23 - Fabr. de coque, prod. petrolíferos refinados e trat. combustível nuclear.	10 - Extração de hulha, linhite e turfa 16 - Indústria do tabaco 32 - Fabr. de equip. e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação 40 - Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente. 41 - Captação, tratamento e distribuição de água 62 - Transportes aéreos 64 - Correios e telecomunicações
Moderadamente concentrados	12 - Silvicultura e Exploração Florestal 37 - Indústrias metalúrgicas de base 81 - Bancos e outras instituições monetárias e financeiras 92 - Serviços de saneamento e limpeza 94 - Serviços recreativos e culturais	37 - Indústrias metalúrgicas de base	13 - Extração e preparação de minérios metálicos 30 - Fabr. máq. de escrit. e de equip. p/ trat. autom. Informação 32 - Fabr. de equip. e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação 34 - Fabr. de veículos automóveis, reboques e semi-reboques 37 - Reciclagem 40 - Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente 41 - Captação, tratamento e distribuição de água 61 - Transportes por água 62 - Transportes aéreos 64 - Correios e telecomunicações 73 - Investigação e desenvolvimento	35 - Fabricação de outro material de transporte 61 - Transportes por água 65 - Intermediação financeira, exc. seguros e fundos de pensões 80 - Educação

¹ Nos Quadros de Pessoal, os setores da Administração Pública estão sub-representados, pelo que estes valores devem ser interpretados com as inerentes ressalvas.

	2004	2005	2006
Altamente concentrados	16 - Indústria do tabaco 23 - Fabr. de coque, prod. petrolíferos refinados e trat. combustível nuclear 40 - Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente. 62 - Transportes aéreos 64 - Correios e telecomunicações 73 - Investigação e desenvolvimento	23 - Fabr. de coque, prod. petrolíferos refinados e trat. combustível nuclear 16 - Indústria do tabaco 62 - Transportes aéreos 64 - Correios e telecomunicações 40 - Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente	10 - Extração de hulha, linhite e turfa 16 - Indústria do tabaco 23 - Fabr. de coque, prod. petrolíferos refinados e trat. combustível nuclear 32 - Fabr. de equip. e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação 40 - Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente 62 - Transportes aéreos
Moderadamente concentrados	21 - Fabric. de pasta, de papel e cartão e seus artigos 32 - Fabr. de equip. e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação 34 - Fabr. de veículos automóveis, reboques e semi-reboques 35 - Fabricação de outro material de transporte 41 - Captação, tratamento e distribuição de água 61 - Transportes por água 65 - Intermediação financeira, exc. seguros e fundos de pensões 66 - Seguros, fundos de pensões e outras activ. compl. de seg. social 75 - Administração Pública, defesa e segurança social «obrigatória»	73 - Investigação e desenvolvimento 37 - Reciclagem 32 - Fabr. de equip. e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação 21 - Fabric. de pasta, de papel e cartão e seus artigos 65 - Intermediação financeira, exc. seguros e fundos de pensões 61 - Transportes por água 41 - Captação, tratamento e distribuição de água 34 - Fabr. de veículos automóveis, reboques e semi-reboques 35 - Fabricação de outro material de transporte	21 - Fabric. de pasta, de papel e cartão e seus artigos 35 - Fabricação de outro material de transporte 37 - Reciclagem 61 - Transportes por água 64 - Correios e telecomunicações 65 - Intermediação financeira, exc. seguros e fundos de pensões 66 - Seguros, fundos de pensões e outras activ. compl. de seg. social 73 - Investigação e desenvolvimento

Nota: A negrito encontram-se destacados os setores comuns às duas fontes de informação. Na Base de Dados dos Quadros de Pessoal apenas se conseguiram calcular índices até 2006, enquanto no SCIE foi possível dispor de mais um ano, pelo que os dados avançam até ao ano de 2007.

Quadro 4. Resumo dos setores altamente e moderadamente concentrados por CAE, segundo o SCIE

	2004	2005	2006	2007
Altamente concentrados	23 - Fabr. de coque, prod. petrolíferos refinados e trat. combustível nuclear 40 - Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente 62 - Transportes aéreos	23 - Fabr. de coque, prod. petrolíferos refinados e trat. combustível nuclear 62 - Transportes aéreos 40 - Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente	23 - Fabr. de coque, prod. petrolíferos refinados e trat. combustível nuclear 40 - Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente 62 - Transportes aéreos	23 - Fabr. de coque, prod. petrolíferos refinados e trat. combustível nuclear 62 - Transportes aéreos
Moderadamente concentrados	61 - Transportes por água 64 - Correios e telecomunicações	62 - Transportes aéreos 64 - Correios e telecomunicações	64 - Correios e telecomunicações 13 - Extração e preparação de minérios metálicos 14 - Outras indústrias extractivas	13-14 - Extração e preparação de minérios metálicos; Outras indústrias extractivas 40 - Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente 64 - Correios e telecomunicações

Nota: A negrito encontram-se destacados os setores comuns às duas fontes de informação.

4. Conclusão

Os índices de concentração são utilizados frequentemente como *inputs* para a definição de regras de política pública e de medidas relativamente à estrutura de mercado a nível sectorial. O cálculo dos índices de Herfindahl-Hirschmann para Portugal entre 1985 e 2006 permite efetuar uma análise de sensibilidade, através de uma comparação relativa do grau de concentração entre diferentes setores no domínio agrícola, industrial, da construção e dos serviços e ponderar sobre a sua evolução nos últimos 21 anos.

A comparação entre duas fontes de informação, os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Sistema Integrado de Contas do Instituto Nacional de Estatística, consideradas as principais e as mais exaustivas sobre o tecido empresarial português, às quais foi aplicada exatamente a mesma metodologia do Eurostat e da OCDE, permite extrair conclusões mais sólidas. A evidência revela que em 2004 e 2006, os setores de mais elevada concentração, comuns às duas fontes de informação são a “Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear”, a “Produção, distribuição de eletricidade” e os “Transportes Aéreos”, à semelhança do que acontece em vários países europeus e nos Estados Unidos. Entre os moderadamente concentrados estão, em 2006, o setor dos “Transportes por água” e em 2004 os “Correios e as Telecomunicações”.

Entre os setores mais dispersos estão designadamente, o setor da Construção e os serviços não intensivos em conhecimento, como os referentes ao “Alojamento e restauração”, ao “Comércio por grosso”, “Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis”, “Comércio a retalho” e “Outras atividades de serviços”. Setores tradicionais, como o têxtil, vestuário e a indústria da madeira e da cortiça também se encontram bastante dispersos.

As indústrias extrativas, já apresentavam entre 1985 e 1994, valores de concentração elevados, nomeadamente no caso da extração do carvão (CAE 21), com índices acima dos 6.000 e da extração dos minérios metálicos, que registou o segundo maior acréscimo do índice neste período. No entanto, habitualmente os níveis de concentração são substancialmente mais baixos em indústrias que fazem uso intensivo de recursos naturais, como a indústria alimentar e das bebidas, a da madeira e da cortiça e a dos minerais não metálicos (com exceção dos dois mencionados anteriormente, como a hulha e o carvão, que no caso português apresentam especificidades próprias), dada a necessidade por parte das unidades industriais de se localizarem perto da fonte das matérias-primas.

Para além dos anteriormente mencionados, os Quadros de Pessoal apresentam em 2006 ainda outro conjunto de setores altamente concentrados, designadamente nos setores da “Extração de hulha, linhite e turfa”, da “Indústria do tabaco” e da “Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação”, bem como de setores moderadamente concentrados, como a “Fabricação de pasta de papel e cartão e seus artigos”, “Fabricação de outro material de transporte”, “Reciclagem”, “Transportes por água”, “Intermediação financeira, exceto seguros e fundos de pensões”, “Seguros, fundos de pensões e outras atividades complementares de segurança social” e a própria “Investigação e desenvolvimento”. Os dados provenientes do Sistema Integrado de Contas apresentam ainda os setores de “extração e preparação de minérios metálicos” e de “outras indústrias extrativas” como moderadamente concentrados.

O setor que agrega um conjunto diverso de indústrias da “produção, e distribuição de eletricidade, gás, vapor de água quente” deixa de poder ser considerado um setor altamente concentrado a partir de 2006, sendo portanto classificado como apenas moderadamente concentrado. As desagregações fornecidas pelos dados do SCIE acrescentam ainda alguma especificidade aos setores de elevada concentração, nomeadamente no que diz respeito aos serviços (“Atividades dos correios”, “Consultoria em equipamento informático”, e “Atividades de bancos de dados e disponibilização de informação em contínuo”) e nos moderadamente concentrados, caso do setor das Telecomunicações, entre 2006 e 2007.

Os Quadros de Pessoal apontam, ao nível dos serviços intensivos em conhecimento, para uma maior concentração no setor “Investigação e Desenvolvimento”, designadamente nos setores “Atividades informáticas e conexas” e “Outras atividades de serviços prestadas principalmente às empresas”, embora os valores para a generalidade dos anos não demonstrem uma concentração elevada. No caso dos dados do SCIE, é também o setor da investigação e do desenvolvimento que apresenta maior concentração, ainda que os índices sejam inferiores aos calculados através dos Quadros de Pessoal. No entanto, a um nível mais desagregado, constata-se que no setor “Atividades informáticas e conexas”, nomeadamente nas “Atividades de bancos de dados” em 2006 e na “Consultoria em equipamento informático”, em 2006 e 2007, o nível de concentração é elevado. A nível da intensidade tecnológica, os serviços apresentam um comportamento dual, com os serviços intensivos em conhecimento apresentado-se mais concentrados do que serviços menos intensivos em conhecimento. Este fenómeno não é tão evidente na indústria a partir da desagregação fornecida.

Finalmente, acrescenta-se uma nota final, que aponta para a fragilidade destes resultados face à utilização de índices de concentração que utilizam outras formulações para a aferição da concentração, para além de outros universos de empresas. A falta de consenso por vezes patente nos resultados de estudos efetuados a nível internacional sobre a concentração pode estar relacionada com o uso de diferentes tipos de índices, em particular nos casos onde apenas é utilizado apenas um índice. Este

estudo, apesar de recorrer apenas ao índice de Hirschman-Herfindahl, pretende consolidar mais os seus resultados, na medida em que apresenta cálculos baseados numa mesma metodologia internacional, mas em que se utilizam duas fontes distintas de informação estatística oficial nacional.

Bibliografia

- Bikker, J. A. e K. Haaf (2002), "Measures of competition and concentration in the banking industry: a review of the literature", *Economic & Financial Modelling* 9, 53-98.
- Borenstein, S., Bushnell, J. e Knittel, C. R. (1999), "Market power in Electricity Markets: Beyond concentration measures", *The Energy Journal*, International Association for Energy Economics, Vol. 20(4), pages 65-88.
- Eurostat/OECD (2007), "Eurostat/OECD Manual on Business Demography Statistics".
- Instituto Nacional de Estatística (2010), "Sistema de Contas Integradas das Empresas, Nota metodológica", abril de 2010
- OCDE (2006), "Structural and Demographic Business Statistics", statistical documents.
- Ruiz-Valenzuela, J. Moreno-Serrano, R. e Vayá-Valcarce, E. (2007), "Has the concentration evolved similarly in manufacturing and services", A sensitivity analysis", *Documents de Treball 2007/8*, Institut de Recerca en Economia Aplicada 2007.
- Sarmiento, E. de Morais e Nunes, A. (2010), "Business creation in Portugal: Comparison between the World Bank data and Quadros de Pessoal", *GEE Working Papers n° 29/2010*, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>8 e 9 de abril de 2011</p>	<p>Do debate ocorrido na reunião informal do Conselho ECOFIN, que teve lugar em Budapeste, nos dias 8 e 9 de abril, destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Portugal - pedido de assistência financeira: Os Ministros reconheceram o pedido das autoridades portuguesas e convidaram a Comissão, o BCE, o FMI e Portugal a definirem um programa de medidas adequadas para salvaguardar a estabilidade financeira. O pacote de ajuda financeira deverá ser financiado pela UE - através do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF) e do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) - e pelo FMI. O programa de ajustamento deverá assegurar: (i) uma consolidação orçamental ambiciosa para restaurar a sustentabilidade das finanças públicas; (ii) a implementação de reformas estruturais que reforcem o crescimento sustentável e equilibrado e a competitividade, eliminando a rigidez nos mercados de produtos e de trabalho, incentivando o empreendedorismo e a inovação, reduzindo os desequilíbrios macroeconómicos e salvaguardando a situação económica e social dos cidadãos; (iii) a implementação de medidas que permitam manter a liquidez e solvabilidade do setor financeiro. <p>Espera-se a existência de um acordo com as autoridades portuguesas, que deverá envolver os principais partidos políticos, que permita a aprovação do programa pelo Conselho ECOFIN e pelo Eurogrupo em maio próximo, com base na avaliação da Comissão e do BCE, e que permita a sua implementação após a formação de um novo governo em Portugal.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Situação económica: Os Ministros discutiram a situação económica atual, concordando que a recuperação económica na área do euro está a processar-se a bom ritmo. No entanto, os recentes eventos no Médio Oriente, na região do Norte de África e a volatilidade dos preços das matérias-primas aumentaram os riscos associados a esta evolução positiva, em particular no que respeita à inflação. ▪ Reuniões da primavera do FMI/Banco Mundial e do G20: No que respeita às reuniões do FMI/Banco Mundial, os Ministros e os Governadores aprovaram mensagens comuns referentes às políticas macroeconómicas, estruturais e mercados financeiros. Relativamente às questões do FMI, apontaram como mensagens principais a definição de orientações comuns quanto aos controlos dos movimentos de capitais, o papel dos Direitos Especiais de Saque (SDR) e a reforma regulatória (implementação de Basileia II e Basileia III e standards de remuneração, melhoria da qualidade e informação sobre derivados e matérias-primas e a sua negociação). <p>Os Ministros adotaram ainda os termos de referência que definem a posição europeia para a reunião do G-20, de 16 de abril, destacando-se em particular o trabalho relativo ao <i>Framework for Growth</i>, orientado para a implementação de um plano de ação que permita reduzir os desequilíbrios macroeconómicos globais, incluindo a subvalorização de algumas moedas e regimes cambiais protecionistas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Stress Tests: Os Ministros debateram a preparação dos mecanismos de suporte ao sector bancário para lidar com os problemas diagnosticados no exercício de <i>stress test</i> atualmente em execução. Com efeito, espera-se que eventuais problemas em instituições bancárias, identificados no referido exercício, sejam rapidamente ultrapassados através da respectiva reestruturação ou recapitalização.
Gás natural	O Conselho de Ministros de 14 de Abril, aprovou o decreto-lei que estabelece para o sector do gás natural um quadro normativo idêntico ao regime já previsto para o

Iniciativa**Sumário**

sector eléctrico. O presente decreto-lei assegura que as entidades reguladas do sector do gás natural passam a integrar na sua expressão contabilística, como ativos regulatórios, os custos ou proveitos resultantes dos ajustamentos tarifários anuais.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<p><i>Licenciamento Zero</i> Decreto-Lei n.º48/2011 – Série I n.º65, de 01/04</p>	<p>O presente decreto-lei simplifica o regime de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», destinada a reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, mediante a eliminação de licenças, autorizações, validações, autenticações, certificações, atos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, registos e outros atos permissivos, substituindo-os por um reforço da fiscalização sobre essas atividades. Esta medida insere-se no Programa Simplex de 2010.</p>
<p><i>Balcão do empreendedor</i> Portaria n.º131/2011 – Série I n.º66, de 04/04</p>	<p>A presente portaria cria um balcão único electrónico, designado «Balcão do empreendedor», desenvolvido e gerido pela Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA, I.P). Determina as suas funcionalidades mínimas, o modo de autenticação no balcão e as formas de acesso, prevendo -se um acesso direto, via Internet, e igualmente um acesso presencial, mediado por um intermediário, que poderá estar disponível nos municípios ou em outros balcões públicos ou privados.</p>
<p><i>Convenção com o Uruguai</i> Decreto do Presidente da República n.º43/2011 – Série I n.º67, de 05/04 Resolução da Assembleia da República n.º77/2011 – Série I n.º67, de 05/04</p>	<p>Ratifica e aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República Oriental do Uruguai para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e sobre o património.</p>
<p><i>Programa Turismo Solidário 2011</i> Despacho n.º6285/2011 – Série II n.º72, de 12/04</p>	<p>Aprova a realização do Programa Turismo Solidário 2011, cuja gestão compete à fundação INATEL. A criação deste programa tem uma função social e de dinamização da economia regional e local, proporcionando programas de turismo para cidadãos mais carenciados. A concessão do financiamento de € 1 000 000 será assegurada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, através do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.</p>
<p><i>Emprego-inserção e emprego-inserção+</i> Portaria n.º164/2011 – Série I n.º76, de 18/04</p>	<p>Segunda alteração à Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+» no seguimento do compromisso entre o Governo e os parceiros sociais no Acordo Tripartido para a Competitividade e o emprego.</p>

Abreviaturas Utilizadas

